

AS RELAÇÕES  
LITERÁRIAS  
DE PORTUGAL  
COM O BRASIL



**Biblioteca Breve**

SÉRIE LITERATURA

ISBN 972 - 566 - 189 - 3

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO  
ANTÓNIO QUADROS

JOÃO ALVES DAS NEVES

AS RELAÇÕES  
LITERÁRIAS  
DE PORTUGAL  
COM O BRASIL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

*Título*  
**As Relações Literárias de Portugal  
com o Brasil**

---

*Biblioteca Breve / Volume 130*

---

1.<sup>a</sup> edição — 1992

---

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa  
Ministério da Educação e Cultura

---

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*  
*Divisão de Publicações*  
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa  
Direitos de tradução, reprodução e adaptação,  
reservados para todos os países

---

Tiragem  
4000 exemplares

---

*Coordenação geral*  
Beja Madeira

---

*Orientação gráfica*  
Luís Correia

---

*Distribuição comercial*  
Livraria Bertrand, SARL  
Apartado 37, Amadora — Portugal

---

*Composição e impressão*  
Gráfica Maiadouro, SA  
Rua Padre Luís Campos, 686 — 4470 MAIA  
Dezembro 1992  
Depósito Legal n.º 61 316/92

ISSN 0871 – 5165

## ÍNDICE

	Pág.
Uma explicação, em vez do prefácio .....	7
I — OS INTELECTUAIS E ARTISTAS PORTUGUESES NO BRASIL	
Jornais e Jornalistas Portugueses no Brasil.....	11
Depois da independência.....	19
Os Portugueses na Imprensa Brasileira .....	24
Os Portugueses no Teatro Brasileiro .....	34
A participação no Cinema .....	40
Os Modernistas d'Aquém e d'Além-Mar .....	47
Os Estudos Pessoanos no Brasil .....	53
Os precursores .....	53
Bibliografia Brasileira .....	63
Ricardo Reis, o heterónimo emigrado.....	88
II — AUTORES PORTUGUESES NO BRASIL	
A presença de Camões.....	98
O tricentenário.....	105
Edições e estudos .....	112
O Brasil na vida literária de Camilo .....	120
As polémicas.....	130
A influência de António Nobre na Poesia Brasileira .....	146
Os Poetas .....	153
Os críticos .....	168
O Brasil na memória de Antero de Quental.....	183
Leitores e estudiosos ecianos.....	191
O Brasil na obra de Eça.....	191
Os Amigos Brasileiros.....	201
O colaborador de «A Província de S. Paulo».....	207

Ricardo Severo, «o Patriarca da Colónia» .....	225
Os vencidos de 1891 .....	226
As estradas do ideal .....	228
A «Revista Portuguesa» de São Paulo .....	230
Jaime Cortesão, historiador de duas Pátrias .....	238
A colaboração na imprensa brasileira .....	245
Os três romances «brasileiros» de Ferreira de Castro .....	249
Génese de «A Selva» .....	251
Um Autor «Brasileiro» .....	255
O diálogo com o Brasil .....	259

## UMA EXPLICAÇÃO, EM VEZ DO PREFÁCIO

*O projecto inicial deste volume deveria abordar não só a contribuição dos escritores portugueses às Letras Brasileiras post-1822, mas também a participação nos sectores da Imprensa, do Teatro, Cinema, Ensino, Ciências, Música, Artes Plásticas, etc.*

*No entanto, logo após o início da recolha da bibliografia, concluímos que a tarefa se tornava difícil, senão impossível, porque não há estudos sistemáticos sobre qualquer daqueles sectores. E foi por isso que optámos por abordar apenas alguns dos temas, desde o da imprensa (são raríssimos, parciais ou... copiados os estudos conhecidos) ao teatro, cinema, referindo também as ligações dos modernistas e os estudos pessoais, por se tratar do tema mais insistentemente analisado no Brasil contemporâneo.*

*Passámos depois ao comentário das relações ou influências de certos autores portugueses: Camões, Camilo, Eça, António Nobre e Antero (apesar da grande repercussão que a obra deste último teve no Brasil — o que pouca gente se lembrou de avaliar), passando por Ricardo Severo, cuja influência cultural foi enorme sobre a*

«colónia», e Jaime Cortesão (foi efectivamente o historiador das duas Pátrias), sem esquecer a obra «brasileira» de Ferreira de Castro.

Ficam para outro volume as observações indispensáveis em torno da acção desenvolvida por Fidelino de Figueiredo (como professor e ensaísta), Agostinho da Silva (e quanto lhe devem Portugal e o Brasil!) e outros professores portugueses, bem como por Miguel Torga, Vitorino Nemésio, António Botto, Joaquim Paço d'Arcos ou por Nuno Simões, José Osório de Oliveira, Luís Forjaz Trigueiros e muitos mais, com relevo para Adolfo Casais Monteiro, assim como o que fizeram Jorge de Sena ou António Ferro e até mesmo João Gaspar Simões, cuja presença nos suplementos e revistas culturais foi tão intensa que alguns o julgavam, pelo menos, residente no Brasil, onde os seus livros continuam a ser bastante lidos (e nem sempre citados).

Outros escritores teriam de ser referenciados nesta aproximação de Portugal com o Brasil, incluindo António Ramos de Almeida e Amândio César (cada um a seu modo), António Quadros e Arnaldo Saraiva e tantos outros que dedicaram estudos à problemática luso-brasileira, bastando esta enunciação para se insinuar que é muitíssimo ampla a matéria.

Aliás, omissos todos havemos sido no aprofundamento das relações culturais entre Portugal e o Brasil, com relevo muito especial para o subsídio dos intelectuais e artistas portugueses à Cultura Brasileira, conforme exemplificam os casos flagrantes do poeta Faustino Xavier de Novais ou do historiador João Lúcio de Azevedo (para não ir mais longe), nem tão pouco tratámos com o devido rigor a

*situação dos autores «brasileiros» nascidos em Portugal (José Geraldo Vieira, Domingos Carvalho da Silva — e por aí fora), assim como se ignoram os casos tão especiais dos poetas e ensaístas João Manuel Simões, Carlos d’Alge e José Rodrigues de Paiva e o dos dramaturgos Maria Adelaide Amaral e Cunha de Leiradella, ao lado de um bom número de poetas, ficcionistas, ensaístas, pintores, cineastas, teatrólogos, professores universitários, cientistas, jornalistas, etc., etc., etc.*

*O inverso também é verdadeiro: quem é que estudou a acção desenvolvida por autores brasileiros no diálogo com Portugal? E a tarefa dos centros de estudos portugueses das Universidades Brasileiras? Já não assinalaremos em pormenor o papel desempenhado, no âmbito da cultura pelas agremiações luso-brasileiras, porque esse tem sido desordenado, além de ignorar e até de repudiar, por vezes, o trabalho intelectual dos portugueses que não podem ou não querem integrar-se na vida associativa. Não obstante, diremos que urge aprofundar estes estudos sobre as relações literárias (e não só) de Portugal com o Brasil, mas também do Brasil com Portugal, tudo isto passando por cima de certas revistas que para lá dos anúncios procuraram contribuir, de facto, para um conhecimento real e tão amplo quanto possível da problemática que interessa aos dois países. O balanço que pode ser feito até hoje é escasso e disperso, porque nunca tivemos uma verdadeira política cultural — o que explica até os malogros noutros domínios, desde a economia à política. Até quando?*

O autor

I — OS INTELLECTUAIS E ARTISTAS  
PORTUGUESES NO BRASIL

## JORNAIS E JORNALISTAS PORTUGUESES NO BRASIL

Se um dia se fizer um estudo sobre a participação dos portugueses na Imprensa brasileira, depois da independência, verificar-se-á que ela foi tão ampla quanto benéfica.

Uma presença que vem, aliás, desde 1808, quando começou a ser publicada a Gazeta do Rio de Janeiro (10/9/1808), «arremedo de jornal», no dizer de Nelson Werneck Sodré, dirigido por Frei José Tibúrcio da Rocha. Meses antes, tinha começado a aparecer em Londres, no dia 1.º de Junho de 1808, o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, dirigido por Hipólito José da Costa, que dissentia da administração portuguesa mas que não pregava a independência (acabou em Dezembro de 1822). O primeiro jornal efectivamente impresso no Brasil, a referida «Gazeta», foi a decorrência normal da instituição da Imprensa Régia e que divulgava os actos oficiais.

A exaltação que se faz do *Correio Braziliense*, se é justa por ter sido o jornal redigido por quem sabia

do ofício, relega a um plano muito secundário a importância da *Gazeta do Rio de Janeiro*, como se deduz da «história» de Werneck Sodré, mais antiportuguês do que historiador. E não conhecemos estudos sobre o primeiro periódico carioca que alcancem o nível da pesquisa de Maria Beatriz Nizza da Silva sobre o segundo jornal do Brasil, *Idade de Ouro do Brasil*, cuja primeira impressão é de 14 de Maio de 1811 (durou até 1823), por iniciativa do comerciante português Manoel António da Silva, redigido inicialmente por Gonçalo Vicente Portela (1812) e depois pelo padre Ignácio José de Macedo (1816). Saía na cidade de Salvador (Bahia), onde em 1812 seria também lançada a primeira revista literária, *As Variedades / ou / Ensaios de Literatura*, que teve como primeiro redactor o bacharel emigrado Diogo Soares da Silva Bivar, uma curiosíssima personalidade que foi magistrado e jornalista, crítico e escritor.

O historiador Hélio Vianna traçou a biografia deste singular jornalista e literato, em *Contribuição à História da Imprensa Brasileira / 1812 / 1869*, esclarecendo que ele nasceu em Abrantes (6/2/1785) e veio a morrer no Rio de Janeiro (em 10/10/1865); era formado em Direito, em Coimbra, e foi inspector da Plantação das Amoreiras, director da Fiação e Tecidos dos Bichos de Seda de Abrantes e administrador dos Tabacos na comarca. Por ter sido colaboracionista do invasor francês Junot (que o comprou com o cargo de Juiz de Fora de

Abrantes), Diogo Bivar foi condenado ao degredo em Moçambique, mas conseguiu fixar-se na Bahia, graças à protecção do governador da Capitania, D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º conde de Arcos. Acabou participando na redacção da *Idade de Ouro do Brasil*, ao lado do padre José Ignácio de Macedo. Casou com a baiana Violante de Lima, foi nomeado censor (1821) e mais tarde mudou-se para o Rio de Janeiro. Maçónico, defendeu a independência do Brasil. Advogado, foi também um dos juizes do «Conselho de Jurados por excessos da liberdade de Imprensa» (1825/26), tendo exercido outros importantes cargos oficiais, além de lente de Direito Mercantil e de inspector da Aula de Comércio. Um dos filhos, Luiz, foi director do jornal *A Regeneração* e a filha Violante é apontada como a primeira jornalista brasileira por ter dirigido o *Jornal das Senhoras* (de 1852 a 1855).

Hélio Vianna enumerou 20 dos seus trabalhos, incluindo os de redactor, sobre temas históricos, literários, geográficos, etc. Segundo o filho Luiz, Diogo Soares da Silva Bivar «nasceu abastado, viveu ilibado e morreu pobre». Em Portugal, publicou a *Memória em que se prova que a vila de Abrantes fora a antiga Tubucei dos romanos e não Tancos como outros supõem* (1802), assim como os estatutos da *Sociedade Literária Tubuciana* e um «Novo Atlas geográfico». E no Brasil há que relevar, entre outros, o *Almanaque da Bahia para 1811*. Quanto à revista *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, de que se conhecem

algumas páginas de 1814 — que teriam sido adicionadas ao encalhe da publicação inicial, em 1812 — reunia «discursos sobre os costumes e as virtudes morais e sociais, algumas novelas de escolhido gosto e moral; extractos de história antiga e moderna, nacional ou estrangeira, resumo de viagens; pedaços de autores clássicos portugueses, quer em prosa, quer em verso, cuja leitura tende a formar gosto e pureza na linguagem; algumas anedotas e boas respostas, etc.».

Ainda no período colonial, poderíamos citar a participação de relevo que tiveram os portugueses na Imprensa, incluindo o próprio D. Pedro (I do Brasil, como imperador, e IV de Portugal, como rei), nascido em Queluz aos 12/10/1798, onde veio a morrer em 24/9/1834. A vasta e irrefutável documentação reunida por Hélio Vianna no livro *D. Pedro I, jornalista* confirma que o futuro imperador e rei foi um inveterado jornalista panfletário, de acordo com os manuscritos hoje guardados no Arquivo da Família Imperial Brasileira, que ficou por largos anos no Castelo d'Eu (França), para onde foram levados após a implantação da República Brasileira, em 1889; mais tarde, voltaram ao Brasil e estão hoje no Museu Imperial de Petrópolis, onde puderam ser compulsados pelo historiador, que os utilizou largamente no livro sobre as actividades jornalísticas de D. Pedro, enquanto apenas príncipe e até depois de proclamar a independência e de usar o título de Imperador do Brasil. O real periodista

redigia desde o folheto isolado ao artigo panfletário no jornal e o seu primeiro pseudónimo teria sido «Simplicio Maria das Necessidades, sacristão da Freguesia de São João de Itaboraí», com o qual assinou o folheto de 21/1/1822, a propósito dos incidentes relacionados com o «Fico», quando a corte de Lisboa o mandou regressar a Portugal. D. Pedro «ficou», depois de ter anunciado, no Rio de Janeiro: «Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico.»

Além de ter sido jornalisticamente — «sacristão», D. Pedro usou também outros pseudónimos, desde «O inimigo dos marotos» (os portugueses eram esses «marotos») ao «Piolho viajante», passando por «O Anglo-Maníaco e, por isso, o Constitucional Puro», «O Espreita», «O Ultra-Brasileiro», «O Filantropo», «O Derrete-Chumbo a cacete», etc., esclarecendo Hélio Vianna que D. Pedro utilizava a pena como um azorrague para flagelar os adversários: «Sem dó nem piedade, cáustico, irreverente, escrevendo as verdades abertamente, citando nomes e factos, doesse a quem doesse.»

Por algum tempo, suspeitou-se do real «jornalista» mas outros o desculpavam com o argumento de que o verdadeiro autor dos artigos e panfletos era o secretário de D. Pedro, Francisco Gomes da Silva — «O Chalaça» —, nascido em 1791 em Lisboa e que foi em 1808 para o Brasil. Em verdade, ambos foram «jornalistas» e, acima de tudo, panfletários. No livro *D. Pedro I, jornalista*, Hélio

Vianna informa que «O Chalaça» escreveu nos jornais *O Espelho*, *Diário Fluminense*, *Diário do Governo* e *Gazeta do Brasil*, salientando que o príncipe regente e imperador, ao contrário dos governantes que chamam outros para divulgar as suas ideias — «quando as têm» —, «preferiu ser, ele próprio, seu panfletário e periodista, neste caso como encoberto colaborador-missivista de jornais cariocas do seu tempo». E contou sempre, até 1830, com «o constante auxílio do dedicado secretário particular e oficial do gabinete Conselheiro Francisco Gomes da Silva, apelidado «O Chalaça».

A actividade jornalística do real panfletário atingia, por vezes, as raias da inoportunidade política, ao ponto de o principal ministro da monarquia brasileira, o marquês de Barbacena, ter conseguido do Imperador, em 1830, a promessa de ele «não escrever para as gazetas», não se sabendo, porém, se o «jornalista» ficou em silêncio, limitando-se a assoprar ao francês Henri Plasson, redactor do jornal *Moderador* (e talvez a outros plumitivos), informações que não tardavam a aparecer em letra impressa... o que levou Hélio Viana a concluir: «D. Pedro, como se vê, jornalista veterano, apesar de sempre encoberto por pseudónimos, sabia o que valia a Imprensa, para a formação da opinião pública e, assim, aqui o deixamos, esperando ter demonstrado que foi publicista dos mais activos, conquanto até agora dos menos conhecidos de nossa História.»

Do historiador brasileiro se destacam ainda as observações sobre o «jornalista», conselheiro, oficial de gabinete, comendador e secretário real Francisco Gomes da Silva, que ganhou o apelido de «Chalaça» «por suas habituais facécias». Filho de um ourives da casa real, nasceu em Lisboa em 1791 e veio em 1808 para o Rio: «Apresentado, muitas vezes, apenas como companheiro de patuscadas do fundador do Império Brasileiro, é com acentuada antipatia que quase sempre aparece nas páginas de nossos historiógrafos, inclusive como principal figura do chamado ‘gabinete secreto’, que se dizia existir nos anos imediatamente anteriores à abdicação (de D. Pedro) de 1831.» Por um artigo que lhe foi atribuído, o marquês de Barbacena conseguiu que «O Chalaça» fosse mandado para Nápoles, como encarregado de negócios do Brasil. Das *Memórias oferecidas à Nação Brasileira* (Londres, 1831) não mais se duvida que foram redigidas por Francisco Gomes da Silva, apesar de terem sido atribuídas a «autores literariamente mais notáveis, Rodrigo da Fonseca Magalhães ou Almeida Garrett, esse mediante o pagamento de trinta libras esterlinas», informou Hélio Vianna. O historiador concluiu que outros textos jornalísticos são da autoria indiscutível do «Chalaça», conforme documentam os manuscritos, e aponta o panfleto *Breve Análise à «Malagueta Extraordinária» ou Extravagante* n.º 3, de 28 de Maio e 1824, cujo custo de impressão foi de 60\$360,

pagos por D. Pedro I à Imprensa Nacional (Rio de Janeiro).

O curioso é que as «malaguetas» foram jornais publicados por Luís Augusto May — «O Malagueta» —, que nasceu em Lisboa (1782). De origem inglesa residiu em Londres, de onde foi para o Brasil, «como intérprete de trabalhadores suecos destinados à Fábrica de Ferro de Ipanema, em Sorocaba». Luís Augusto May foi militar, chegou ao posto de capitão e exerceu vários cargos civis, nomeadamente o de secretário do representante de Portugal na capital britânica, Domingos António de Sousa Coutinho.

Ao lançar, no Rio de Janeiro, o jornal *Malagueta*, em 18/12/1821, 1.º de uma série, declarou-se independente «no campo razo da liberdade de imprensa». O último periódico da série saiu em 5/6/1822, mas a repercussão foi tão grande que provocou a publicação de 8 folhetos de resposta. Dez meses mais tarde, apareceu a *Malagueta Extraordinária* (31/7/1822), «a mais notável de todas, por ter dado motivo à violenta agressão no dia seguinte sofrido pelo jornalista, de que tanto se falou e escreveu, à época e posteriormente», observou o autor da *Contribuição à História da imprensa Brasileira*. E a agressão insinua como era o tom dos panfletos de D. Pedro e do «Chalaça». Em 1828/1829, assinala Hélio Vianna a segunda fase da *Malagueta*, a última das quais veio a aparecer em 1832.

Luís Augusto May, que faleceu em 1850, foi um dos jornalistas mais combativos e combatidos do Brasil. Deputado por Minas Gerais e a seguir pelo Rio de Janeiro, nas duas primeiras legislaturas do Império, foi agredido duas vezes pelos seus adversários políticos. Não tendo conseguido reeleger-se, em 1834, May entrou «em definitiva decadência política», diz Hélio Vianna, que acrescenta haver tentado o jornalista nascido em Lisboa aproximar-se de D. Pedro I, mas, ao que parece, as suas violentas críticas do passado nunca foram perdoadas.

#### *Depois da independência*

Se lermos *A História da Imprensa no Brasil*, de Werneck Sodré, bem pouco saberemos dos portugueses. No capítulo sobre «Imprensa e Literatura», por exemplo, informa que, no final do século XIX, «entre os jornais que dão destaque às letras alinham-se, principalmente, o *Diário Mercantil*, de São Paulo, mas não esclarece que o jornal era dirigido pelo português Gaspar da Silva. E ao referir o *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), menciona sem explicações a coluna «Dominicais» de João Luso e a colaboração, entre outros, «do português Cândido de Figueiredo», enquanto na *Gazeta de Notícias* (também do Rio) cita mas sem lhe atribuir importância que «está de volta Ramalho Ortigão». Noutra passagem sobre o aludido *Jornal do Comércio*,

refere que, dos estrangeiros, distinguem-se Justino de Montalvão, e cita as «Cartas de Lisboa» de José Maria Alpoim, os artigos de Câmara Reys (?), mas não dá explicações nenhuma, embora assinale «as esplêndidas crónicas do visconde de Santo Tirso», reunidas depois nos volumes *De Rebus Pluribus* e *Cartas de Algures* — informações muito incompletas, como veremos mais adiante.

Quanto aos jornais, o parcialíssimo e superficial historiador coloca no mesmo ramo «a proliferação dos pasquins», em 1831, apontando *A Lusitânia Triunfante*. Noutra página, ficamos a saber do aparecimento de um jornal, *O Luso-Brasileiro*, lançado em 1822 em Belém do Pará por José Ribeiro Guimarães, mas que estava «a serviço dos dominadores locais, contrários à independência». Em 1823, surgiu o *Luso-Paraense*, sob a direcção do mesmo Guimarães e de José Lazier. Por volta de 1876, refere Werneck o aparecimento da *Mala da Europa*, «revista impressa em Portugal, mas destinada ao Brasil». E encontram-se ainda na werneckiana história breves menções a *O Regulador Luso-Brasileiro*: «na Corte, a 29 de Julho (1822), começaria a circular, sintomaticamente, o semanário (...), redigido por Frei Francisco de Sampaio e por António José da Silva Loureiro, que apareceu até 12 de Março de 1823, defendendo a união entre Brasil e Portugal e o governo andradista». Outro jornal foi *A Defesa dos Portugueses* (Rio de Janeiro), arrolado numa lista dos jornais de 1883. No século XX, há

referências às actividades jornalísticas de Carlos Malheiro Dias, Julião Machado e Correia Dias, mas o leitor desprevenido não saberá por Werneck que eles eram portugueses. Vá lá que a págs. 253 o historiador que vimos seguindo fala do jornal *O Besouro*, de 1878, «com as excelentes charges de Rafael Bordallo Pinheiro». Em compensação, nada acrescenta acerca dos inúmeros jornalistas portugueses que trabalharam na Imprensa brasileira e que nela tiveram especial destaque. São numerosas as omissões, entre as quais se apontam os nomes de Filinto de Almeida, José Maria Lisboa, Faustino Xavier de Novaes, padre Sena Freitas, Gaspar da Silva e Augusto Emílio Zaluar, jornalistas portugueses que tiveram grande projecção.

Se esses e muito outros jornalistas e escritores deram o seu contributo à Imprensa brasileira, tanto melhor. Pena é que Werneck Sodré tenha olhos vessos para o que de positivo fizeram os portugueses e não hesite repetir a balela de que o atraso na implantação da tipografia foi para manter os brasileiros na ignorância, ao comparar o «avanço» espanhol e o «atraso» português: «Que razões teria este contraste de orientação se, à época, Portugal e Espanha, submetidos ao mesmo regime, o feudal, deviam ter o mesmo atraso em suas colónias?» O historiador responde que a Universidade também chegou com atraso ao Brasil — «os motivos são os mesmos que atrasaram o desenvolvimento da Imprensa».

Alguns dos mestres contemporâneos da comunicação social corrigem a informação deficiente de historiadores como o N. W. Sodré, e um deles, o professor José Marques de Melo, elucida no livro *Sociologia da Imprensa Brasileira*, que «em relação à América Portuguesa, há uma grande distância entre o começo da ocupação e o funcionamento efectivo de uma administração colonial, circunstância que, isoladamente, já pode esclarecer a ausência de tipografias naquele período». E, noutra passagem, admite Marques de Melo que «Portugal poderia ter também razões políticas para evitar que a Imprensa se desenvolvesse no Brasil», mas logo a seguir pondera não ser possível afirmar-se «que a metrópole houvesse tomado medidas definitivas, de ordem geral, para impedir o funcionamento da Imprensa em terras brasileiras. O precedente verificado nos territórios coloniais do Oriente (...) põe por terra toda a argumentação de que Lisboa visualizava na Imprensa um instrumento revolucionário, capaz de propiciar a libertação dos povos colonizados, e que, por isso mesmo, deveria ser aniquilada. Ao contrário, a Imprensa foi no Oriente um recurso eficaz para assegurar a submissão das populações, tarefa a que os missionários se entregaram com entusiasmo».

O ensaísta e professor brasileiro continua o desenvolvimento do seu raciocínio e completa-o com esta sensata afirmação: «Diríamos que não existiu uma legislação expressamente restritiva à

instalação de tipografias no Brasil. O que se costuma apresentar como prova da intransigência lusa são os documentos legais expedidos para atender a situações específicas de desrespeito às normas vigentes e da burla à vigilância das autoridades. Referimo-nos aos textos legais de 1706 e de 1747, determinando a apreensão de tipografias aqui instaladas clandestinamente». E acentua o prof. Marques de Melo haver «uma diferença muito grande entre um diploma legal proibindo taxativamente o funcionamento de tipografias (que não chegou a existir) e determinações isoladas das oficinas montadas sem autorização dos governantes metropolitanos».

Outro facto que merece ser tomado em conta «é a condescendência com que Portugal procedeu em relação aos autores brasileiros», que foram impressos em Portugal e circularam em terras do Brasil. A realidade é que — lê-se na *Sociologia da Imprensa Brasileira* — «a Imprensa não surgiu no Brasil porque não havia capitalismo e burguesia no período colonial». Em verdade, «o problema não é demasiado simples e tangível como pretende Werneck Sodré».

Em resumo, as actividades comerciais no Brasil, assim como as administrativas e culturais, «não passavam de meros embriões, rudimentares e pouco solidificados», declara o prof. Marques de Melo: «Tanto assim que não foram suficientes para impor a necessidade da Imprensa como elemento

imprescindível (que não o era) à vida colonial.» Em compensação, Goa e Macau tiveram mais cedo a Imprensa porque reuniam essas condições e precisavam da Imprensa.

### *Os Portugueses na Imprensa Brasileira*

As omissões e distorções sobre o papel cumprido na Imprensa brasileira pelos jornalistas (e outros) portugueses devem ser apontadas e corrigidas. O que não será tarefa fácil. Por uma série de motivos, o principal dos quais é o descaso pelo exame sério das questões relacionadas com o diálogo cultural entre portugueses e brasileiros. Basta ver o que tem sido feito, nos últimos anos — antes e depois do «25 de Abril»...

De qualquer modo, lembrando que «quem não tem cão caça com gato», há que tentar, ao menos, sugerir algo de positivo, recapitulando certas pesquisas e ideias que temos defendido há pelo menos um decénio. E começamos por confessar que o material de pesquisa é tão vasto que só para o detectar será necessária uma boa equipa...

Abrimos com várias listas, catalogadas grosseiramente, e em primeiro lugar poderíamos fazer uma lista dos jornalistas portugueses que actuaram no Brasil: a nossa relação provisória está com algumas dezenas de nomes. Viria depois a dos que ainda estão vivos, partindo exclusivamente de pessoas que conhecemos de perto ou de longe — e

chegámos a duas dezenas. Numa terceira relação dos que viveram (ou vivem) neste país e que colaboraram na imprensa brasileira, já fomos além dos 50. Quanto ao número dos portugueses que foram correspondentes ou colaboradores da imprensa do Brasil, a lista é ainda mais longa. E não entrámos sequer na chamada imprensa luso-brasileira, até porque a pesquisa se torna mais complicada, senão impossível: o jornal mais antigo em circulação (*Voz de Portugal*, semanário do Rio de Janeiro) tem pouco mais de 50 anos — e as colecções dos jornais do passado quem as guardou?

Outro caso impressionante que não pode deixar de ser referido é o do *O Estado de S. Paulo*, por se tratar do jornal brasileiro por onde devem ter passado mais portugueses, desde a fundação, em 1875. Foram mais de 20, entre os jornalistas de profissão, sem falar dos colaboradores portugueses. Em primeiro lugar, não pode esquecer-se que entre os fundadores deste jornal republicano esteve um português — o jornalista José Maria Lisboa, que teve lugar de realce em outros órgãos da imprensa brasileira e acabou sendo o principal fundador e director de outro jornal, o *Diário Popular*, lançado em 1885 e ainda em circulação em São Paulo.

Nos primórdios de *A Província de S. Paulo* (título inicial de *O Estado*, que mudou de nome quando a República transformou as antigas «províncias» em «estados»), entre os principais redactores destacava-se Gaspar da Silva (Boaventura Gaspar da Silva

Barbosa), que foi enobrecido com o título de visconde de São Boaventura pelo rei D. Carlos, após o seu regresso a Portugal. Esteve não só n'*A Província*, mas também no *Jornal do Comércio* e no *Diário Mercantil de São Paulo*, além de ter sido um dos fundadores de *A República das Letras* (1876), que foi um dos primeiros jornais brasileiros a divulgar Eça de Queirós. E andou igualmente pela imprensa de Campinas e de Sorocaba, tendo deixado vários livros em prosa e verso, desde *Reverberos*, *Antes de soprar à luz*, *Reacção e liberdade*, etc. Na *Província de S. Paulo* publicou inúmeros artigos sobre temas diversos, mas com destaque para as artes e letras destacando-se como «modernista» do seu tempo. Violento polemista foi atacado com ferocidade por Camilo Castelo Branco (embora houvesse sido um fervoroso camilianista) no Cancioneiro Alegre: «Que pena se este Gaspar se estraga com a cachaça brasileira!»

A participação dos portugueses na imprensa brasileira é um mundo: Fidelino de Figueiredo em *Um século de relações luso-brasileiras* (1825-1928), já assinalara a extraordinária repercussão que teve nos jornais do Brasil a colaboração dos escritores e jornalistas portugueses: «Muitas penas portuguesas têm mantido a ligação espiritual do Brasil com Portugal, por meio da imprensa brasileira, falando-lhe da velha metrópole, da sua cultura e de quanto do antigo mundo possa interessar os seus longínquos leitores: Eça de Queirós, Maria Amália

Vaz de Carvalho, Ramalho Ortigão, visconde de Santo Thyrso, Pinheiro Chagas, Mariano Pina, Guilherme de Azevedo, conde de Sabugosa, etc. Grande parte da obra de Maria Amália é mesmo constituída por essa colaboração na imprensa carioca, e uma vez compendiada em volume nos informava um pouco dos valores literários do Brasil, porque sobre eles discorria também.»

O prof. Fidelino de Figueiredo abre apenas a grande porta: quem sabe que vários dos livros de Ramalho Ortigão foram inicialmente publicados na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, para a qual o autor de *A Holanda* teria levado Eça de Queirós? Na altura em que o redactor d'*As Farças* veio ao Brasil, *A Província de S. Paulo* salientava que «quando ele apareceu, Portugal literário ainda era um feudo do romantismo, sob todos os pontos de vista. O facho revolucionário foi ele quem o ateou, tendo por companheiro o ilustre autor do Primo Basílio e de *O Crime do Padre Amaro*».

E os ecianos do Brasil que ainda hoje pedem meças aos «pessoanos»? No *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, o poeta Manuel Bandeira fez o levantamento da colaboração na *Gazeta de Notícias*, onde Eça de Queirós começou a escrever em 1880 e onde saíram muitos dos textos que mais tarde foram inseridos nos volumes *Cartas de Paris e Londres*, *Cartas da Inglaterra*, *Correspondência de Fradique Mendes*, *Notas Contemporâneas*, *Ecos de Paris*, *Cartas inéditas de Fradique Mendes*, *Cartas Familiares e*

*Bilhetes de Paris*, alguns contos, o 1.º capítulo de *Os Maias*. A colaboração prolongou-se até 20 de Setembro de 1897, data em que o jornal carioca imprimiu «As catástrofes e as *leis da emoção*.»

O romancista de *A Cidade e as Serras* desejou ardentemente esta colaboração na imprensa brasileira, tendo em vista, sobretudo, o equilíbrio do seu orçamento, permanentemente deficitário, e admitiu a hipótese de escrever para a *Gazeta da Bahia* e para o *Jornal do Commercio* (do Rio). Nenhum biógrafo ou crítico falou, porém, das crónicas e de *Os Maias* que vieram a lume nas páginas de *A Província de S. Paulo*, conforme pudemos documentar em «O colaborador de *A Província de S. Paulo*».

Creemos que fomos também os primeiros a revelar as 15 crónicas inéditas que António Nobre publicou, no *Correio de Campinas*, em 1885, assunto que tratámos em artigo n' *O Estado de S. Paulo* e n' *O Primeiro de Janeiro*, em 1967, assunto que ainda não esgotámos e ao qual pretendemos voltar um dia.

Outro colaborador que foi muito apreciado pelos leitores dos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo foi Carlos Cirilo Machado, 2.º visconde de Santo Tirso (1865-1919), diplomata e comentador de questões da actualidade.

E Rafael Bordallo Pinheiro, que viveu cerca de 4 anos no Rio de Janeiro, ganhou a vida como caricaturista dos jornais *Mosquito*, *Psit!!!* e *Besouro*, entre 1875 e 1879. A influência que exerceu na

imprensa brasileira da época ainda não foi devidamente estudada, mas podemos garantir que foi imensa. E foi ainda o grande caricaturista o primeiro de uma série de outros caricaturistas portugueses no Brasil — em torno de duas dezenas no final do século XIX e na primeira metade do século XX, outro tema para uma pesquisa que valeria a pena fazer.

Se se fizesse a história da participação dos portugueses na imprensa brasileira, deveria seguir-se a ordem cronológica, mas os apontamentos que vamos desenvolvendo não a atendem, são quase um pouco ao sabor da memória e das pesquisas incompletas que vimos fazendo. Não obstante, devemos abrir espaço para Faustino Xavier de Novaes (1820-1869), o poeta satírico que veio do Porto para o Rio, que foi amigo de Camilo (que o apresenta e exalta no *Cancioneiro Alegre*). Colaborou em jornais e revistas, publicou livros, foi muito apreciado, mas nem por isso deixou de ser infeliz. E sua irmã Carolina Novaes acabou sendo o grande amor do maior escritor brasileiro, Machado de Assis.

Outro jornalista invulgar foi Augusto Emílio Zaluar (1826-1882), que estudou Medicina em Lisboa e se dedicou às letras. Chegou como emigrado ao Rio em 1849 e aqui viveu como funcionário público, professor e jornalista. Colaborou numa série de publicações, fundou jornais em Vassouras, Petrópolis e Santos, deixou livros de versos e de prosa (alguns traduzidos), um

dos quais é o raro testemunho de um grande jornalista e escritor, *Peregrinação pela Província de São Paulo* (1860-1861). Melhor do que qualquer epitáfio, as palavras de *A Província de S. Paulo*, na hora da morte de Zaluar: «Os seus filhos estão reduzidos a grande pobreza, só tendo herdado de seu pai a memória de um homem honrado e trabalhador.»

Carlos Malheiro Dias, João Luso, Thomaz Ribeiro Collaço, o padre Sena Freitas, crítico e polemista que também veio para os Brasis, José Maria Lisboa e Gaspar da Silva, para citar apenas alguns, entre centenas, deixaram na Imprensa brasileira uma lembrança que perdurou por largos anos. Aliás, bastaria pesquisar na coleção de *A Província* e de *O Estado de S. Paulo* para se verificar como foi profunda e altamente benéfica para a nossa Cultura a colaboração de portugueses. E de brasileiros também, é claro, nos artigos sobre questões portuguesas. O grupo dos portugueses, n' *O Estado*, daria, não um capítulo, mas um livro, se o abrissemos em 1875 e o folheássemos até aos tempos contemporâneos. Lembrar-se-ão apenas outros colaboradores, além dos já referidos, como o médico e escritor António Maria Bettencourt Rodrigues (1855-1933), que foi para o Brasil por volta de 1890, exilado voluntário por ser republicano, e que veio a ser ministro dos Negócios Estrangeiros — uma tarefa com certeza menos importante do que os 350 artigos que publicou no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre questões científicas

(alguns depois reunidos em vários livros), políticas e culturais.

Outro colaborador assíduo foi o jornalista e escritor Filinto de Almeida (1857-1945), que apesar de português pertenceu à Academia Brasileira de Letras (outros raros portugueses tiveram também essa honra). Jaime Cortesão publicou mais de 200 artigos n' *O Estado de S. Paulo*, vários dos quais estão hoje nos dois volumes de *Introdução à História das Bandeiras* (64 artigos que tivemos a honra de ajudar a reunir), em *Portugal — a terra e o homem* e noutros livros do maior historiador luso-brasileiro contemporâneo.

O republicano Ricardo Severo, emigrado por causa da intentona revolucionária do Porto, em 1891, publicou uma cinquentena de artigos (incluindo conferências) n' *O Estado* (e noutras publicações brasileiras), sendo porventura o mais ilustre dos emigrados: era um homem notável não apenas pelas suas actividades profissionais de engenheiro e empresário mas igualmente pela acção cultural que desenvolveu no Brasil para honra de Portugal.

Fialho de Almeida publicou n' *O Estado de S. Paulo* 99 artigos e contos, pelo menos, trabalhos que não conseguimos inventariar até ao fim, pois supomos que vários deles não foram incluídos nos livros do admirável contista, crítico e jornalista português. Saibam quantos... é a reunião dos textos que Fialho mandou para o *Jornal do Brasil*, do Rio de

Janeiro, quando a imprensa portuguesa boicotou implacavelmente Fialho, por ele ter deixado de ser republicano. Os trabalhos que mandou para *O Estado*, ao que parece como correspondente do jornal, saíram na última década do século XIX.

Henrique Galvão (1895-1970) é outro «caso» por estudar, pois foi graças a *O Estado de S. Paulo* (onde publicava um artigo semanal, depois da aventura do Santa Maria) que sobreviveu — inclusive nos últimos quatro anos de existência, que passou numa clínica paulista. Mas foi nas colunas do jornal que chegou a ser um viveiro de anti-salazaristas (todos «comunistas», segundo os comendadores do salazarismo em São Paulo, e até de alguns do pós-«25 de Abril»...) que o capitão Galvão disparou implacavelmente sobre os seus adversários e ex-companheiros da União Nacional...

Fechamos a lista com Adolfo Casais Monteiro, o grande «campeão» entre os colaboradores portugueses de *O Estado de S. Paulo* mas poderíamos citar outros, desde Jorge de Sena aos que viveram sempre em Portugal, entre os quais Oscar Lopes, João Gaspar Simões — e quantos mais? Ainda sobre Casais Monteiro, o singular «campeão»: já localizámos mais de 500 artigos (muitos dos quais sobre política portuguesa).

O simples enunciado das questões a aprofundar dá uma ideia aproximada do muito que precisa ser investigado para se traçar uma perspectiva da acção dos portugueses na imprensa brasileira.

Quanto à chamada imprensa luso-brasileira é outro capítulo a desenvolver, principalmente depois de 1822 e, em particular, na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX quando foi mais intensa a emigração portuguesa para o Brasil. E, neste capítulo, há ainda que estudar o sentido e a importância de revistas aparentemente tão próximas mas de espírito tão diferentes como foram a *Atlântida* e a *Atlântico*.

## OS PORTUGUESES NO TEATRO BRASILEIRO

Atinge cerca de 250 verbetes a *Contribuição portuguesa ao teatro do Brasil*, apresentada por Carlos K. Couto durante o I Encontro dos Intelectuais e Artistas Portugueses que em Maio de 1990 se realizou em São Paulo por iniciativa do Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa.

Ainda que baseado em grande parte no livro de J. Galante de Souza, *O Teatro no Brasil*, nem por isso se revela menos significativo o trabalho de Carlos K. Couto, que é actor e dramaturgo, tendo trabalhado não só no teatro mas também no rádio e na televisão, bem como na imprensa. Crítico e cronista, poeta com vários livros publicados, trata-se de mais um autor brasileiro nascido em Portugal (no Porto) e a sua última iniciativa foi a construção de um teatro ao ar livre, num terreno de sua propriedade, em Niterói. Poeta de rara sensibilidade, não somente quando faz versos mas também quando se consagra à crónica e ao teatro.

Queixa-se o pesquisador que na busca que fez para colectar subsídios «capazes», a fim de levar a bom termo o seu empreendimento — isto é, a documentação que os portugueses têm proporcionado ao teatro brasileiro — não encontrou «qualquer literatura especializada a respeito, onde, além de nomes e factos, fossem analisadas criticamente as fases e a importância de tal contribuição». Infelizmente, o que se passa no teatro ocorre também na poesia, na ficção e no ensaio ou no jornalismo, bem como no cinema e nas artes plásticas — para não referir outros sectores vitais, que vão desde o ensino à ciência.

Na verdade, não existe uma política cultural portuguesa no Brasil e não há sequer estudos amplos e sistematizados sobre a nossa emigração. Tudo o que existe é fragmentário e as poucas obras realizadas desde 1822 estão dispersas pelas bibliotecas brasileiras e portuguesas, grandes e pequenas, oficiais e particulares. Pouco se sabe em relação aos temas de interesse comum nos dois lados atlânticos — como se a Portugal não interessassem as raízes lusíadas do Brasil nem ao Brasil merecessem qualquer importância o papel do português emigrado.

O exemplo da pesquisa feita por Carlos K. Couto demonstra a amplitude e, ao mesmo tempo, a complexidade da presença dos portugueses no teatro do jovem país: «Imperdoável lacuna, só compreensível por bem se conhecerem os tempos

do obscurantismo cultural que nossos dois países atravessaram neste século. E pela quase total indiferença do capital lusitano, sempre interessado em investir mais em «nozes» do que em «vozes», coisa para sonhadores. Isso de movimentos culturais de profundidade ainda não é a preocupação palpável para a maioria das empresas de porte, não apenas dirigidas por patrícios nossos, mas também pelos americanos, ingleses, turcos e... brasileiros» — acentua o autor da *Contribuição portuguesa ao teatro do Brasil*. E diz ainda: «Hoje, a evolução da arte de representação encontrou caminhos de cinema, rádio, televisão, propaganda, num leque que o torna cada vez mais importante e indispensável. A informática agiganta-se e o mundo vai-se transformando numa grande pista de corrida onde chega primeiro quem tiver mais dados informativos.» Por fim, adverte: «Assim, mais do que nunca, parece-nos oportuna uma fixação coordenada das lutas que têm tido milhares de portugueses do Brasil em jornais, tribunas, universidades, laboratórios, teatro».

O levantamento feito por Carlos K. Couto é incompleto, esclarece-nos ele, juntando, aliás, actores, técnicos e autores teatrais ou simples mestres-ensaiadores — e só inclui alguns (haverá falhas) dos que nasceram em Portugal após a independência do Brasil, em 1822. Em compensação, dá pistas oportuníssimas sobre as actividades intensas e prolongadas de alguns artistas portugueses, conforme, ocorre com a primeira da

lista, Adelina Abranches, que tendo-se iniciado no teatro aos 5 anos, em Lisboa, «foi no Rio de Janeiro que trabalhou pela primeira vez, depois de adulta». E outra novidade: a sua filha Aura, que tanto ilustrou o teatro português — como sua mãe — nasceu no Brasil...

Os mais de 200 verbetes trazem outras informações preciosas sobre as ligações teatrais de muitos portugueses que se tornaram mais conhecidos pela sua maior projecção nas letras ou na imprensa. Na verdade, são duas dezenas os portugueses ligados ao jornalismo mas que também no Brasil se dedicaram ao teatro — e vice-versa. Muitos deles dedicaram-se à cena e conquistaram, de resto, grande êxito.

Determinadas das figuras são mencionadas nas histórias do teatro brasileiro, mas somente de passagem, como é o caso de Furtado Coelho que foi autor de várias peças e alguns romances, jornalista, pintor, pianista, compositor e dramaturgo, além de empresário. Foi ele quem apresentou ao Brasil a actriz (e poetisa) Eugénia Câmara, que veio a ser o grande amor do poeta Castro Alves. Furtado Coelho foi casado com a actriz Lucinda Simões, tendo sido, na opinião de Couto, «o português que mais contribuiu para a introdução do teatro realista no Brasil».

Aí está uma informação que nunca foi aprofundada, embora se fale com muita frequência na acção que tiveram no Brasil os teatrólogos de

outros países. Quem sabe se alguém completará esta investigação sumária agora levantada e que merece ser mais aprofundada e interpretada à luz da extraordinária contribuição que os portugueses oferecem aos alicerces do teatro brasileiro?

As relações teatrais de um Henrique Chaves sugerem outras pistas no teatro e fora dele: foi com ele que Rafael Bordallo Pinheiro lançou o jornal *O Besouro*, no Rio de Janeiro — parceria que ninguém lembra, já que o caricaturista e ceramista se tornou famoso. Não obstante, Henrique Chaves colaborou também n’*O Mosquito* (o jornal que contratou Bordallo a peso de ouro — e que veio a tornar-se também colaborador da *Gazeta de Notícias*, onde Eça de Queirós publicou as crónicas de que fez mais tarde livros inteiros), além de ter sido um dos pioneiros da taquígrafia no Brasil, pois a introduziu no Parlamento deste País.

Outro nome ao acaso, Correia Varela, que escreveu «numerosas comédias» segundo Carlos K. Couto, e com algumas alcançou êxito, além de ter sido actor e fundador de 33 jornais: *Pátria Portuguesa*, *Diário Português* e *Portugal Diário*. E, não raro, há informações sobre os emigrados políticos portugueses no Brasil — outro campo intacto e que valeria a pena devassar, pois o exílio vem do início das lutas entre miguelistas e liberais, tendo alcançado outros pontos altos no fim do século passado com os republicanos inconformistas (Bettencourt Rodrigues, Ricardo Severo e outros), depois com os

monárquicos vencidos (entre os quais Carlos Malheiro Dias), vindo logo a seguir os anti-salazaristas (de Jaime Cortesão a Adolfo Casais Monteiro a relação é extensa), até aos que saíram de Portugal, Angola e Moçambique depois do 25 de Abril de 1974...

Além de ter alargado os verbetes de J. Galante de Sousa, o autor da *Contribuição Portuguesa ao Teatro do Brasil* incluiu outros teatrólogos mais recentes, classificando-os entre autores, ensaiadores, actrizes, actores e até mesmo empresários. Destaca os dramaturgos Cunha de Leiradella (autor de «A Pulga», representada em Portugal) e Maria Adelaide Amaral, que já deixaram de ser uma revelação, pois se destacam hoje entre os mais importantes autores do teatro brasileiro contemporâneo.

Valeu a pena o esforço de Carlos K. Couto, que se autocritica com modéstia: «Claro que, num trabalho feito com a única preocupação de “levantar uma lebre”, como se diz em Portugal, muitas lacunas há que se preencher, e para isso contamos com a boa vontade e a memória de quantos puderem colaborar». Mas valeu a pena, apesar da indiferença oficial — cá e lá por tudo o que diz respeito à acção cultural dos emigrados que não aceitam tutelas...

## A PARTICIPAÇÃO NO CINEMA

Muito se fala de Carmen Miranda, que nasceu em Portugal mas emigrou com os pais, ainda criança, para o Brasil, onde se tornaria famosa como cantora e atriz, dentro e fora do país de adoção, mas apontada sempre como artista brasileira. Para os norte-americanos, ela foi a «bombs-hell», conhecida em todo o mundo por obra e graça da música e do cinema.

Houve, porém, outra artista portuguesa que deu notabilíssimo contributo ao cinema brasileiro, embora sejam raros os que disso se lembram hoje: foi Carmen Santos (Maria do Carmo Santos), que nasceu em Vila Flor no dia 8 de Junho de 1904 — e chegou ao Brasil em 1912, onde haveria de se impor como atriz, realizadora e produtora. Fez a estreia no cinema como atriz, actuando no filme «Ururau» (1919) e recebeu um papel de destaque na cinematização do discutido romance naturalista de Júlio Ribeiro, *A Carne* (1924), tendo participado no ano seguinte em «Mademoiselle Cinema» que retrata a vida carioca da época (a produção foi da FAB-

Filmes Artísticos Brasileiros, fundada por Carmen Santos).

É de 1929 o filme «Sangue Mineiro», de Humberto Mauro — outro dos pioneiros do cinema brasileiro, pois a cineasta portuguesa também o foi, interpretado por Carmen, que co-produziu a fita. Em 1930 participa do «Limite», sob a direcção de Mário Peixoto, filme hoje considerado clássico. Em 1934, fez «Favela dos meus amores» (pela sua nova produtora Brasil Vox Filme) e até à década de 50 a portuguesa de Vila Flor foi uma das grandes personagens do cinema brasileiro, destacando-se principalmente como actriz, mas sem deixar de ter uma participação de realce na produção de filmes, bem como na condição de realizadora.

O caso de Carmen Santos é sintomático: sabe-se cada vez menos da participação de intelectuais e artistas portugueses no Brasil, particularmente na cinematografia, sector em que os actores e actrizes, realizadores, técnicos e produtores são muitas vezes apresentados como brasileiros — o que não tem, afinal, importância nenhuma, porque o importante é que hajam trabalhado, e bem.

No livro que escreveu sob o título de *O cais do olhar / Fonocinema português* (ed. Instituto Cinema Português), José Matos-Cruz arrolou uma série de filmes, actores e realizadores que estabeleceram boas «pontes» entre o cinema de dois países — intercâmbio promissor que não foi continuado, infelizmente. Aliás, um dos casos mais expressivos é

certamente o de Chianca de Garcia. Aliás, quem diria?, o filme *A Severa* (1931), que abre a lista de Matos-Cruz, teve a «heroína», Dina Teresa, transplantada para este país, onde morreu. E no *Gado Bravo* (1934) encontramos um conhecido luso-brasileiro, António Botto, que foi autor dos poemas insertos na história cinematizada por António Lopes Ribeiro, *N'As Pupilas do Senhor Reitor* (1935), apareceu como director de produção o já referido Chianca, cuja obra está a exigir um estudo apropriado. E n' *O Trevo de Quatro Folhas* (1936) lá vem Chianca de Garcia, como realizador, e o «desconhecido» Tomás Ribeiro Colaço na condição de autor dos poemas, enquanto dos intérpretes se destacam a luso-brasileira Beatriz Costa e o brasileiro Procópio Ferreira.

Na *Maria Papoila* (1937), há um caracterizador, Fernando Barros, que se imporia não só como cineasta mas também como jornalista e que ainda hoje vive em São Paulo. Voltamos a encontrar Chianca de Garcia como responsável por *A Rosa do Adro* (1938) e, no mesmo ano, Fernando Barros é colaborador de *A Canção da Terra* e caracterizador de *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, ao passo que Beatriz Costa é intérprete da Aldeia da roupa branca. Em 1939, *A varanda dos rouxinóis* destaca mais dois luso-brasileiros, Dina Teresa e Fernando Barros (assistente), aparecendo este último também no *João Ratão* (1940), como caracterizador.

Por entre as extensas listas de cada película, outros nomes de brasileiros e de luso-brasileiros não estarão identificados, e em 1945 vem *A Noiva do Brasil*, sob a direcção de Santos Mendes (jornalista português há longos anos radicado em São Paulo) e, entre as participantes, a cantora Maria Sidónio, que por tanto tempo andou por esses Brasis.

O filme *Três dias sem Deus* é de 1946; a realizadora foi Bárbara Virgínia (tinha 16 anos!), que interpretou um dos papéis. Como actriz, declamadora e cantora foi tantas vezes ao Brasil que acabou casando em São Paulo, onde vive. Abandonou a vida artística, mas durante alguns anos fez programas de rádio, até que resolveu apenas cuidar da família, dar aulas e escrever livros.

Reencontramos a mesma Bárbara no *Aqui, Portugal* (1947), de que temos vaga lembrança e que foi, no dizer do insuspeito Domingos de Mascarenhas (também por algum tempo luso-brasileiro) «um perfeito monumento de artificiosismo pelintra». As Irmãs Meireles actuaram igualmente e Artur Agostinho (todos com vivência do Brasil).

De 1948 é o *Serra Brava*, de Armando Miranda, que foi buscar a história ao romance *Maria dos Tojos*, de Miguel Ângelo Barros Ferreira, esse minhoto que, jovem ainda, veio para o Brasil, onde fez uma longa e frutuosa carreira de jornalista e escritor. Tem cerca de 50 livros publicados, nos quais abordou temas que vão desde a História à

reportagem, passando pela ficção. Embora retirado das lides jornalísticas, é um dos «paulistanos» que melhor conhece São Paulo. O filme *Serra Brava* terá sido o «mais feliz» de Miranda, de acordo com a opinião de D. Mascarenhas.

O *Vendaval maravilhoso* é de 1949: dirigido pelo pioneiro Leitão de Barros, o argumentista foi Joracy Camargo (que não conseguiu repetir o êxito do *Deus lhe pague*). Cremos que dos principais intérpretes brasileiros, há que relevar Paulo Maurício, de que se perdeu o rasto artístico e que recriou a figura de Castro Alves, enquanto Eugénia Câmara, a actriz que se tornou a grande paixão do poeta baiano, foi vivida por Amália Rodrigues. Edmundo Lopes foi o «Ruy Barbosa» e Barreto Poeira reviveu o actor português Furtado Coelho, que tanto influenciou os actores brasileiros da sua época. A co-produção foi dividida entre a *Atlântico* e David Serrador, sabendo-se que o filme, apesar das boas intenções, não teve o êxito que se esperava. As filmagens decorreram nos estúdios da Tobis Portuguesa e Lisboa Filme, na Cinelândia e Randall (Rio de Janeiro).

Daí para a frente não houve cooperação a ressaltar, embora deva corrigir-se a informação no verbete sobre *A viagem presidencial ao Brasil* (1957) de António Lopes Ribeiro (70 min.), onde no roteiro se inclui uma visita a Brasília... que então não existia, excepto no papel e onde o general Craveiro Lopes não podia ter ido. Quanto ao mais, há que acrescentar as esporádicas aparições de actores

brasileiros e luso-brasileiros em filmes portugueses (e vice-versa) e, em 1960, *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Perdigão Queiroga, com dois brasileiros (ao lado de outros portugueses) na interpretação, Anselmo Duarte e Marisa Prado.

Não ficam por aqui as menções ao que poderá enquadrar-se na cinematografia luso-brasileira. Sobretudo no domínio documental, há outras indicações nas «fichas de filmes» que recebemos da Cinemateca Portuguesa: a lista é de 6 filmes apenas e abre com o documentário intitulado *Presidente Café Filho*, evocativo da visita a Portugal (1955, realização de António Lopes Ribeiro). Seguem-se: a já referida *Viagem presidencial ao Brasil* (indica-se a data de 1956), *Comunidade Luso-Brasileira* (de A. L. Ribeiro, 1956), *Relíquias portuguesas no Brasil* (de Leitão de Barros, 1959), *Cruzeiro do Sul* (sobre a viagem de Sacadura Cabral-Gago Coutinho, realização de Fernando Lopes), *Voo da amizade* (de Lisboa ao Rio de Janeiro, direcção de Fernando Lopes, 1966).

Quem tiver condições de acesso a outras fontes, certamente mais aprofundadas do que as nossas, encontrará talvez outros filmes e muitas outras pistas que possam levar ao conhecimento do que foi o intercâmbio cinematográfico de portugueses e brasileiros. Não será difícil concluir, com base nas experiências do passado, pela viabilidade de projectos futuros, desde que elaborados sem fantasias nem preconceitos políticos.

Entretanto, para já, torna-se necessário inventariar o que efectivamente existe de interesse para os dois países e, em especial, para os luso-brasileiros, a fim de que possa dar-se início à organização da cinemateca que não temos mas de que precisamos.

No volume dedicado a Chianca de Garcia, organizado por Luís de Pina (editado pela Cinemateca Portuguesa), acrescenta-se à filmografia do cineasta luso-brasileiro a realização, argumento, sequência cinematográfica e planificação de *Ver e amar*, além de 3 filmes dirigidos no Brasil: *Pureza* (1940), *24 horas de sonho* (1941), *Appassionata* (1952) e *Ai que saudades da Tobis!* e *Chianca de Garcia — um carioca de Lisboa* (1982), produzido para a RTP, com fotografia de Reinaldo Varela, som de José Manuel Coelho e sequência e realização do próprio Chianca. O entrevistador foi Luís de Pina.

Viveu no Brasil desde 1939 até à sua morte, em 1982, e o mínimo que pode afirmar-se de Eduardo Augusto Chianca da Silva Garcia é que a sua obra merece o interesse daqueles que defendem, de facto, o diálogo Portugal-Brasil. São ainda numerosos os que com ele conviveram e podem oferecer depoimentos sobre o que fez no mundo do espectáculo e em especial no cinema. É sem dúvida, a figura principal da cinematografia luso-brasileira. Quem o vai relembrar, através da sua obra?

## OS MODERNISTAS D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR

Ainda são escassos os estudos que relacionam os modernistas portugueses e brasileiros, apesar dos esforços de Casais Monteiro, José Osório de Oliveira, Jorge de Sena, Arnaldo Saraiva, João Gaspar Simões, Amândio César e Luís Forjaz Trigueiros, do lado português, e de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e de poucos mais, designadamente o último livro de Eustáquio Gomes.

Na sua ampla *História do Modernismo Brasileiro*, Mário da Silva Brito não dá especial destaque ao diálogo dos então futuristas de ambas as margens atlânticas, embora sobre os testemunhos nos livros *O Modernismo Brasileiro* e o *Modernismo Português e Os rapazes d'A Onda e outros rapazes*, assim como nos depoimentos de Menotti del Picchia e de Cassiano Ricardo, um e outro redigidos para as manifestações que em 1972 se realizaram em Lisboa, a propósito da exposição «Brasil — primeiro tempo modernista».

O depoimento «A Semana de Arte Moderna e Portugal) foi divulgado por Arnaldo Saraiva e nele sublinha Menotti, depois de relembrar alguns episódios da história comum, o traço de união estabelecido por António Ferro: «Vinha ele do seu país com uma iniciação revolucionária pois fora editor da famosa revista *Orpheu*, templo vanguardista no qual oficiavam o génio de Fernando Pessoa e Sá-Carneiro». Cita o relacionamento do jovem futurista português com Jorge Luís Borges e adianta que «integrando-se António Ferro no nosso grupo (Oswald, Mário e eu) faria com que, espiritualmente irmanados, argentinos, portugueses e brasileiros, se juntassem para eclodir a revolução cultural modernista concomitantemente nos três países».

Muitos pormenores desse relacionamento foram dados por Cassiano Ricardo no voluminho *Arte & In/dependência* (apontamentos para uma palestra que seria pronunciada em Lisboa, numa comemoração ao Cinquentenário da Semana de Arte Moderna, de 22, em São Paulo), editada em 1973 pela Livraria José Olympio: «Ninguém ignora o surto de arte que, quase a um só tempo, irrompe em Portugal e no meu país; antes mesmo de 1922. Nasce de um ideário de renovação político-social, por todos conhecido e reconhecido.»

Cita Cassiano Ricardo as inovações de Mário e de Oswald de Andrade, salientando que o último «merece um registro à parte, por ter sido o único genial dos reformadores paulistas e, ao mesmo

tempo, o mais “lusíada” de todos. Os seus “ready-made”, em que aproveita trechos do Vaz Caminha, Gondavo, Frei Vicente do Salvador e dos cronistas do descobrimento do Brasil, constituem original, surpreendente prova disso.»

Esta opinião inusitada de Cassiano Ricardo, quando se fez crer que Oswald de Andrade era um lusófono radical, tem o apoio dos conceitos emitidos pelo autor de Serafim Ponte Grande, obra em que Arnaldo Saraiva encontra não raros paralelos com Leviana, de António Ferro, bem como entre *A cena do ódio*, de Almada Negreiros, e a *Ode ao burguês*, de Mário de Andrade.

São cada vez menos os sobreviventes dos futurismos português e brasileiros e, entre os raros, deverá apontar-se a escritora Fernanda de Castro, que em 1922 veio casar com António Ferro no Brasil, tendo servido de padrinhos não só o almirante Gago Coutinho mas também os modernistas, conforme nos esclareceu Guilherme de Almeida — a primeira pessoa que nos falou desse casamento «futurista» (na igreja, em Lisboa, e civilmente no Brasil): «Por tal forma António Ferro se vinculou ao nosso grupo que, por um acto que lhe conferiria espiritualmente cidadania bandeirante, quis realizar suas núpcias com a noiva amada que deixara em Portugal. Linda, culta, artista, aqui chegou para casar-se numa ruidosa festividade apadrinhada pelo nosso grupo rebelde, festa solene e

jovial que tomou o carácter de uma comovida e fraterna confraternização luso-brasileira.»

Na verdade, António Ferro, que do jornalismo e da literatura passaria mais tarde à política, foi o elemento de ligação dos modernistas portugueses e brasileiros, em 1922, juntamente com Fernanda de Castro, que no seu livro *Ao fim da memória* (anos de 1906 a 1932) se refere aos contactos que os dois mantiveram com os então futuristas de várias cidades brasileiras, com relevo para São Paulo, onde as duas grandes pintoras do modernismo, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, a retrataram — provas que dispensariam quaisquer outros comentários: «A minha chegada ao Rio, em 1922, o primeiro passeio pela cidade, o reencontro com António, o encontro com Gago Coutinho, que se prestara a ir ao nosso Consulado assinar a procuração que, transmitida telegraficamente em cifra, permitiria o meu casamento na Igreja de Santa Isabel...» E recorda igualmente: «Ah, meu Deus, como exprimir o meu espanto, o meu terror ao ver nas paredes do primeiro teatro do Rio de Janeiro enormes cartazes anunciando uma conferência de António Ferro, *A Idade do Jaz*, Jazz-Band, e um recital de poesia por Fernanda de Castro.» Recusar não podia, «pois, se o meu marido era atrevido e ousado, eles (os amigos) eram doidos, completamente doidos, sobretudo o Oswald de Andrade».

E o São Paulo dos futuristas de 22? Depois de historiar uma reunião em cada de D. Olívia

Penteado, lembra a escritora portuguesa: «As minhas melhores recordações do Brasil — fui lá quatro vezes — são contudo as que estão ligadas à semana revolucionária de São Paulo, aquela revolução literária em que a gente nova das letras e das artes, de sangue na guelra, a golpes de panfletos, de discursos, de artigos nos jornais deu um golpe de morte nos conformistas, nos académicos, nos botas-de-elástico». E vem a seguir o rol dos amigos: Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Menotti del Picchia, José Lins do Rego, Guilherme de Almeida, Paulo Prado e outros de que lembro menos bem.»

No livro *Os rapazes d'A Onda e outros rapazes*, Eustáquio Gomes ilustra não só as duas conferências de António Ferro em Campinas e os recitais de Fernanda de Castro mas também noutras cidades do Brasil, visto que os dois «futuristas» portugueses se apresentaram não apenas no Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas mas também em Ribeirão Preto, Santos, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Recife. Três conferências de António Ferro: «A arte de bem morrer», «As mulheres e a literatura» e «A Idade do Jazz-Band», esta última bem no estilo futurista, e os recitais da poetisa.

Numa «Carta aberta ao Portugal de hoje / ao Portugal de vinte e tantos anos», resumiu António Ferro a sua visita ao Brasil (in *Contemporânea* de Março de 1923): «Quando eu desembarquei no Rio de Janeiro, esse Rio de Janeiro para que Deus pintou

alguns dos seus mais belos cenários, o Portugal moderno, o Portugal Infante, o Portugal com os olhos de estrelas e cabelos de ondas, era um segredo para o Brasil, um segredo absoluto, um segredo inexplicável...» Explica o que disse e viu e ouviu, lembrando que a sua peça *Mar-Alto*, representada por ele e pelos actores Lucília Simões e Erico Braga, no Teatro Santana, em São Paulo, foi atacada «sob o aspecto moral, com uma certa violência» (em Lisboa, foi proibida, o que provocou grandes protestos).

Não restam dúvidas: após os laços estabelecidos pelos modernistas de *Orpheu*, o «Jazz-band» trazido por António Ferro, em 1922, foi o que mais fez vibrar os realizadores e seguidores da Semana de Arte Moderna, em São Paulo.

## OS ESTUDOS PESSOANOS NO BRASIL

### *Os precursores*

*«Raros poetas, mesmo os mais perdidos nas profundidades do tempo, me deram jamais, como me deu Fernando Pessoa, a quem contudo vi e ouvi, de quem neste momento ainda julgo ouvir o risinho trocista, e ver os olhos brilhando de malícia, raros me deram jamais a impressão de tal distância, de tal afastamento no tempo.*

Com estas palavras abria o artigo «O exemplo de Fernando Pessoa», de Adolfo Casais Monteiro, transcrito no *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, em Abril de 1938, do *Diário de Lisboa* (de 9 de Dezembro de 1937).

Considerando-o «poeta intemporal como talvez nenhum outro», o autor do artigo terminava com a afirmação de que Fernando Pessoa «soube abdicar das pobres satisfações da glória, viver obscuro, sabendo muito bem quem era e quanto valia. É

quando o evoco assim, tão puro na suprema grandeza da atenção à obra e de indiferença por esta miséria que os homens fizeram da vida, que eu melhor me sinto quanto pode significar o culto pela sua memória, e ao que nos chama o seu exemplo».

Até prova em contrário, foi este artigo de Casais Monteiro o primeiro publicado no Brasil acerca do inventor dos heterónimos, neste mesmo país para onde imigraria o articulista, em 1954, e onde se tornaria um dos principais divulgadores da obra pessoana.

Decorrido cerca de meio ano, apareceria na Revista Brasil o artigo «A apresentação de Fernando Pessoa», subscrito por João Gaspar Simões, que se tornaria também um dos grandes divulgadores da obra pessoana no Brasil, embora continuasse a viver em Portugal.

Apesar do alto significado dos dois artigos pioneiros, não se têm referido três outros, assinados por Domingos Carvalho da Silva, ao *Correio Paulistano*: o primeiro, «Através da nova poesia portuguesa», saiu em 19 de Setembro de 1943, e tratava de vários autores, destacando Fernando Pessoa como «talvez o mais notável expoente da nova poesia portuguesa. Salvo a *Mensagem*, a sua obra poética não chegou ainda até nós. *Mensagem* é um hino vibrante onde se chocam as mais avançadas inovações literárias com o tema extravagante de um sebastianista alucinado e místico. Entretanto, essa alucinação, esse (?) sobrenadando nos páramos do

irrealizável, do impossível, contribuem para a poética com um vivo sabor mitológico, tão do gosto do extraordinário poeta». E acentuava Domingos: «A presença de Pessoa na moderna poesia portuguesa é sem dúvida um acontecimento.»

Em outro artigo, «Fernando Pessoa — ele mesmo», Domingos Carvalho da Silva comentou (em 6/2/1944) a antologia pessoana que Casais Monteiro publicara em Lisboa em 1942, além de se referir a um terceiro artigo, no mesmo *Correio Pessoano*, que ainda não conseguimos ler: «Já me ocupei de Fernando Pessoa em dois artigos sobre a moderna poesia portuguesa, publicados no *Correio Paulistano*, e tive mesmo oportunidade de transcrever um poemeto de sua autoria, extraído de *Mensagem*, o seu livro único. Pessoa não publicou em sua vida outro livro qualquer, mas o número de poesias esparsas por ele assinadas nas revistas portuguesas, é grande. Grande é também a obra poética dos seus heterónimos Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos.»

Por estes documentos se verifica que os meios literários brasileiros não estavam alheios à «revolução pessoana» em Portugal, embora mereça especial relevo a publicação dos *Poetas Novos de Portugal*, colectânea organizada e prefaciada por Cecília Meireles para a editora Dois Mundos (Rio de Janeiro, 1944). Observa-se que a grande poetisa escreveu o seu prefácio em 1943 e não pode haver dúvidas de que as suas «interpretações» sobre o

poeta heteronímico devem ter surpreendido o mundo literário brasileiro: «é o caso mais extraordinário das letras portuguesas» sustentava Cecília, ao mesmo tempo que julgava o poeta português “possuidor de qualidades líricas tão raras que dulcificam, eterizam a língua em que escreveu, tornando-a um instrumento de delicadeza nova, sensível ao mais abstracto toque, — não se limitou a viver a sua personalidade: desdobrou-se em outras diferentes mas igualmente poderosas, realizando assim a obra de quatro poetas que fossem igualmente geniais.»

Há indicações de que António Cândido publicou em Setembro de 1944 um artigo sobre as *Poesias de Fernando Pessoa* (2.<sup>a</sup> ed.), na revista *Clima*, mas infelizmente não conhecemos o texto. E a respeito deste livro pessoano escreveu Murilo Mendes o artigo «Fernando Pessoa», na *Folha da Manhã* (Recife, 10/12/1944), que fecha com as seguintes e entusiásticas palavras: «Querido Fernando Pessoa: ao lado de Camões, de Antero, de António Nobre, de Villon, de Baudelaire, de Rimbaud, tu estás connosco, com os poetas que te desprendem agora da “sombra de Monte Abiegno”, com os poetas encarregados de transmitir através dos séculos, a vocação transcendente do homem.»

Curiosamente, o artigo que Lúcio Cardoso publicou em 21/7/46 no suplemento «Letras e Artes» do jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro foi dedicado «A Murilo Mendes» — o que pressupõe a

troca de impressões entre os dois autores brasileiros a propósito de Fernando Pessoa. O texto de Lúcio Cardoso é na verdade um curto ensaio e havia sido lido anteriormente (24/5/1946) durante um encontro na Faculdade de Direito de Belo Horizonte. O entusiasmo de Lúcio Cardoso ia desde a *Mensagem* à *Ode Marítima*, obras daquele que «mais se aproximou de Camões, o único que pode ser colocado à sua grande sombra». E lembrava que «certamente todo poeta é um ser múltiplo», mas em Fernando Pessoa a multiplicidade era «a própria essência do seu ser, a condição do seu drama, os alicerces da sua genial criação». Felizmente, o grande escritor mineiro reincidiu e em 10/12/1950 veio a público na mesma carioca *A Manhã* dar «Uma “explicação” de Fernando Pessoa», além de ter comentado o «Mar português», em *Letras Brasileiras* (Rio de Janeiro, em Janeiro de 1950).

Entretanto, há que revelar o aparecimento de *Alguns dos «35 Sonetos» de Fernando Pessoa*, editados em 1954 em São Paulo pelo Clube de Poesia, traduzidos por Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena. O prefácio foi de Casais e tem a data de «São Paulo, Setembro de 1954» e nele se esclarece que a ideia de publicação se deve a Domingos Carvalho da Silva. Da tradução dos sonetos II, III, IV, XI, XIII, XVII, XXVIII e XXIX encarregou-se Casais Monteiro, cabendo a Jorge de Sena os sonetos X, XIV, XV e XXVII, enquanto os XXXI e XXXV foram traduzidos pelos dois. O texto original, em

inglês, também foi reproduzido e a edição foi dirigida por Milton Godoi Campos, «distribuidor das edições» do Clube de Poesia.

Em Novembro de 1985, entregou-nos Domingos Carvalho da Silva um depoimento que seria divulgado num projecto que não pôde ser concretizado. Declarando não pertencer «à grei dos especialistas», lembrou Domingos que em Julho de 1954 o escritor Casais Monteiro viera a São Paulo, a fim de participar do Congresso Internacional de Escritores, comemorativo do IV centenário da fundação da cidade, e mostrou-lhe os 14 sonetos ingleses já então traduzidos por ele e Sena: «Era seu plano completar a tradução dos 35 sonetos, mas isto não tinha data prevista — depõe Carvalho da Silva. Jorge de Sena estava em Portugal e a falta de contacto directo e pessoal entre os dois tradutores alongaria e dificultaria, por certo, a tarefa. Sugeri então a Casais a publicação dos sonetos já traduzidos e ele concordou.»

Evidentemente, há outros pormenores interessantes no depoimento de Domingos de Carvalho da Silva, mas fica para outra oportunidade o relato completo sobre o aparecimento da primeira obra «brasileira» de Pessoa, tão incompleta como havia sido a feliz iniciativa de Cecília Meireles de destacar o poeta da *Mensagem* e dos heterónimos na sua histórica colectânea.

Supomos que a obra de Fernando Pessoa teve a sua estreia internacional em São Paulo, durante o

Congresso de Escritores e Encontros Intelectuais, realizados em São Paulo, sob o patrocínio da Unesco e da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Conforme ilustram os «anais» publicados sob a égide da Sociedade Paulista de Escritores, em edição de Anhambi (São Paulo, 1957, 657 págs.), dirigida por Paulo Duarte, Adolfo Casais Monteiro apresentou a tese *Fernando Pessoa, o Insincero Verídico*.

É estranho que não haja a menor referência a esta comunicação ao Congresso paulista nos Estudos sobre a poesia de Fernando Pessoa (ed. Agir, RJ, 1958), nem tampouco em *A Poesia de Fernando Pessoa* (org. de José Blanco, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1985), embora o trabalho haja sido publicado em Portugal, autonomamente, em 1954, não sabemos se antes ou depois do conclave internacional de São Paulo (Editorial Inquérito, Lisboa).

No discurso que fez no Congresso, em nome de todas as delegações estrangeiras, Adolfo Casais Monteiro falou muito pouco, mas selou desde logo o seu não-regresso a Portugal, ao dizer que «apesar de todas as sevícias e de todos os processos usados para os amarrar a qualquer regime, essa liberdade essencial, que não pode deixar de caracterizar o escritor, se mantém, embora as condições em que isso se realiza sejam as mais adversas possíveis». E na primeira comunicação que fez («Problemas da

crítica de arte») citou Fernando Pessoa, ao lado de Picasso, Stravinsky, Joyce, Proust e Kafka.

Casais Monteiro veio a fazer parte da comissão que redigiu a declaração de princípios do Congresso de Escritores («nossa actividade só se pode exercer num clima de liberdade a mais irrestrita e real»), valendo a pena informar que a comunicação *Fernando Pessoa, o Insincero Verídico* teve como relator o poeta Emílio Moura e foi considerada «uma das mais importantes teses apresentada à Secção de Poesia». Lê-se ainda, nos «anais»: «O trabalho de Casais Monteiro provoca os mais vivos debates, havendo falado os congressistas Burlamaqui Kopke, Da Costa e Silva, Vicente Carnicelli e Ciro Pimentel. Logo após o autor defende o seu trabalho de algumas restrições que lhe foram feitas, justificando-se e improvisando considerações do maior interesse. O sr. Domingos Carvalho da Silva, ponderando acerca do valor da contribuição do conhecido crítico português, propõe a aprovação de sua tese por aclamação o que é feito com entusiasmo.»

Aí fica uma pálida evocação do «baptismo» internacional de Fernando Pessoa em São Paulo. Ao seu estudo inicial juntaria Casais Monteiro 17 artigos pessoanos n' *O Estado de S. Paulo* e outros em diferentes publicações brasileiras. Caminho que teve depois ilustres continuadores na imprensa, na cátedra e no livro, ressaltando-se nas obras impressas os estudos de Cleonice Berardinelli, Gilberto de Mello Kujawsky, Carlos Alberto

Iannone, Nelly Novaes Coelho, Leyla Perrone-Moisés, Massaud Moisés, Carlos Felipe Moisés, Silva Bélkior, Pedro Lyra, Linhares Filho, Beatriz Berrini, Pradelino Rosa, Tiekko Yamaguchi, José Clécio, Basílio Quesado, Eduardo Penuela Canizal, Maria Heloísa Martins Dias e Maria Helena Néry Garcez (para citar somente os que têm livros autónomos pessoanos), entre outros, ao lado de escritores portugueses que vivem ou viveram no Brasil — à lista dos nomeados haverá que acrescentar, pelo menos, António Pina Coelho, — a edição brasileira de *Unidade e Diversidade de Fernando Pessoa*, de Jacinto do Prado Coelho, e *Um Fernando Pessoa*, de Agostinho da Silva.

Nesta equação pessoana no Brasil não podem omitir-se os casos dos autores brasileiros que publicaram os seus trabalhos em Portugal, nem tampouco aqueles portugueses que viram editados seus estudos no Brasil, merecendo destaque a organização e estudo de Maria Aliete Galloz da *Obra Poética* de Fernando Pessoa. Nem as pesquisas de um Arnaldo Saraiva, *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português* (Porto, 1986) e as reflexões de José Augusto Seabra, em *Fernando Pessoa ou o poetodrama* e *O heterotexto pessoano* (ambos em edições da Perspectiva, SP). Há, de facto, uma interpretação bem transparente: *Um Fernando Pessoa* foi inicialmente impresso em Porto Alegre e é ainda das interpretações indispensáveis para a compreensão do nacionalismo pessoano. E o acaso

de ter sido editada em São Salvador da Bahia a pesquisa de Jorge Nemésio, *A obra poética de Fernando Pessoa?* E a primeiríssima publicação do poema de Pessoa, «António de Oliveira Salazar», no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, em 1960, por interferência de Jorge de Sena, que desembarcou na Bahia, em Agosto de 1959, com *O Poeta é um fingidor*, lido no IV Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros?

O resto é tudo — é a presença assídua e interessada de ensaístas e professores brasileiros (além de poetas) nos três primeiros congressos internacionais pessoanos, enquanto os estudiosos de todo o mundo se reúnem agora em São Paulo — a maioria de Língua Portuguesa no mundo analisa e discute o maior poeta contemporâneo de Língua Portuguesa. É nesta metrópole com mais de 10 milhões de pessoas que vamos lembrar para sempre, no bronze e no mármore, o Pessoa de muitas pessoas. Um monumento em plena avenida Sagres — a homenagem de São Paulo e do Brasil, numa iniciativa do Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa e da Academia Lusíada que teve o apoio da Fundação Eng.º António de Almeida (do Porto), doadora do belíssimo busto esculpido por Irene Vilar.

Esta multiplicação de manifestações foi prenunciada quando, em 1985, por ocasião do cinquentenário da morte do Poeta se realizou em São Paulo o I Colóquio Luso-Brasileiro de Estudos

Pessoanos, promovido pela Academia Lusíada e pelo núcleo que viria a constituir o Centro de Estudos Fernando Pessoa, e ao qual compareceram João Gaspar Simões, Teresa Rita Lopes e António Quadros, enquanto Eduardo Lourenço, José Augusto Seabra e outros nos enviaram comunicações.

Não se esgota nestas linhas o tema que nos propusemos pesquisar: na realidade, ele prossegue nas páginas de todos os jornais e revistas, no som e nas imagens das emissoras de rádio e de televisão, nos livros de autores que — a exemplo de Octávio Paz, Roman Jakobson e outros de fora ou brasileiros — inseriram interpretações pessoais da maior relevância em seus livros editados neste país. Com *Os Estudos Pessoaanos* no Brasil, catalogados a seguir estamos apenas começando a recolher material para a avaliação futura da presença de Fernando Pessoa no Brasil.

#### *Bibliografia Brasileira*

Na relação bibliográfica incluem-se apenas edições brasileiras de Fernando Pessoa e estudos publicados no Brasil, além de outros, de autores brasileiros, porém divulgados em Portugal. Foram incluídos trabalhos divulgados em revistas especializadas, mas excluídos os jornais e suplementos litero-culturais.

Por razões de espaço, registam-se aqui apenas comentários relativos aos trabalhos realizados por Cecília Meireles (cujo prefácio se transcreve na íntegra) e Adolfo Casais Monteiro, primeiros divulgadores de Fernando Pessoa no Brasil.

As referências, dentro dos limites cronológicos indicados, apresentam-se por ordem alfabética:

#### 1944

POETAS NOVOS DE PORTUGAL. Selecção e prefácio de Cecília Meireles. Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1944.

Considerando a época em que foi redigido o prefácio de Cecília Meireles (Rio, 1943) a seguir transcrito, pode afirmar-se sem exagero que foi um dos mais importantes estudos brasileiros sobre a poesia portuguesa dos «novos»:

*«Fernando Pessoa é o caso mais extraordinário das letras portuguesas. Nascido em 1888, possuidor de qualidades líricas tão raras que dulcificam, eterizam a língua em que escreveu, tornando-a um instrumento de delicadeza nova, sensível ao mais abstracto toque, — não se limitou a viver a sua personalidade: desdobrou-se em outras diferentes mas igualmente poderosas, realizando assim a obra de quatro poetas que fossem igualmente geniais.*

*É grato ouvir falar de si mesmo “um dos poetas a quem as novas gerações portuguesas consideram Mestre” — no dizer de João Gaspar Simões. De sua autenticidade de artista, falam estas suas palavras:*

*“... a minha vida gira em torno da minha obra literária — boa ou má que seja ou possa ser. Tudo o mais na vida tem para mim um interesse secundário: há coisas, naturalmente, que estimaria ter, outras que tanto faz que venham ou não venham (Carta de 29-9-1929).*

*A respeito das suas múltiplas personalidades, desdobradas sob vários heterónimos, tenta explicar em 11 de Dezembro de 1931, em carta a João Gaspar Simões:*

*“O ponto central da minha personalidade como artista é que sou um poeta dramático; tenho continuamente, em tudo quanto escrevo, a exaltação íntima do poeta e a despersonalização do dramaturgo. Voo outro — eis tudo. Do ponto de vista humano — em que ao crítico não compete tocar, pois de nada lhe serve que toque — sou um histero-neurasténico, com a predominância do elemento neurasténico na inteligência e na vontade (minuciosidade de uma, tibieza de outra). Desde que o crítico fixe, porém, que sou essencialmente dramático, tem a chave da minha personalidade, no que pode interessá-lo a ele ou a qualquer pessoa que não seja um psiquiatra, que, por hipótese, o crítico não tem que ser... Munido desta chave, ele pode abrir lentamente todas as fechaduras da minha expressão. Sabe que, como poeta, sinto; que, como poeta dramático, sinto despegando-me de mim; que, como dramático (sem poeta) transmudo automaticamente o que sinto para uma expressão alheia ao que senti, construindo*

*na emoção uma pessoa inexistente que a sentisse verdadeiramente, e por isso sentisse verdadeiramente, e por isso sentisse, em derivação, outras emoções que eu, puramente eu, me esqueci de sentir”.*

*Mais tarde, em 13 de Janeiro de 1935, voltaria a explicar a Casais Monteiro o problema de seus heterónimos (e não pseudónimos, pois o poeta não se ocultava sob falsos nomes: multiplicava-se em personalidades):*

*“Como escreve em nome desses três?...”*

*“Caeiro, por pura e inesperada inspiração, sem saber ou sequer calcular que iria escrever. Ricardo Reis, depois de uma deliberação abstracta, que subitamente se concretiza numa ode. Campos, quando sinto um súbito impulso para escrever e não sei o quê”.*

*É tempo de dizer-se que os «três» a que se refere são: Ricardo Reis, Alberto Caeiro e Álvaro de Campos. Todos três viviam tão nítidos em redor do poeta que ele conseguia retratá-los, descrevê-los em suas vidas, gostos e pensamentos.*

*De Ricardo Reis, dizia com a naturalidade de quem escreve a biografia de um amigo íntimo que nascera em 1887, no Porto, fora educado num colégio de jesuítas, exercia a profissão de médico, e vivia no Brasil “desde 1919, pois se expatriara espontaneamente, por ser monárquico”. Era “latinista por educação albeia, e um semi-helenista por educação própria”. “Manifesta-se” do seguinte modo: “Aí por 1912, salvo erro (que nunca pode ser grande) veio-me à idéia escrever uns poemas de índole pagã. Esbocei uma coisa em verso irregular (não no estilo de Álvaro de Campos, mas num estilo de meia*

regularidade), e abandonei o caso. Esboçara-se-me, contudo, numa penumbra mal urdida, um vago retrato da pessoa que estava a fazer aquilo. (Tinba nascido, sem que eu soubesse, o Ricardo Reis)” (Carta a Casais Monteiro, 13-1-1935).

Assim, era esse heterónimo do poeta, ao tempo da sua manifestação, homem de seus vinte e cinco anos e «pagão por carácter». Definiu-o ainda o poeta com estas curtas palavras: «Ricardo Reis disse: Abomino a mentira, porque é uma inexactidão’. Todo o Ricardo Reis passado, presente e futuro está nisto”.

Não menos curiosa a informação sobre Alberto Caeiro, cuja duração, aliás, não é muito longa: “Ano e meio ou dois anos depois (reporta-se ao ‘nascimento’ de Ricardo Reis) lembrei-me um dia de fazer uma partida ao Sá Carneiro — de inventar um poeta bucólico, de espécie complicada, e apresentar-lho, já me não lembro como, em qualquer espécie de realidade. Levei uns dias a elaborar o poeta, mas nada consegui. Num dia em que finalmente desistira — foi em 8 de Março de 1914 — acerquei-me de uma cómoda alta e, tomando um papel, comecei a escrever, de pé, como escrevo sempre que posso. E escrevi trinta e tantos poemas a fio, numa espécie de êxtase, cuja natureza não consegui definir. Foi o dia triunfal da minha vida e nunca poderei ter outro assim. Abri com um título ‘O Guardador de Rebanhos’. E o que se seguiu foi o aparecimento de alguém em mim, a quem dei desde logo o nome de Alberto Caeiro”.

Esse Alberto Caeiro o poeta dizia-o nascido em Lisboa, em 1889. Vivera quase toda a sua vida no

*campo, e não tivera profissão nem quase nenhuma educação. Pessoa descreveu-lhe o físico com enternecida minúcia e pela boca do terceiro heterónimo (Álvaro de Campos) que escreveu umas “Notas para a recordação do meu mestre Caeiro”; disse, com encanto: “O meu mestre Caeiro não era um pagão: era o paganismo... Em Caeiro não havia explicação para o paganismo; havia consubstanciação”.*

*Finalmente, Álvaro de Campos, nascido em Tavira a 15 de Outubro de 1890, deixou em três quartos o seu curso de engenharia naval por Glasgow, e, de volta de uma viagem ao Oriente, indo passear ao Ribatejo, encontrou, em casa de um primo, aquele Alberto Caeiro que havia de ser seu mestre.*

*Pessoa dizia: “Pus em Álvaro de Campos toda a emoção que não dou nem a mim nem à vida”. E fazia seu heterónimo discorrer da seguinte maneira, sobre assuntos de arte:*

*“Toda a arte é uma forma de literatura, porque toda a arte é dizer qualquer coisa. Há duas formas de dizer — falar e estar calado. As artes que não são a literatura são as projecções de um silêncio expressivo. Há que procurar em toda a arte que não é a literatura a frase silenciosa que ela contém, ou o poema, ou o romance, ou o drama. Quando se diz «poema sinfónico» fala-se exactamente, e não de um modo translato e fácil. O caso parece menos simples que as artes visuais, mas, se nos prepararmos com a consideração de que linhas, planos, volumes, cores, justaposições e contraposições são fenómenos verbais dados sem palavras, ou antes por hieróglifos espirituais,*

*compreenderemos como compreender as artes visuais, e ainda que as não cheguemos a compreender ainda, teremos ao menos, já em nosso poder, o livro que contém a cifra e a alma que pode conter a decifração. Tanto basta até chegar o resto”.*

*Os que de mais perto viram e acompanharam a vida desse singular poeta parece não terem concluído com absoluta clareza sobre o que ele tentou explicar minuciosamente a respeito de seus heterónimos. Ficou-lhes a dúvida sobre os limites de independência que haveria alcançado cada uma dessas outras personalidades inventadas ou recebidas.*

*Em meio a todas elas, Fernando Pessoa, ele próprio, não é também um caso simples: lírico da mais clara essência, é, ao mesmo tempo esotérico, e súbito se faz profético e patriótico.*

*Por esquisitas determinações do Fado, não realizou os projectos, expostos na famosa carta a Casais Monteiro, de publicar no fim do ano de 35 um grande volume com seus pequenos poemas. Por essa ocasião, devia ele mesmo partir-se a outros mistérios, para desconsolo dos que o amavam, e luto das letras portuguesas. Sua obra mais valiosa acha-se inédita e dispersa em revistas — de onde se recolheu o que foi possível para esta antologia. Vem sendo, no entanto, anunciada a sua publicação, graças ao carinho de poetas e amigos.*

*O que se publicou em 1934, foi o volumezinho Mensagem, com que alcançou um segundo prémio num concurso.*

*Nenhum leitor de Fernando Pessoa pode conformar-se com que só isso lhe tenha sido possível publicar. Reparos dessa espécie acaso lhe foram feitos, para que respondesse na carta a Casais Monteiro de 13 de janeiro de 1935:*

*“Concordo absolutamente consigo em que não foi feliz a estreia, que de mim mesmo fiz com um livro da natureza de “Mensagem”. Sou, de fato, um nacionalista místico, um sebastianista racional. Mas sou, aparte isso, e até em contradição com isso, muitas outras coisas. E essas coisas, pela mesma natureza do livro, a “Mensagem” não as inclui”.*

*Continua mais adiante:*

*“Concordo consigo, disse, em que não foi feliz a estreia que de mim mesmo fiz com a publicação de “Mensagem” Mas concordo com os factos que foi a melhor estreia que eu poderia fazer. Precisamente porque essa faceta — em certo modo secundária — da minha personalidade não tinha nunca sido suficientemente manifestada nas minhas colaborações em revistas (excepto no caso do ‘Mar português’ parte deste mesmo livro) — precisamente por isso convinha que ela aparecesse e que aparecesse agora”.*

*Devia ter o poeta uma razão misteriosa para assim falar. Sabe-se que foi estudioso de coisas transcendentais, gozando de alta reputação entre os que se ocupam de astrologia. Talvez, pois, a “Mensagem” que ele achava conveniente ter aparecido naquele momento possuía algum sentido profético que os tempos venham a demonstrar, mas que, só com míseros olhos profanos, não se consegue atingir com precisão.*

*Fernando Pessoa estabelece a ligação entre o movimento de **Orpheu**, que data de 1915, e o de **Presença**, que começa em 1927. Entre essas duas revistas, várias outras apareceram, em que a poesia portuguesa tentou traduzir as inquietudes dos tempos, captadas pela sensibilidade de altos poetas.*

*Tem razão, porém, João Gaspar Simões, um dos fundadores de **Presença**, ao afirmar que “A geração, que se revela no **Orpheu**, no Portugal futurista, no **Centauro**, na **Athena**, na **Contemporânea** é uma geração de individualidades. O que se vai afirmar com a revista **Presença** é, pelo contrário, uma geração; geração de concretização crítica do que fora aspiração nessas individualidades” ; — “qualquer que seja o valor dessa geração”, acrescenta.*

*Nessa revista apareceram quase todos os poetas desta antologia, principalmente os do século XX, que se anunciou em Portugal como uma era verdadeiramente prodigiosa para a poesia.»*

Cecília Meireles seleccionou para os **Poetas novos de Portugal** os seguintes textos pessoanos: Onde pus a esperança, as rosas, *Canção* (cujo primeiro verso é Silos ou gnomos tocam? ... ), *O menino da sua mãe*, *Diçem?*, *Natal... na província neva*, *O último sortilégio*, *Foi um momento*, *Eros e psique*, *O dos castelos*, *D. Sebastião*, *Canção* (que abre com o verso “Põe-me as mãos nos ombros») e *Poema* (“O céu, azul de luz quieta”).

De Ricardo Reis, foi incluída a ode cujo primeiro verso é Para ser grande, sê inteiro. De Alberto Caeiro, o oitavo poema de **O guardador de rebanhos**. E de Álvaro de Campos: *Ab, um santo.... Apostila, Tenho uma grande constipação, Dactilografia, Adiamento e O sono que desce sobre mim*.

Parece ter havido quem achasse exagerada a atenção dada por Cecília Meireles ao inventor dos heterónimos. E um destaque final: a maioria dos poemas antologados em 1943 ainda não tinha sido publicado em livro, mas apenas em revistas, o que realça ainda mais o significado da «amostra» que, em 1944, Cecília Meireles ofereceu da poesia pessoana aos leitores brasileiros.

**1954**

**ALGUNS DOS 35 SONETOS DE FERNANDO PESSOA.** Trad. de Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena. São Paulo, Clube de Poesia, 1954.

Casais Monteiro explica, no prefácio, que por serem muito raras as edições dos *35 Sonetos* e de outros pessoanos, em inglês, decidiu traduzi-los e pediu a colaboração dos poetas José Blanc de Portugal e Jorge Sena. Mas a tarefa foi difícilíssima. E explica também que a ideia da publicação dos 14 sonetos então traduzidos por Casais e Sena foi de Domingos Carvalho da Silva, sob a égide do Clube

de Poesia, sugestão que para o prefaciador se revestia de um significado muito particular: «ela é como que a antecipação também da futura acção comum de poetas brasileiros e portugueses, na Sociedade de Poesia de Língua Portuguesa, ideia que lancei e foi aprovada numa sessão da secção de poesia do I Congresso Internacional de Escritores, em São Paulo, e para cuja realização só falta agora a sanção dos poetas do meu país». Concluía Adolfo Casais Monteiro: «O fervor que une brasileiros e portugueses na admiração por Fernando Pessoa tem portanto como seu primeiro fruto este pequeno volume, que será, espero, o início duma comunicação mais estreita, duma unificação de esforços que não vejo sem comoção; só posso desejar que ela venha a tomar vulto, alargando-se a outros planos, numa «reconciliação» das nossas culturas em que vi sempre o mais nobre ideal a que dedicar o nosso esforço». Acompanha o texto original em inglês.

### 1957

MOISÉS, Massaud. *Fernando Pessoa; aspectos da sua problemática*. São Paulo, Inst. Estudos Portugueses/USP, 1957. 30 p.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *Fernando Pessoa, poesia*. Rio de Janeiro, Agir, 1957. Col. Nossos Clássicos, n.º 1.

—, *Fernando Pessoa, o insincero verídico*. São Paulo, Ed. Anhembi, 1957.

Trata-se da tese apresentada pelo autor no Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais, realizados em São Paulo, sob o patrocínio da UNESCO e da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo (9 a 15 de Agosto de 1954). Casais Monteiro foi autor de outras teses — «Problemas da crítica de arte» e «Elementos de compreensão entre o Brasil e Portugal» —, apresentadas ao mesmo Congresso. Assinala-se que a tese sobre Fernando Pessoa foi «aprovada por aclamação», com base em proposta de Domingos Carvalho da Silva. Acerca deste estudo, reproduz-se a nota de José Blanco, na 2.<sup>a</sup> edição de *A poesia de Fernando Pessoa*, de Adolfo Casais Monteiro: texto correspondente ao de pp. 107-137, 1.<sup>a</sup> edição, revisto por A.C.M. E o texto publicado, sob o mesmo título, pela Editorial Inquérito (Lisboa, 1954) e do qual a Parte I havia sido publicada sob o título «Dedução biográfica e verdade poética (a propósito de Fernando Pessoa)». **IN**: O Comércio do Porto, Suplemento de cultura e arte de 22 de Junho de 1954. (edição Imprensa Nacional/Casa da Moeda Lisboa, 1985). Por estas referências verifica-se não haver nenhuma alusão ao texto que Casais Monteiro apresentou ao Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais, que foi

promovido pela Sociedade Paulista de Escritores. Não obstante, tudo indica que o estudo pode ter sido a primeira tese pessoana apresentada num congresso internacional. Curiosamente, no prefácio à 1.<sup>a</sup> edição dos seus estudos pessoais, datado do Rio de Janeiro, Maio de 1958 editora Agir, A. Casais Monteiro assinala a publicação do texto sobre o «insincero verídico» em Portugal, mas nada diz sobre a sua contribuição ao Congresso dos Escritores, nem sequer à publicação do estudo nos *Anais* do referido encontro internacional de São Paulo. No entanto, foi neste congresso que Casais Monteiro manifestou a sua atitude de inequívoco repúdio ao regime de Salazar, tendo então optado pela sua fixação definitiva no Brasil, onde morreu sem jamais ter voltado a Portugal.

### 1958

MONTEIRO, Adolfo Casais. *Estudos sobre a poesia de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro, Agir, 1958. 258 p.

Logo no início da sua introdução, observa Casais Monteiro que este seu livro é «uma tentativa de interpretação e não de explicação». Vale a pena assinalar que na «orelha» do volume se chama a atenção para o capítulo intitulado *O insincero verídico*, por ser a «chave de toda a interpretação da poesia de Fernando Pessoa». Aliás, na lista das obras de Casais

Monteiro, indica-se que o trabalho havia sido publicado já em 1954, curiosamente, não se faz nenhuma referência ao facto de se tratar **também** da tese que o escritor português apresentou no Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais, realizado em São Paulo, em 1954 (conforme os *Anais* publicados em 1957, pela Editora Anhambi, de São Paulo). A esta incidência brasileira de *O insincero verídico* também não se faz nenhuma referência no volume *A poesia de Fernando Pessoa*, por Adolfo Casais Monteiro (organização de José Blanco), editado em 1985, em Portugal, e que reproduz os *Estudos sobre a poesia de Fernando Pessoa*, além de outros textos.

NEMÉSIO, Jorge. *A obra poética de Fernando Pessoa; estrutura de futuras edições*. Salvador, Univ. da Bahia/Livr. Progresso Edit., 1958.

### 1959

SILVA, Agostinho da. *Um Fernando Pessoa*. Porto Alegre, Inst. Estadual do Livro, 1959. 66 p. 1960-1964

KUJAWSKY, Gilberto de Melo. *Fernando Pessoa, o uno e o múltiplo*. São Paulo, Escolas Prof. Salesianas, 1962. 61 p.

NEVES, João Alves das. *Fernando Pessoa*. São Paulo, Edit. Iris, 1960. 187 p.

OBRA POÉTICA DE FERNANDO PESSOA.  
Org., introd. e notas de Maria Aliete Dorés  
Galhoz. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1960. 815 p.

PEÑUELA CANIZAL, Eduardo. *A poesia de  
Fernando Pessoa; convergência de perspectivas em  
evolução*. São José do Rio Preto, Fac. de Fil.  
Ciências e Letras, 1964. 89 p.

#### **1965-1969**

BERARDINELLI, Cleonice & BERNARDES,  
Diana. *Estudos sobre Fernando Pessoa*. Rio de  
Janeiro, PUC, 1969. Cadernos da PUC, 1969. n.º  
1, 60 p.

BLAVATSKY, Helena. *A voz do silêncio*. Trad. de  
Fernando Pessoa. Rio de Janeiro, Civilização  
Brasileira. 1969. 141 p.

DUARTE, José Afrânio Moreira. *Fernando Pessoa e  
os caminhos da solidão*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, José  
Olympio Ed., 1985. 101 p.

GALVÃO, José. *Fontes impressas da obra de Fernando  
Pessoa*. Lisboa, Gráfica Santelmo, 1968.

NUNES, Benedito. *Fernando Pessoa*. São Paulo,  
Perspectiva, 1969. 48 p.

ODE MARÍTIMA DE ÁLVARO DE CAMPOS.  
Rio de Janeiro, Confrarias dos Amigos do Livro/Ed. Nova Fronteira, 1969.

ROSA, Pradelino. *Uma interpretação de Fernando Pessoa*. Porto Alegre, Fac. de Filosofia/Univ. Fed. de Rio Grande do Sul, 1969. 143 p.

SANTOS, Rui Assis e *Fernando Pessoa, uno na diversidade*. São Paulo, Grafikor, 1966. 18 p.

SEVERINO, Alexandrino Eusébio. *Fernando Pessoa na África do Sul*. São Paulo, Fac. de Fil., Ciências e Letras, 1969.

TÂNGER, Manuel. *Mallarmé e Fernando Pessoa perante «o corvo» de Edgard Allan Poe*. Rio de Janeiro, Depto. Cult. Casa das Beiras, 1968. 45 p.

YAMAGUCHI, Tiekko. *Universo poético de Alberto Caetano*. São José do Rio Preto, Fac. de Fil., Ciências e Letras, 1965. 51 p.

#### **1970-1974**

COELHO, António Pina. *Os fundamentos filosóficos da obra de Fernando Pessoa*. Lisboa, Editorial Verbo, 1971.

IGLESIAS, Francisco. *Pensamento político de Fernando Pessoa*. São Paulo, Perspectiva, 1971. 65 p.

JAKOBSON, Roman. *Os oxímoros dialéticos de Fernando Pessoa*. São Paulo, Perspectiva, 1970. 32 p.

OBRAS EM PROSA DE FERNANDO PESSOA. Rio de Janeiro, *Nova Aguilar*, 1974.

SEABRA, José Augusto. *Fernando Pessoa ou o poetodrama*. São Paulo, Perspectiva, 1974 209 p.

### **1975-1979**

ALVES, José Edil de Lima. *Pessoa e Camões: três análises divergentes*. Porto Alegre, Movimento, 1979. 68 p.

COELHO, Jacinto do Prado. *Diversidade e unidade em Fernando Pessoa*. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Verbo/EDUSP, 1977. 299 p.

IANNONE, Carlos Alberto. *Bibliografia de Fernando Pessoa*. São Paulo, Quiron, 1975.

KEMPF, Roswita. Ed. *Fernando Pessoa, 13 poemas do mar*. SNT.

KUJAWSKY, Gilberto de Mello. *Fernando Pessoa, o outro*. São Paulo, Comissão Estadual de Literatura, 1977. 72 p.

PAZ, Octávio. *O desconhecido de si-mesmo: Fernando Pessoa*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Perspectiva, 1976. 22 p.

QUESADO, José Clécio Basílio. *O constelado Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro, Imago Edit., 1976. 125 p.

#### **1980-1984**

ANTUNES, Alfredo. Saudade e profetismo em Fernando Pessoa, elementos para uma antropologia filosófica. Braga, Publ. Fac. de Filosofia, 1983. 542 p.

BELKIOR, Silva. Fernando Pessoa-Ricardo Reis; os originais, as edições, o Cánone das odes. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda/Centro de Est. Pessoaanos, 1983. 168 p.

CARVALHO, Constantino de. Sobre Fernando Pessoa ao arpejo dos apologistas. São Paulo, Verbo, 1984. 108 p.

— Suplemento ao livro Sobre Fernando Pessoa ao arpejo dos apologistas. São Paulo, Monte Aprazível, 1984. 16 p.

DIAS, Maria Helena Martins. Fernando Pessoa, um interlúdio intertextual. Rio de Janeiro, Achiamé/Fund. Cult. Brasil-Portugal, 1984. 83 p.

D'ONOFRE, Salvatore & ÁRABE, Maria Amélia A. O sensacionalismo na visão poética de Álvaro de Campos. São Paulo, Revista de Letras, 1980.

LINHARES FILHO, A. «outra coisa» na poesia de Fernando Pessoa. Fortaleza, Univ. Fed. de Ceará/PROEDI, 1982. 99 p.

MOISÉS, Carlos Felipe. O poema e as máscaras. Coimbra, Livraria Almadina, 1981. 234 p.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Fernando Pessoa, alguém do eu, além do outro. São Paulo, Martins Fontes, 1982. 159 p.

#### **1985-1989**

ALCÂNTARA, Maria Beatriz Rosário. *Fernando Pessoa e o movimento futurista de Álvaro de Campos*. Brasília, Fund. Waldemar de Alcântara/Thesaurus, 1984, 104 p.

ALMEIDA, Manoel Carlos Gonçalves de. *Fernando Pessoa, uma luz sobre vários poetas (roteiro para quatro jograis no cinquentenário da morte do poeta)*. Rio de Janeiro, Nórdica, 1985. 78 p.

ANTUNES, Alfredo et alii. *100 anos de Pessoa*, Universidade Federal, 1989. 57 p. Ver. Assoc. Jordão Emerenciano, 1989, n.º 1.

AZEVEDO, Israel Belo de. *O emissário de um rei desconhecido*. Rio de Janeiro, Fed. Assoc. Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1987. Cadernos Luso-brasileiros, 1987, n.º 2.

BELKIOR SILVA. *Carmina pessoana*. Lisboa, Ed. do Autor, 1985. 79 p.

BENATI, Luiz Roberto. *Ode triunfal e outros poemas, antologia*. São Paulo, Global, 1988. 91 p.

BERARDINELLI, Cleonice. *Álvaro de Campos, a passagem das horas*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988. 47 p.

CAMOCARDI, Eleusis Mirian. *O mito e o real na estrutura de «Mensagem»*. São Paulo, Rev. de Letras, 1985. vol. 25. p. 83-96.

CARA, Salete de Almeida. *Fernando Pessoa, um detective-leitor e muitas pistas, antologia*. São Paulo, Brasiliense, 1988. 125 p.

COELHO, Joaquim Francisco. *Microleituras de Álvaro de Campos*. Lisboa, Dom Quixote, 1987. 111 p.

COLOMBINI, Duílio. *Primeiro Fausto*. São Paulo, Epopeia, 1986. 232 p.

COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE FERNANDO PESSOA EM SÃO PAULO, notícias de alguns acontecimentos. Porto, Fund. Eng.º António de Almeida, 1988. 69 p.

Transcrição de vários documentos do IV Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos (secção brasileira) realizado em São Paulo, em Abril

de 1988, na Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Centro de Estudos Portugueses. Inclui textos e fotografias da inauguração da monumento a Fernando Pessoa (iniciativa do Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa).

CONTOS DE FERNANDO PESSOA. São Paulo, Epopeia, 1986. 159 p.

CRUZ, Geraldo Dias da. *Três mundos: o poeta*. Cuiabá, Ed. Igrejinha, 1987. 110 p.

FERREIRA, David Mourão. *Uma introdução a Fernando Pessoa*. São Paulo, Academia Lusíada e Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa, 1988. 17 p.

FONSECA, Cristina. *O pensamento vivo de Fernando Pessoa*. São Paulo, Martin Claret, 1986. 110 p.

FONSECA, Edson Nery da. *Três poetas brasileiros apaixonados por Fernando Pessoa: Cecília Meireles, Murilo Mendes e Lúcio Cardoso*. Recife, Fund. Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1985.

FRANÇA, Isabel Murteira. *Fernando Pessoa na intimidade*. Lisboa/ Rio de Janeiro, Dom Quixote/Paisagem, 1987. 354 p.

- FRANCO, Márcia Maria de Arruda. *Fernando Pessoa, ensaios*. Rio de Janeiro, Fund. Cult. Brasil-Portugal, 1987. 107 p.
- GARCEZ, Maria Helena Nery. *Alberto Caeiro descobridor da natureza?* Porto, Centro de Estudos Pessoaanos, 1985. 211 p.
- GOMES, Álvaro Cardoso. *Fernando Pessoa: as muitas águas de um rio*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1988. 75 p.
- LYRA, Pedro. *O dilema ideológico de Camões e Pessoa*. Rio de Janeiro, Philobiblion Livros de Arte, 1985. 109 p.
- MARGARIDO, Alfredo. *33 + 9 leituras plásticas de Fernando Pessoa*. Porto, Fund. António de Almeida/Campinas, Edit. da UNICAMP, 1988. 103 p.
- MELLER, Vilson Brunel & PINTO, Sérgio de Castro. *Fernando Pessoa, estudos críticos*. João Pessoa, Ass. Estudos Portugueses Hernani Cidade/Univ. Fed. da Paraíba, 1985. 197 p.
- MENEZES, Philadelpho. Trad. *35 sonetos, de Fernando Pessoa*. São Paulo, Arte Pau-Brasil Livraria e Editora, 1988. 88 p.
- MOISÉS, Carlos Felipe. *Cinquentenário da morte de Fernando Pessoa*. São Paulo, Bol. Inf. Centro Estudos Portugueses/USP, 1985. 118 p.

- . Org. *Mensagem*. São Paulo, Difusão Editorial, 1986. 97 p.
- MOISÉS, Massaud. *O banqueiro anarquista e outras prosas*, Fernando Pessoa. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1988. 300 p..
- . *Fernando Pessoa o espelho e a esfinge*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1988. 200 p.
- . *O guardador de rebanhos e outros poemas de Fernando Pessoa*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1988. 226 p.
- MOTA, Valéria et alii. *Bula poética de pessoas para Pessoa. Vitória da Conquista*, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1988.
- NAUD, José Santiago & VIANA, Fernando Mendes. *A poesia de Fernando Pessoa*. Brasília, Thesaurus, 1985. 131 p.
- NEVES, João Alves das. *Estudos sobre Fernando Pessoa no Brasil*. São Paulo, Rev. «Comunidades de Língua Portuguesa», 1985/86. 130 p.
- . *Fernando Pessoa o poeta singular e plural*. São Paulo, Expressão, 1985. 222 p.
- . *Comboio, saudades, caracóis*. (Poemas de Fernando Pessoa para as crianças), São Paulo, FTD, 1988.

- NICOLA, José de & INFANTE, Ulisses. *Como ler Fernando Pessoa*. São Paulo, Ed. Scipione, 1988. 112 p.
- NORDESTINO, Franklin Maxado. *Alma de Pessoa baixa na umbanda da Bahia*. São Paulo, 1985. 10 p. Folheto de cordel.
- PAIVA, José Rodrigues de. *Homenagem a Fernando Pessoa*. Recife, Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 1985. 115 p.
- PASSONI, Célia A.N. *Fernando Pessoa antónimo e heterónimo; antologia*. São Paulo, Ed. Núcleo, 1988. 122 p.
- PEREIRA, Kleide F.A. *A obsessão da música na poesia de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro, Univ. Federal, 1988. 179 p.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Livro do desassossego*. São Paulo, Brasiliense, 1986. 403 p.
- PESSOA, Fernando. *A alma do assassino, segundo o Dr. Quaresma*. São Paulo, Horizonte Edit., 1988. 55 p.
- Trad. *O corvo*. São Paulo, Expressão, 1986. 79 p.
- RIBEIRO, José Sommer. *Um rosto para Fernando Pessoa, catálogo*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Trata-se do catálogo da exposição organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian e que foi apresentada no Espaço Cultural Citibank, em São Paulo, nos meses de Abril e Maio de 1988, manifestação que integrou as comemorações do IV Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos e da inauguração de um monumento à memória de Fernando Pessoa.

SARAMAGO, José. *O ano da morte de Ricardo Reis*. São Paulo, Companhia de Letras, 1988, 415 p.

SCHMIDT, Simone Pereira et alii. *Estudos sobre Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro, Fund. Cult. Brasil-Portugal, 1986. 78 p.

SEABRA, José Augusto. *O heterotexto pessoano*. São Paulo. Perspectiva, 1988. 265 p.

SEGOLIN, Fernando. *O mistério segundo Pessoa*. São Paulo, Difusão Nacional do Livro/Inst. de Idiomas Yazigi, 1985.

SIMÕES, João Manuel. *Poemas de um heterónimo crí(p)tico; homenagem a Fernando Pessoa*. São Paulo, Grafikor, 1988. 66 p.

SOARES, António Filipe et alii. *Fernando Pessoa 50 anos depois da sua morte*. Porto Alegre, Caravelas, 1985. Cadernos literários, n.º 47.

VIEIRA, Yara Frateschi. *Sob o ramo da bétula; Fernando Pessoa e o erotismo vitoriano*. Campinas, Edit. UNICAMP, 1989. 163 p.

*Ricardo Reis, o heterónimo emigrado*

De acordo com a informação do criador dos heterónimos, o dr. Ricardo Reis teria nascido («dentro da minha alma», escreveu Fernando Pessoa) em 29 de Janeiro de 1914, às 11 horas da noite. Um nascimento que foi perfeitamente descrito à luz da heteronímia: «Eu estivera ouvindo no dia anterior uma discussão extensa sobre os excessos, especialmente de realização, da arte moderna. Segundo o meu processo de sentir as cousas sem as sentir, fui-me deixando ir na onda dessa reacção momentânea. Quando reparei em que estava pensando, vi que tinha erguido uma teoria neoclássica, e que a ia desenvolvendo. Acheia-a bela e calculei interessante se a desenvolvesse segundo princípios que não adopto nem aceito. Ocorreu-me a ideia de a tornar um neoclássico «científico» (...) reagir contra duas correntes — tanto contra o romantismo moderno, como contra o neo-classicismo à Maurras (...). (*in* manuscrito que se supõe ser de 1914).

Outros traços biográficos foram enunciados na carta a Adolfo Casais Monteiro (13-1-1935): «Ricardo Reis nasceu em 1887 (não me lembro do dia e mês, mas tenho-os algures), no Porto, é médico

e está presentemente no Brasil», ficando também a saber-se que é um pouco, mas muito pouco, mais baixo, mais forte, mais seco» que Alberto Caeiro. De cara rapada (como os outros), porém de um vago moreno mate. E mais se sabe por essa carta que «Ricardo Reis, educado num colégio de jesuítas, é, como se disse, médico; vive no Brasil desde 1919, pois se expatriou espontaneamente por ser monárquico. É um latinista por educação alheia, e um semi-helenista por educação própria». Como escreve? Segundo a revelação de Fernando Pessoa, a poesia de Reis surge «depois de uma deliberação abstracta, que subitamente se concretiza numa ode».

Outras coisas básicas para a compreensão da heteronímia são explicadas na carta 13-1-1935, mas vamos fixar-nos apenas em Ricardo do Reis, que guardava «toda a (...) disciplina mental, vestida da música que lhe é própria, do seu criador. Foi, aliás, o primeiro da família heterónima, como é sabido: «Aí por 1912, salvo erro (que nunca pode ser grande), veio-me à ideia escrever uns poemas de índole pagã. Esbocei umas coisas em verso irregular (não no estilo Álvaro de Campos, mas num estilo de meia regularidade), e abandonei o caso. Esboçara-se-me, contudo, numa penumbra mal urdida, um vago retrato da pessoa que estava a fazer aquilo. (Tinha nascido, sem que eu soubesse, o Ricardo Reis)». E com o aparecimento, em Março de 1914, de Alberto Caeiro é que foram inventados os discípulos: «Arranquei do seu falso paganismo o Ricardo Reis

latente, descobri-lhe o nome, e ajustei-o a si-mesmo, porque nessa altura já o via. E, de repente, e em derivação oposta à de Ricardo Reis, surgiu-me impetuosamente um novo indivíduo» — Álvaro de Campos.

Depois, apareceu até mesmo «uma côterie inexistente» entre os heterónimos pessoanos: «Fixei aquilo tudo em moldes de realidade. Graduei as influências, conheci as amizades, ouvi, dentro de mim, as discussões e as divergências de critérios, e em tudo isto me parece que fui eu, criador de tudo, o menos que ali houve. Parece que tudo se passou independentemente de mim. E parece que assim ainda se passa. Se algum dia eu puder publicar a discussão estética entre Ricardo Reis e Álvaro de Campos, verá como eles são diferentes e como eu não sou nada na matéria».

\* \* \*

São hoje conhecidos alguns dos textos da «discussão estética» de Reis com Campos, bem como foram publicadas outras achegas referentes aquele que «imigrou para o Brasil, em 1919, auto-expatriado «por ser monárquico».

Muito pouco se tem falado do Ricardo Reis em terras brasileiras, mas recorda-se que em «nota editorial inserta nas *Páginas íntimas e de Autointerpretação* se justifica nestes termos o atraso na publicação dos *Poemas* de Alberto Caeiro:

«esperava-se a apresentação do sr. dr. Ricardo Reis, e, como esta tinha de vir da América, houve mais demora do que se esperava na publicação do livro». E ainda se esclarece: «Além do prefácio, o sr. dr. Ricardo Reis também deu ordens para a selecção dos poemas que vai no fim do livro sob o título «O Andaime». As notas do livro são também do sr. dr. Ricardo Reis. A nossa escolha deste senhor para este fim foi devida ao poeta o considerar como seu discípulo». A finalizar, a «nota editorial», assinada por «A. L. C./J. C.» (é um manuscrito não datado), informa que «o sr. dr. Ricardo Reis é professor de latim (humanidades) num importante colégio americano».

Tudo indica que este «americano» é, de facto, «brasileiro» e sul-americano, pois não há indicações sobre viagens de Reis através de outros países do Novo Continente. Hipótese dedutível do texto (de 1930?), publicado no volume de *Páginas Íntimas*, «Aspectos (Prefácio para a edição projectada das suas obras)», onde se lê: «(...) Se amanhã eu, viajando na América, encontrasse subitamente a pessoa física de Ricardo Reis, que, a meu ver, lá vive, nenhum gesto de pasmo me sairia da alma para o corpo; estava certo tudo, mas antes disso, já estava certo. O que é a vida?»

Não havendo como divergir da informação de Fernando Pessoa, segundo a qual Ricardo Reis terá chegado ao Brasil em 1919 e neste País ainda permanecia em 1935 (consoante se declara na carta a

Casais Monteiro, em 13-1-1935), é curioso não haver manifestações «reisianas» (nem pessoanas) em torno da Semana de Arte Moderna de Fevereiro de 1922, em São Paulo, nem tão pouco alusões a amigos brasileiros — como Ronald de Carvalho, a quem o autor da *Mensagem* enviou uma carta em 24/2/1915, isto é, poucos meses antes do lançamento da revista *Orpheu*, de que o poeta brasileiro foi director. Do contacto com Cecília Meireles e do encontro frustrado, em Lisboa, nada sobrou, excepto a dedicatória de 10-XII-1934, oferecendo um exemplar da *Mensagem* à escritora e ao seu marido, Correia Dias, «artista, velho amigo, e até cúmplice (vide *Águia*, etc.)».

É certo que um Ronald de Carvalho, apesar de ex-director de *Orpheu*, no artigo «Intercâmbio luso-brasileiro» (in *O Jornal*, 3-X-1920, transcrito por Arnaldo Saraiva em *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português*), se limita ao lugar-comum, cinco anos depois da aventura renovada do orfeísmo. Não obstante, o poeta brasileiro sabia perfeitamente quem era o modernista e o inventor da heteronímia, pois, com data de 1915 (sem indicação de dia nem de mês), lhe enviou o seu retrato, considerando o poeta português «esquisito escultor de máscaras». E já lhe mandara em 1914 um exemplar da *Luz Gloriosa*: «Para as mãos de Fernando Pessoa, fraternal» — livro que o escritor português agradecerá na mencionada carta de 24/2/1915.

\* \* \*

Não sabemos em que se baseou João Gaspar Simões, na sua importante e pioneira *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, para afirmar que Ricardo Reis «vivera alguns anos no Brasil», pois não encontramos indicações da sua volta a Portugal (a não ser do falso regresso tramado por José Saramago no romance *O ano da morte de Ricardo Reis*). Parece que o biógrafo de Pessoa estabelece uma correlação entre o heterónimo e Luís de Montalvor, que também morou no Rio de Janeiro e voltou a Lisboa, «mallarmeano e requintado».

Não há menções ao regresso do heterónimo em António Quadros, assim como não as encontramos em outros estudiosos, enquanto José Augusto Seabra acentua, em *O heterotexto pessoano*: «Pagão, mas “exilado e carnal no meio de uma civilização inimiga” era-o também Ricardo Reis, que imigrou por razões políticas para o Brasil (ainda o Novo Mundo)». Diz José Augusto Seabra que «só através da estesia este “pagão por carácter”, epicurista e estóico, latinista por educação alheia, e “semi-helenista por imigração própria”, conseguiria encarnar o ideal clássico da arte grega». Um ponto de confluência que Georg Rudolf Lind sublinha, em *Estudos sobre Fernando Pessoa*, ao admitir que certas estrofes «conferem à obra de Ricardo Reis o seu carácter de poesia culta sempre pronta a referir os seus patronos espirituais (Aristóteles, Epicuro) e

empenhada, mesmo, em tentar renovar os “topoi” gastos da poesia antiga».

Outros o terão dito por meio de palavras diferentes, desde Jacinto do Prado Coelho, passando por Eduardo Lourenço, para quem a «felicidade» de Ricardo Reis «consiste em se assumir com alma adequada ao escoamento e ao dilaceramento fatais desse mesmo tempo, unindo assim a sabedoria ativa dos estóicos ao prazer melancólico dos epicuristas». João Gaspar Simões destacou outro ângulo ao chamar a atenção para o facto de que Reis, «mais próximo que nenhum outro dos heterónimos da maneira de ser íntima de Fernando Pessoa, surgiu desde logo na sua vera fisionomia e desde logo consentiu que este exprimisse algo do que de mais pessoal — na dimensão emocional, não na sensacional — aguardava expressão na sua personalidade».

Se, ao tornar-se classicista, Ricardo Reis passou a ser emigrante no espaço e no tempo gregos, talvez se encontre um paralelo na vida real do criador — a infância e a juventude que viveu em terras africanas. Uma experiência emigratória que pode ter pesado na decisão de enviar Ricardo Reis para o Brasil, tradicional reduto dos portugueses em busca de pão e espaço — e não para África. Nesta emigração no espaço e no tempo, será o Ricardo Reis «algo do que de mais pessoal» — no dizer de Gaspar Simões — havia no criador da heteronímia. E em que

coincidências repousarão as *Odes* — se é que em Pessoa e nos seus autores pode haver coincidências?

Ocorre que a edição das *Odes de Ricardo Reis* (vol. IV das *Obras Completas*, ed. Ática, Lisboa, 1959) reúne 124 poemas, o primeiro dos quais — «Mestre, são plácidas/ Todas as horas/ Que nós perdemos,» — tem a data de 12-6-1914. Nessa edição lisboeta, o 35.º poema é de 23-11-1918 — «Uma após uma as ondas apressadas» — e o seguinte traz a data de 29-1-1921 («Seguro assente na coluna firme», cuja primeira divulgação foi na revista *Athena* n.º 1, Out. 1924). Quer dizer, esta ode é a primeira «escrita no Brasil» (considerando a «imigração» em 1919).

Por outras palavras, Ricardo Reis terá redigido 35 poemas em Portugal e outros 89 «no Brasil», incluindo os 13 não datados e, nestes, os outros 4 publicados na revista *Athena*, em 1924 («Ponho na altiva mente o fixo esforço», «Temo, Lídia, o destino. Nada é certo», «Não queiras, Lídia, edificar no espaço», e «Saudoso já deste Verão que deixes»). Curiosamente se destaca que dos anos de 1919 (quando «emigrou») e 1920 (já «emigrado») não há nenhum poema. E o primeiro texto «emigrado» é o de 29-1-1921, seguindo-se 17 em 1923, 1 em 1925, 4 em 1926, 7 em 1927, 9 em 1928, 12 em 1930, 8 em 1931, 8 em 1932 e 9 em 1933, o último dos quais com data de 13-12-1933 («Aguardo, equânime, o que não conheço»). Além dos vazios poéticos de 1919 e 1920, anotam-se também os de 1922 (ao Rio de Janeiro, onde «morava» Ricardo Reis, não terão

chegado os estímulos da semana modernista de São Paulo...), de 1924 e de 1932...

A fase poética «brasileira» de Ricardo Reis (admitindo que ele nunca mais voltou a Portugal, por não haver indícios) é portanto, de maior produção que a portuguesa. Mas como terá sido efectivamente realizada nos 89 poemas (reunindo também os não-datados), escritos desde a «chegada» ao Brasil? Terá o criador dos heterónimos levado a simulação até ao fim, abasileirando as suas odes?

A releitura desses 89 poemas só esporadicamente pode relacionar-se com o «emigrado»: «Lídia, ignoramos. Somos estrangeiros/ Onde quer que estejamos» (9-6-1932). Numa outra ode, o primeiro verso também se adapta à situação: «Aqui, neste misérrimo desterro» (6-4-1933). Porém, estas incidências são ocasionais, porquanto já em 12-6-1914 ele referia «Os deuses desterrados» e o «Desterrado da pátria antiquíssima» (19-6-1914), assim como as «deidades exiladas» (30-7-1914). Nestas Odes, sim, a «emigração» foi antecipada. Mas tanto numas como noutras, tudo se explica. A heteronímia pessoana não foi inventada por acaso.

II — AUTORES PORTUGUESES  
NO BRASIL

## A PRESENÇA DE CAMÕES

São raras, breves e, por vezes indirectas as referências de Luís de Camões ao Brasil, mas nem por isso *Os Lusíadas* despertaram e continuam a despertar menor interesse a numerosos ensaístas brasileiros, dedicados e justamente reputados camonologistas. E assim é que desde Joaquim Nabuco a Afrânio Peixoto se prolonga uma linhagem de especialistas que, féis à raiz comum, proclama, como observou Nabuco, que o poema de Camões «pertence também um pouco» ao Brasil.

Na verdade, desde as edições brasileiras do poema épico e de outras obras de Luís de Camões, contam-se importantes manifestações de apreço ao maior poeta da Língua Portuguesa, relevando-se as comemorações do tricentenário (1880) e as diferentes exposições camonianas e dezenas de estudos publicados no decorrer dos anos. Tinha razão, portanto, o legítimo representante do espírito luso-brasileiro, Jaime Cortesão, quando dizia que «a pátria das bandeiras é a continuação lusíada da pátria das naus».

A primeira menção acerca da existência da nova terra de Santa Cruz aparece no canto V, quando Camões escreve:

*Já descoberto vínhamos adiante,  
Lá no novo Hemisfério, nova estrela,  
Não vista de outra gente, que, ignorante,  
Alguns tempos esteve incerta dela.  
Vimos a parte menos rutilante  
E, por falta de estrelas, menos bela,  
Do Pólo fixo, onde inda não se sabe  
Que outra terra comece ou mar acabe.*

A nova «estrela» do Hemisfério recém-descoberto é, não há dúvida, a do Cruzeiro do Sul, que foi pela primeira vez registado pelos descobridores portugueses. Mas a alusão torna-se ainda mais clara quando o poeta enumera o Império que começava a alargar-se:

*Mas, entanto que cegos e sedentos  
Andais de vosso sangue, ó gente lusitana,  
Não faltaram Cristãos atrevimentos  
Nesta pequena casa Lusitana.  
De África tem marítimas assentos;  
É na Ásia mais que todas soberana;  
Na quarta parte nova os campos ara;  
E, se mais mundo houvera, lá chegara*

(L., VII, 14)

No Canto X, são três as referências claras e, na primeira, aparece até o nome do Brasil:

*Das mãos do teu Estêvão vem tomar  
As rédeas um, que já será ilustrado  
No Brasil, com vencer e castigar  
O pirata Francês, ao mar usado.  
De(s)pois, Capitão-mor do Índico mar,  
O muro de Damão, soberbo e armado,  
Escala o primeiro entra a porta aberta,  
Que fogo e frechas mil terão coberta.*

(L., X, 63)

Aquele «ilustrado no Brasil» é, sem dúvida, Martins Afonso de Sousa — «Martinho, que de Marte / O nome tem coas obras derivado», explica Camões, depois de lembrar que ele havia limpado «a Índia dos inimigos», vindo mais tarde com «cetro a governá-la».

Em outra das estâncias que se relacionam, no mesmo Canto, com o novo Hemisfério apontado pela nova estrela, observa Camões:

*Vêdes a grande terra que contín(u)a  
Vai de Calisto ao seu contrário  
Pólo, que soberba a fará a luzente mina  
Do metal que a cor tem do louro Apolo.  
Castela, vossa amiga, será di(g)na  
De lançar-lhe o colar ao rudo colo.  
Várias províncias tem de várias gentes  
Em risos e costumes, diferentes.*

(L., X, 139)

A «grande terra que contínua» respeita, evidentemente, às Américas, onde Castela procurava «a lusente mina» do ouro. E, a seguir, o épico refere-se expressamente à Terra de Santa Cruz:

*Mas cá onde mais de alarga, ali terão  
Parte também, co pau vermelho nota;  
De Santa Cruz o nome lbe poreis;  
Descobri-la-á a primeira vossa frota.  
Ao longo desta costa, que tereis,  
Irá buscarão a parte mais remota  
O Magalhães, no feito, com verdade,  
Português, porém não na lealdade.*

(L., X, 140)

A primeira frota é a que se seguirá à de Gama, isto é, a de Pedro Álvares Cabral. Censura Camões o navegador Magalhães, que fez a viagem de circunnavegação a serviço do rei estrangeiro, feito imenso, mas diminuído pelo seu pouco portuguesismo. E a «costa, que tereis» é a indicação mais do que suficiente. Não se encontram outras passagens, em *Os Lusíadas*, tão de perto relacionadas com o Brasil, mas o poeta ainda a ele se referiu na elegia que aparece na obra de Pero de Magalhães Gandavo («Tratado da Terra do Brasil — História da Província de Santa Cruz»). O livro de Gandavo tem numeradas as duas partes que o constituem e é abrindo a segunda que vem o poema de Camões.

Há quem pretenda que o «Tratado da Terra do Brasil» foi escrito em 1570 (quer dizer, dois anos antes da primeira edição de *Os Lusíadas*), embora só publicado em 1826. O poema encontra-se agora entre as Elegias de Camões e abre com os seguintes versos:

*De(s)pois que Magalhães teve tecida  
A breve história sua, que ilustrasse  
A Terra Santa Cruz, pouco sabida,  
Imaginando a quem a dedicasse  
Ou com cujo favor defenderia  
Seu livro dalgum zóilo que ladrasse;  
Tendo nisto ocupada a fantasia,  
Lhe sobreveio um sono repousado,  
Antes que o sol abrisse o claro dia.*

As referências sobre o Brasil apenas têm interesse, naturalmente, na medida em que podem servir de pórtico aos estudos camonianos que neste País se têm realizado, visto que sobre o poeta épico ele permanecerá indefinidamente entre as mais importantes manifestações culturais lusíadas. Desaparece com ele o patriotismo, frágil e temporário, para só continuar o poema na sua essência, isto é, no cantar da epepeia dos portugueses de Quinhentos. Por isso é que *Os Lusíadas*, sendo do passado, continuam o presente e sobreviverão no futuro.

Palavras que todos sabem e que seriam, talvez; desnecessárias, mas que não haverá mal que sejam avivadas, mesmo porque a releitura do poema nos traz de cada vez novas surpresas, outras feições e interpretações, até. Já foi dito vezes sem conta que Luís de Camões, sendo homem do seu tempo, tinha ideias progressistas, facto que contribuiria para a perenidade do seu poema. É possível. Mas não é unicamente essa posição, diríamos, de vanguarda que importa salientar: é que o poeta continua actual, vivo, permanecendo válidos não poucos dos seus conceitos que já eram de ontem e são de hoje, adquirindo agora nova actualidade.

Proclamando que «A rei não obedece nem consente, / Que não fôr mais que todos excelente», Luís de Camões definiu um parecer político muito ousado, no tempo em que viveu, mas que documenta a sua isenção e altivez do espírito. É, porém, no Canto VII, que o poeta se refere à política em sentido mais amplo, como que teorizando sobre a política portuguesa da época e o espírito que prevaleceu entre os lusíadas nas terras novas que descobriram, colonizaram e povoaram, nelas se integrando como se fossem a própria terra de origem.

*Nem creiais, Ninfas, não, que fama desse  
A quem ao bem comum e do seu Rei  
Antepuser seu próprio interesse,  
Amigo da divina e humana Lei.*

*Nenhum ambicioso que quisesse  
Subir a grandes cargos, cantarei,  
Só por poder com torpes exercícios  
Usar mais largamente de seus vícios;*

*Nenhum que use do seu poder bastante  
Para servir a seu desejo feio,  
E que por comprazer ao algo errante,  
Se muda em mais figuras que Proteio.  
Nem, Camenas, também cuideis que cante  
Quem, com hábito honesto e grave, veio,  
Por contentar o Rei, no ofício novo,  
A despir e roubar o próprio povo!*

*Nem quem acha que é justo e que é direito  
Guardar-se a lei do Rei severamente,  
E não acha que é justo o bom respeito  
Que se pague o suor da servil gente;  
Nem quem sempre, com pouco experto peito,  
Razões aprende, e cuida que é prudente,  
Pera taxar, com mão rapace e escassa,  
Os trabalhos albeios que não passa.*

(L., VII, 84, 85 e 86)

Não admite o poeta «que se pague o suor da servil gente». Cada um é livre, conforme a sua maneira, ressalvadas, é evidente, as limitações de cada época. Os de «mãos rapadas» só merecem censuras, pois são também «inimigos da divina e humana Lei». Há uma política que marca o tempo,

um descortino que não se apagou com os séculos. «Os Lusíadas» permanecem vivos porque são a história de um povo, não de um herói ou de qualquer aventureiro, desses que enchem as literaturas. Mas valem mais do que essa permanência, porque a ultrapassam, dado que constituem porventura o mais soberbo documento sobre a missão iniludivelmente civilizadora de Portugal.

E, como veremos essa intenção é que sobressai também dos numerosos estudos camonianos divulgados no Brasil, pois se irmanam os intelectuais deste País na afirmação do espírito idêntico: é na raiz lusíada que se explica o destino brasileiro.

#### *O tricentenário*

As mais significativas homenagens até hoje prestadas pelo Brasil a Luís de Camões foram sem dúvida: as comemorações do tricentenário, em 1880, pois delas participaram não só os intelectuais, mas também as autoridades e o povo, muito embora se deva destacar também a acção por assim dizer decisiva dos portugueses do Brasil, através das numerosas associações luso-brasileiras espalhadas por todo o -País.

Na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, realizou-se uma «exposição camoniana», além de outras manifestações que Rosendo Moniz relatou, na época, salientando o «sorpriendente effeito de

espectaculo festival no theatro D. Pedro II, magnificamente decorado nos camarotes e no tecto, e cujo recinto regorgitava da enchente de espectadores em número de cerca de 3000, sendo para deslumbrar o aspecto do salão guarnecido pelo que ha de mais grado e selecto da sociedade brasileira, isto é, de um lado SS. MM. Imperiaes, em camarote particular junto ao proscenio; em seguida, o Ministro, o Senado, a Câmara dos Deputados, o Conselho d'Estado, o Supremo Tribunal de Justiça, a Relação, o Instituto Histórico, a Escola Polytechnica e outras corporações; ao lado opposto a Camara Municipal, a Legação e o Consulado de Portugal, os Corpos Diplomáticos e Consular, a Sociedade de Geographia de Lisboa no Brazil, a Bibliotheca Nacional, o Conservatorio Dramático, a Imprensa e diversas associações scientificas e litterarias. Ao levantar-se o pano era esplendida a perspectiva do palco, sendo adequadíssima a ornamentação do scenario. Centenares de pessoas distinctas, representantes de varias corporações, entre as quaes a Camara Municipal com o seu estandarte desfraldado, formavam um semicirculo em cujo centro assomava o magestoso busto de Camões entre valiosas coroas, allí offerecidas por notaveis entidades, individuaes ou collectivas, nacionaes ou estrangeiras, tributarias do genio. Tocado o hymno brasileiro, seguiu-se á risca o programma da festa litteraria e artistica, organizada pelo Gabinete Portuguêz».

Foi lançada no decurso das comemorações a edição especial de *Os Lusíadas*, com prefácio de Ramalho Ortigão e notas de Adolfo Coelho, por iniciativa do mesmo Gabinete Português de Leitura. Aliás, diversos livros aparecem nessa altura, assim como tiveram lugar outras homenagens, destacando-se a da «Revista Brasileira», que dedicou um número especial a Luiz de Camões, com prefácio do Imperador D. Pedro II e colaboração de numerosos escritores, entre os quais se apontam Afonso Celso, Machado de Assis, José Bonifácio de Andrade e Silva, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Franklin Távora, Lins de Albuquerque, etc.

Também a «Gazeta de Notícias» publicou um número especial que abria com um artigo sobre «Bibliografia Camoneana», de Alfredo do Vale Cabral, incluindo as obras expostas na Biblioteca Nacional e contando com numerosos colaboradores, muitos dos quais já indicados na homenagem da «Revista Brasileira», além de Capistrano de Abreu e de outros. O «*Jornal do Commercio*» associou-se igualmente às comemorações publicando um número especial (como os anteriores mais tarde editado sob a forma de livro), notando-se vários dos escritores já mencionados, assim como textos de Alfredo d'Escagnolle Taunay, senador Dantas, Visconde do Rio Branco, etc.

A «Sociedade de Socorros Mútuos Luiz de Camões», fundada em 1880, também publicou em volumes numerosos artigos de autores portugueses e

brasileiros, devendo referir-se ainda a «Camoneana Brasileira», do Barão de Paranapiacaba, que só veio a ser publicada em 1886; o autor esclarece, no prólogo, que tendo realizado uma palestra literária, na presença do Imperador, obteve tão grande êxito que decidiu levar mais longe o seu trabalho, isto é, reescreveu... *Os Lusíadas*, fazendo preceder cada canto de um argumento — «que resume o assunto do canto correspondente, e illustrei o texto com várias notas». Confessa, aliás, o Barão de Paranapiacaba que não pretendeu «imitar a epopéia de Camões», mas a inesperada versão passou de 10 para 8 cantos... A obra chegou a ser incluída na «Biblioteca Escolar» da época, mas, felizmente, pertence hoje ao museu das curiosidades.

Não decorreram as festas sem atritos, visto que dois livros, pelos menos, aparecem nessa altura, protestando contra os organizadores. «Desabafo patriótico e o Tricentenário de Camões no Rio de Janeiro», assim se intitulou o «estudo crítico e documentado, ou a «censura» feita aos promotores e orador-official do tricentenário, escripto este a lume com antecedência ao acto», sendo seu autor o dr. Francisco Ferraz de Macedo. O outro volume tinha o título de «Camões e os Portugueses no Brazil — Reparos Críticos», assinando-o o dr. Figueiredo Magalhães, que protestava igualmente contra a escolha de Joaquim Nabuco como orador oficial das homenagens a Camões.

O Gabinete Português de Leitura, de Pernambuco, também fez editar um volume sobre as homenagens prestadas ao poeta em Recife e reunindo colaboração de numerosos intelectuais pernambucanos. Em outras cidades brasileiras realizaram-se solenidades evocativas, notadamente em São Paulo, apesar de não se encontrarem nenhuma referências nas citadas publicações de 1880.

Foi, no entanto, editado neste ano, em São Paulo um estudo de Afonso Celso Junior, sob o título de «Camões», ao passo que a antiga «A Província de São Paulo» contém interessantes informações sobre o tricentenário, não só nesta cidade, mas ainda no Interior paulista, no Rio e por todo o País.

Com efeito, «A Província» noticiou, a 19 de Maio de 1880, a próxima edição do estudo sobre Camões de Afonso Celso Junior; a 20, divulgou um poema — em espanhol — de Nicanor San Martin, «A la memoria de Camoens», referindo-se também ao programa elaborado pelo Club Gymnastico Portuguez, de São Paulo, a propósito do terceiro centenário da morte de Camões. Em 9 de Junho seguinte, publicou o programa e, no dia 10, divulgou, na secção de Letras e Artes, o poema «Luiz de Camões», de L. A. Palmeirim, além de anunciar «hoje à noute saráu litterario e inauguração da bibliotheca do clube» (Ginástico Português), bem como o programa completo dos festejos, que incluíam, no dia 11, «à noute concerto e experiencias

gymnasticas por alguns socios do club, no respectivo salão» e, a 12, baile de gala. Não se tendo publicado o jornal no dia 11, que caiu a uma 6.<sup>a</sup> feira, só na edição de 12 foi noticiado o acontecimento: «Não passou despercebido nesta capital o 10 de junho commemorativo do terceiro centenario de Camões e de muito honroso aos paulistas é a colonia portugueza, sendo geral a preocupação da cidade na comparticipação dos festejos».

Proseguia nos seguintes termos o relato de *A Província de São Paulo*: «Presidiu á sessão o sr. conselheiro dr. Duarte de Azevedo, que ás 8 da noute tomou assento e abriu-a, lendo um bellissimo trabalho relativo ao assumpto e fim da reunião. — Leu em seguida um bem elaborado trabalho o sr. Cunha Lobato, secretario do Club. — Apos orou longamente e com enthusiasmo, por parte do Club, o sr. Pelino Guedes. — Em seguida obtiveram a palavra successivamente os seguintes senhores: Dr. Leite Moraes, representante da academia; dr. Brasílio Machado, por parte da «Constituinte»; Roberto Tavares, representando o commercio; Assis Brazil, Clube Republicano Academico; Silva Nunes, Ensaio Jurídico; Leal Ferreira, «Monitor Catholico»; Canuto, Circulo dos Estudantes Catholicos; Malta, Amigos da Sciencia; Eduardo Prado, Club Constitucional; Brazil Silvado, Gréve Juridica; Afonso Celso, Beneficente Mineira». Como oradores officiais, «falaram os académicos srs. Pelino Guedes, Affonso Celso e Badaró».

De entre o numeroso noticiário sobre as comemorações camonianas em Santos, Rio Claro, Sorocaba, Limeira, merece destaque a notícia que «A Província» divulgou em 13 de Junho de 1880, porque nos parece ser a mais «sui generis» homenagem prestada no Brasil e talvez no mundo à memória de Luís de Camões. Dizia «A Província de São Paulo», sob o título de «ALFORRIA EM HOMENAGEM A CAMÕES», o seguinte:

«Tendo os srs. capitão Castro Vasconcellos e Brazil Silvado tomado a peito a manumissão do escravo Francisco, pertencente ao sr. tenente João Baptista de Oliveira Mattos, fazendeiro em Tatuhy, communicam-nos que por meio de uma subscrição feita pelo primeiro entre seus amigos, desta cidade, e pelo segundo entre seus collegas da academia, conseguiram obter a quantia de 800\$000, pela qual foi prometida a liberdade de Francisco aos supraditos senhores, tendo elles obtido de parte a parte a metade mais ou menos. — Assim, pois, o sr. capitão Castro Vasconcellos, como procurador do tenente Mattos, nesta cidade, pelo cartorio do illm. sr. Paulo Delfino, onde foi passada a procuração, fez passar hontem a competente carta de liberdade, visto haver já effectuado ao senhor do escravo o pagamento de 600\$000 de que possui recibo, exhibindo em cartório os 200\$000 restantes de que também cobrara recibo. — Os srs. Castro Vasconcellos e Brazil Silvado nos pedem que, em seu nome, agradeçamos a todos aquelles que

concorreram para essa obra de caridade e patriotismo. — Em homenagem ao grande poeta foi hontem passada a carta a Francisco, que passará a chamar-se — Francisco de Camões.»

#### *Edições e estudos*

De acordo com as referências diversas que são confirmadas pelos catálogos das quatro exposições camonianas de que temos notícia no Brasil, a primeira edição brasileira de *Os Lusíadas* parece ter sido impressa em 1821, no Rio, tratando-se, aliás, de uma «nova edição conforme à de 1572». Em Pernambuco, também foi publicada, em 1843, «nova edição correta» (Typ. de Santos e Companhia), havendo menção de outra edição carioca em 1855 (Agra & Irmão), registrando-se ainda as seguintes edições do século passado: a de 1866, «nova edição feita debaixo das vistas da mais acurada crítica em presença das duas primeiras edições, e das posteriores de maior crédito e reputação, seguida de anotações, críticas históricas e míticas», Rio, Typ. Universal de E. & H. Laenmert; vêm, depois, a versão francesa de A. de Cool (Rio, 1876) e as edições do dr. Abílio César Borges (1879), do Gabinete Português de Leitura (Rio, 1880) e do cônego J. C. Fernandes Pinheiro (1899).

São estas, cremos, as únicas edições brasileiras de *Os Lusíadas* do século XIX, esclarecendo-se que não pudemos consultar as quatro primeiras, tendo

encontrado, todavia, numerosas preferências a respeito em várias obras. Quanto às restantes, destaca-se que a de A. de Cool foi dedicada a D. Pedro II, «Empereur du Brésil», apresentando o título de «Les Lusiades de Camões» — Traduction en vers français» e esclarecendo o autor, no prefácio: «J'ai suivi l'auteur pas à pas, et si je ne l'ai pas traduit mot pour mot, c'est que cela est impossible pour qui doit s'assujettir au nombre et à la rime». Além do poema épico, contém ainda o volume uma «Vie de Camões».

A edição de 1879 do dr. Abílio César Borges destinava-se às escolas brasileiras e por isso nela «se acham supresas tôdas as estancias que não devem ser lidas pelos meninos». Foi impressa em Bruxelas e é prefaciada pelo promotor da edição, o qual salienta que expurgou «por tal forma o poema do imortal Camões, [apresentanda] um livro que, sem perigo, e com todas as vantagens, pode e deve ser manuseado nas escolas de ambos os sexos, e figurar entre os livros de família».

A edição de 1880 foi promovida pelo Gabinete Português, de Leitura, do Rio de Janeiro, na oportunidade das comemorações do terceiro centenário da morte de Luís de Camões, tendo-se encarregado da revisão do texto e das observações filológicas o Prof. Adolfo Coelho, cabendo a Ramalho Ortigão o prefácio crítico. Esta edição, que foi impressa em Lisboa, reproduz um retrato de Camões por Columbano, devendo acentuar-se que o

prefácio de Ramalho é um extenso estudo de 77 páginas; «para os portugueses do século XIX — afirmava o ex-panfletário das “*Farças*” —, Camões é o grande símbolo desse poder novo que por toda a parte vai consagrando as consciências enquanto não revoluciona completamente os princípios e as instituições. Para os portugueses do século XX, *Os Lusíadas* serão mais que um símbolo: ou serão a única expressão nacional de um povo extinto para a civilização e vivendo em torno de um livro como a raça judaica; ou serão a profecia realizada do patriotismo camoniano: O Império do Ocidente, fundado na confederação dos estados peninsulares». E concluía: «Dando a ler este livro aos nossos filhos, nós preparamo-los para o conflito que chega, vestindo-lhes uma armadura e impondo-lhes uma bênção — a bênção de Luís de Camões, pão do nosso espírito.»

A edição de 1899 foi preparada para as escolas e tem «uma notícia sobre a vida e as obras do autor pelo cônego sr. J.C. Fernandes Pinheiro e com um estudo sobre «Camões e Os Lusíadas» por José Veríssimo, da Academia Brasileira» (H. Garnier, livreiro-editor, Rio). O que há de interessante nesta edição é o prefácio do José Veríssimo, que começa por considerar Camões «o grande poeta do mundo moderno, e a sua epopéia, *Os Lusíadas*, a consagração pela arte de uma nova era da civilização.» E salientava, ao mesmo tempo, que «literariamente Camões é o instituidor da língua

portuguesa, qual ainda a falamos e escrevemos hoje. Ele vale, disseram excelentemente, uma literatura inteira, e basta acaso a sua obra para definir o seu povo e o génio da sua raça.»

De entre as edições deste século que tivemos a ocasião de consultar, apontam-se as de 1917, edição escolar, comentada por Otoniel Mota (Melhoramentos, com numerosas reedições); 1923, *Verdadeira Chave dos Lusíadas*, com um glossário no final de todos os vocábulos, por Trentino Zillor; 1924, edição da Sociedade de Estudos Camonianos, Rio, prefácio de Afrânio Peixoto e notas de Pedro A. Pinto; 1930, edição escolar organizada por Antenor Nascentes (Rio, ed. Livraria Francisco Alves); 1933, edição da Imprensa Moderna, Rio), a edição paulista de 1956, cuja organização, texto e notas esteve a cargo do Instituto de Estudos Portugueses, direcção de António Soares Amora, com a colaboração de Massaud Moisés, Naief Sáfy, Rolando Morel Pinto e Segismundo Spina; a edição das *Obras Completas* de Camões, Cultura, São Paulo (s/d); duas edições de *Os Lusíadas* aparecem em 1960 — a da Jackson, Rio, com prefácio de Afrânio Peixoto, e a da Saraiva, São Paulo, comentada por Silveira Bueno, registando-se, finalmente, em 1963, a edição das *Obras Completas* que António Salgado Júnior organizou, com introdução, comentários e notas para a Aguilar, do Rio de Janeiro.

No capítulo dos estudos, assim como no das edições escolares, apenas se enumeram os volumes

que tivemos o ensejo de consultar: «*À Margem dos Lusíadas*» (Alguns nomes geográficos), do P.A. Pinto (Rio, 1924); «*O Génio de Camões*» (*Os Lusíadas — Ensaio Crítico*), de Afonso Costa, Rio, 1924; «*Estudos Camonianos*», de Sílvio de Almeida, São Paulo, 1925; «*Nótulas Camonianas*»; de Veiga de Carvalho, São Paulo, 1939; «*Camões*» (Temas e motivos da obra lírica), de Cristiano Martins, Rio, 1944; «*Rimário de Os Lusíadas*», de Judith Brito de Paiva e Sousa, Rio, 1948; «*Discurso sobre Camões e Portugal*», de Álvaro Lins, Rio, 1956 (o texto foi reproduzido, com ligeiras modificações, no «*Jornal de Crítica*» do mesmo autor, 7.<sup>a</sup> série, Rio, 1963, sob o título de «*Ensaaios sobre Camões e a Epopéia como romance histórico*»); «*Camões, o Bruxo e e outros ensaios*», de Augusto Meyer, Rio, 1958; «*Dicionário & Gramática de Os Lusíadas*», de Júlio Nogueira, Rio, 1960; «*Camões, lusista e tropicalista*», de Gilberto Freire, no volume «*O Luso e o Trópico*», Lisboa, 1961; «*Camões e Miraguarda*» (Uma biografia interpretativa), de Gondim da Fonseca, São Paulo, 1961, «*Os Lusíadas para os Jovens*» de Altino Martinez, apresentação de António Soares Amora, São Paulo, e «*Camões Épico*», de Aires da Mata Machado Filho, col. Nossos Clássicos, ed. Agir, Rio, 1960.

Neste levantamento sumariíssimo dos estudos camonianos no Brasil, têm de ser necessariamente apontados, os interessantíssimos trabalhos de Joaquim Nabuco: «*Camões e Os Lusíadas*» (1872), o *Discurso sobre Camões* proferido em 1880 e as

conferências que fez nos Estados Unidos: «*O lugar de Camões na Literatura*» (1908), «Camões, poeta lírico e «*Os Lusíadas, epopéia do amor*» (1908). Devem anotar-se igualmente os livros de Afonso Celso Júnior, *Camões* (São Paulo, 1880) e de Miguel de Lemos, *Luís de Camoens*, este com duas edições, uma em 1880 e a outra em 1924, ambas em francês. Finalmente, devem referir-se, por agora só de passagem, os estudos camonianos de Afrânio Peixoto: «*A Camonologia ou Os estudos camonianos*», Rio, 1924; «*Ensaio Camonianos*», Coimbra, 1923, e Rio, 1944; «*Leituras Camonianas*», Rio, 1926; «*Medicina d'Os Lusíadas*», Rio, 1924, e «*Dinamenes*», Rio, 1925.

Dentre os intelectuais portugueses que no Brasil estudaram a obra de Camões, apontam-se os trabalhos de Carlos Malheiro Dias, sobre «*Camões e a Raça*» (1934); de Rebêlo Gonçalves («*Dissertações Camoneanas*», São Paulo, 1937); de Fidelino de Figueiredo, «*A Épica Portuguesa no Século XVI*», São Paulo, 1938; de Serafim Leite, «*Camões Poeta da Expansão da Fé*», Rio, 1943; de Jaime Cortesão, «*Camões e o descobrimento do Mundo*» (in «*Arquivo Camoneano*» e cad. Seara Nova, Lisboa, 1944) e, mais recentemente, de Jorge de Sena.

Para concluir este levantamento breve e incompleto sobre os estudos camoneanos no Brasil, citam-se ainda as exposições de 1880 e de 1957, no Rio de Janeiro, e de 1948 e de 1956, em São Paulo, adiantando-se que nos quatro catálogos se

encontram interessantes «pistas» a desbravar. Devem mencionar-se também as homenagens a Camões, pelo menos as mais expressivas, desde a de Jaime Séguier, em 1880; de Saúl Navarro, a propósito da estátua de Camões em São Paulo; a da «Fundação Camões», que Afrânio Peixoto criou em 1942 e que promoveu as conferências reunidas nos dois volumes do «*Arquivo Camoneano*», nos quais se acham interessantíssimos estudos, notadamente a reedição de «*Camões de perfil*», de Capistrano de Abreu, divulgado inicialmente em 1880; a «*Camoneana*», de Filinto de Almeida (Rio, 1945) e, mais recente, a outra «*Camoniana*», de Guilherme de Almeida, esta última com apresentação de Afrânio Peixoto e escrita em 1956, salientando o ilustre camonista que, após os sonetos de Camões, os do «Príncipe dos Poetas Brasileiros» eram «os nossos mais belos».

Quando se pretende elaborar um inventário, ainda que resumido, sobre Camões e o Brasil, as dificuldades que surgem são inúmeras, pois não há trabalhos de conjunto (pelo menos, não encontramos nenhum); assim, só com paciência e persistência se poderá fazer o recenseamento fiel e documentado dos estudos camonianos neste País, embora seja possível afirmar, desde já, que os camonistas brasileiros se identificam todos num único objectivo — o da luso-brasilidade. O prof. Soares Amora mostrava-se optimista, em 1956, dizendo que nos últimos 25 anos se tem propagado

«com entusiasmo o culto de Camões»; ao optimismo juntaram-se grandes esforços e em 1961 foi criada a Disciplina de Camonologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, sob a regência do prof. Segismundo Spina, que deu início à «*Revista Camonianæ*», ligada à Universidade de São Paulo.

## O BRASIL NA VIDA LITERÁRIA DE CAMILO

Para lá do idioma comum, da História e das raízes culturais que ligam Portugal e Brasil, as literaturas de ambos os países encontram-se — ou reencontram-se — nas obras dos escritores das duas margens atlânticas, com relevo muito especial para Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Fernando Pessoa.

Nenhum deles viveu no Brasil, o que não impede que continuem a ter numerosos leitores neste país. Camilo, cujo centenário da morte foi comemorado em 1990, terá sido porventura uma das grandes paixões literárias dos brasileiros, com sulcos profundos que vão de Monteiro Lobato a tantos outros autores, leitores e críticos, amargos ou benevolentes.

Lembrança que se justifica: o Brasil, os brasileiros e os emigrados povoam centenas de páginas camilianas. A evocação é por demais clara nos romances *Os brilhantes do Brasil* (1869) e *A brasileira de Prazins* (1882), assim como em muitos outros livros, designadamente no único que teve a 1.<sup>a</sup>

edição no Brasil, *Agulha em palheiro* (1863), depois de ter aparecido em folhetins, no jornal carioca *O Futuro*, dirigido em 1862/63 pelo emigrante Faustino Xavier de Novais, irmão de Carolina Novais Machado de Assis.

Não restam dúvidas de que Camilo Castelo Branco acompanhava de perto a evolução das letras brasileiras, conforme documenta o facto de ter reproduzido textos de 11 poetas do Brasil no *Cancioneiro Alegre* (1879), incluindo Gonçalves Crespo (que vivia em Portugal, onde casara com a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho), além de dois portugueses, Faustino Xavier de Novais e Francisco Gomes de Amorim, que residiam no Brasil.

O *Cancioneiro* deu muito que falar no Brasil, conforme veremos, mas muito antes desta polémica colectânea a obra de Camilo despertara o interesse dos leitores brasileiros, ainda que seja discutível a afirmação de Guilhermino César: «(...) se Camilo não tinha simpatias pelo Brasil (conforme transparece de vários escritos seus, especialmente do *Cancioneiro Alegre*), não teve igualmente pela África. Repugnava-lhe à sensibilidade o meio bárbaro, inculto, propício aos aventureiros que ocultam a consciência, com as moedas surripiadas ao suor alheio, no mesmo baú da folha de Flandres».

Até agora, das observações camilianas é costume ressaltar-se o aparente: no estudo sobre *O «brasileiro» na novelística camiliana*, Alexandre Cabral

discorre sobre as diferentes figuras romanceadas de Camilo, apontando dificuldades económicas, frustrações passionais, a fuga ao serviço militar e os modos de enriquecer no Brasil (pelo trabalho honesto ou por meios fraudulentos) como se o fenómeno emigratório pudesse ser esquematizado tão rapidamente, e conclui pela necessidade de enumerar personagens femininas e os torna-viagens «de mão furada», considerando que «o problema da emigração portuguesa para o Brasil na centúria oitocentista» assume uma extraordinária magnitude na ficção camiliana.

Pergunta Alexandre Cabral e ele mesmo responde a seguir: «Que papel representa, ao fim e ao cabo o «brasileiro» no universo novelístico camiliano? Sendo este um reflexo — efabulado, sem dúvida e necessariamente — da sociedade portuguesa oitocentista, o «brasileiro» ocupa o lugar destacado que preenche nessa sociedade. Só que na novelística camiliana, o «brasileiro» não é apenas um elemento do Poder e dos Privilégios — é o próprio Poder e o próprio Privilégio, é numa palavra, Dinheiro, (o império do Dinheiro). Ao criticar, ridicularizar os torna-viagens (vulgo «brasileiros»), Camilo Castelo Branco estava a castigar a insolência dos poderosos do burgo que — como escreveu na apresentação de uma sua obra que não chegou a levar ao fim: os *Homens Ilustres* — eram chamados para tudo, até para dar opinião sobre a estátua a Garrett, em

prejuízo — naturalmente! — dos homens de talento e de cultura».

A história não é assim tão fácil — e um sociólogo não chegaria às conclusões do literato. Não subsistem dúvidas de que Camilo foi cruel demais na sua caricatura do emigrante, do mesmo modo que Eça de Queirós carregou exageradamente em certas tintas, conforme demonstrou Paulo Cavalcanti em *Eça agitador no Brasil*. Aliás, desta incompreensão poucos romancistas portugueses têm escapado, e a obra de Aquilino Ribeiro está aí para ser lida, embora o grande escritor se tenha redimido da pecha de anti-emigrante em *Quando os lobos uivam*, depois de ter seguido os (maus) exemplos de Camilo, Eça e outros mais.

Não é Alexandre Cabral o primeiro admitir que *Os brilhantes do brasileiro* é um romance que reflecte e, em certa medida, reproduz os episódios dos amores de Camilo com Ana Plácido (saída de casa do marido, conselho dos amigos do Pinheiro Alves, etc.). Uma vez mais a realidade contradiz a ficção: Hermenegildo Fialho Barrosas está muito longe de corresponder à biografia de Manuel Pinheiro Alves no Dicionário de Camilo do próprio Alexandre Cabral. Insinuam-se, porém, «os episódios dos amores de Camilo com Ana Plácido».

O primeiro marido de Ana Plácido terá sido o pretexto para que o romancista extravasasse na ficção a hostilidade que sentia na vida real. É o que diz por outras palavras Guilhermino César: «E a vida lhe deu

na pessoa de Pinheiro Alves, o marido de Ana Plácido, justamente um «brasileiro» rico por inimigo figadal, e, neste, o homem que mais o incomodou moralmente, mesmo depois de morto. Casado com a mulher desse «brasileiro» (nunca houve outro tão odiado pelo escritor), Camilo vai morar na casa construída por P. Alves e deixada em herança à família, em S. Miguel de Seide; debaixo das telhas do «brasileiro», roendo o seu amargo pão de escriba, o novelista parece enxergar Pinheiro Alves em todos os tipos emigrantes de torna-viagens criados por sua pena. Assistimos, assim, a um autêntico processo de «transferência», para usarmos a linguagem de Freud. E o marido de Ana Plácido — caricaturado por ele em várias figuras de «brasileiros» —, tem no Barrosas o seu mais perfeito sócia». O que não é a verdade inteira.

A história de *Os brilhantes do brasileiro* principia em Janeiro de 1847 (o romance foi publicado em 1869, Camilo conhecera Ana Plácido por volta de 1850, foi viver com ela em 1859 e os dois seriam presos em 1860). Hermenegildo Fialho Barrosas é o «brasileiro grado e dos mais gordos da cidade eterna» - quer dizer, o emigrante português que foi ao Brasil e voltou, sensivelmente igual aos muitos outros figurantes camilianos. Numa coisa se parecem quase todos eles: são invariavelmente ricos, malandros e ridículos: «Atanásio», por exemplo, é contrabandista e foi traído pela esposa, que depois se tornou «uma mulher da Bíblia». Outro, «Pantaleão», ex-negreiro,

passou a ser engajador «moderno», enquanto sua mulher, que foi prostituta, é agora «virtuosa». E Joaquim é «estúpido e preversíssimo, antigo gandaeiro» que subtraía açúcar mascavado das caixas expostas, antes de ser nomeado fiscal da Misericórdia, casado «com a mais desbragada polha que deu a Maia». Por seu turno, «Hermenegildo» é um ignaro: mandou derrubar, na Quinta dos Choupos, «uma antiga torre de arquitectura manuelina para construir nos alicerces dela uma capoeira».

É nas vastas salas do antigo convento que comprou o «brasileiro» emigrado que faz recolher «as espigas de milho a monte, de mistura com as cebolas, as nozes e as castanhas». Só lhe faltava apaixonar-se por «Ângela», a heroína do romance... e apaixonou-se. Era medonho, um misto «de sátiro cupidinoso e amante soez», além de glutão: «Comeu uma farta gamelada de carne-seca com feijão preto, bebeu à proporção vinho de Bordéus, adoçou os bócios com uma tigela de maracujá, e estendeu-se no flácido colchão para sestar». Um sujeito assim tão horroroso, física e moralmente, era capaz de todas as torpezas contra o anjo que se chamava «Ângela» e foi o que no romance «Hermenegildo», finalmente, depois de haver cometido as piores torpezas, rebentou de raiva e de indigestão, no Rio de Janeiro, enquanto «os três amigos e herdeiros de Hermenegildo Fialho de Barrosas, ainda respiram e medram», na cidade do Porto, todos nobilitados com

o título de barão, ganho certamente com as benemerências feitas. E Ângela e o médico Francisco Costa (Camilo?) puderam casar — e foram muito felizes.

O cenário de *Os brilhantes do brasileiro* não é São Miguel de Seide, onde efectivamente nasceu o «brasileiro» Manuel Pinheiro Alves (1807-1863), que emigrou bem jovem e regressou «pesando uns 80 contos de reis». A fotografia real do *Dicionário de Camilo* sugere um cavalheiro magro e alto, bem vestido, mas com simplicidade: «Era um dos ornamentos da Urbe Invicta, ligado a vários empreendimentos, o que é revelador do seu espírito de iniciativa: proprietário de barcos (1850); director do Banco Comercial do Porto (1850 e 1856); proeminente e dos primeiros accionistas da Fundação do Bicalho (1851); dos corpos gerentes da Companhia Garantia (1855); director da Assembleia Portuense, o famoso «Palheiro», que Camilo tantas vezes ridicularizaria (1856); director fiscal do Banco Mercantil (1858); director do Banco Commercial (1858); etc.» — explica Alexandre Cabral. Manuel Pinheiro Alves dirá à Justiça que sua esposa, Ana Augusta Plácido, «travou relações amorosas e trato ilícito com Camilo Castelo Branco, escritor público, nesta cidade, em princípios do corrente ano de 1859».

Ambos serão presos por mais de um ano e, por fim, absolvidos. Mas desse tempo de cárcere resultaram vários livros de Camilo, com relevo para

o mais famoso, *Amor de perdição*, que foi escrito em 15 dias e publicado em 1861. O manuscrito dessa obra-prima está no Brasil, aonde terá chegado por volta de 1925 ou 1926; comprado pelo comerciante português Francisco Garcia Saraiva, que ao contrário da maioria dos «brasileiros» camilianos não era ridículo nem ignorante, mas... bibliófilo. Saraiva legou o manuscrito ao Gabinete Português de Leitura, que do romance mandou fazer (com a editora Lello, do Porto), em 1983, uma belíssima edição fac-similada.

Trata-se de uma edição crítica do prof. Maximiliano de Carvalho e Silva, da Universidade Federal Fluminense, que apresenta lado a lado a página manuscrita e a página impressa. As seis edições do romance, lançadas em vida de Camilo, foram cuidadosamente examinadas pelo filólogo brasileiro, que garante haver reproduzido o texto de base, impresso em 1879, «com absoluta fidelidade às suas características fundamentais». E documentou o prof. Carvalho e Silva o seu trabalho com centenas de observações rigorosamente fidedignas.

A edição fac-similada de 1983 é ainda enriquecida com um estudo histórico-literário do prof. Aníbal Pinto de Castro, da Universidade de Coimbra, a quem devíamos já a fixação dos textos das *Páginas de Jornalismo*, de Eça de Queirós, exumadas do Distrito de Évora para ilustrar a actividade do jovem jornalista antes de *O Crime do padre Amaro*.

Camilo Castelo Branco merecia do Brasil a homenagem de uma edição à altura do seu talento e o Gabinete Português de Leitura — uma das mais valiosas bibliotecas do país, com cerca de meio milhão de livros — devia-lhe esse preito, quanto mais não fosse para retribuir à instituição luso-brasileira a dedicatória de *A caveira do mártir* (1875/76).

Evidentemente, não se esgotam aqui as incidências brasileiras na vida literária de Camilo, pois elas estão documentadas em muitos outros dos seus livros, desde *A Brasileira de Prazins*, *Estrelas Propícias*, *A Corja*, *Eusébio Macário*, *Novelas do Minho*, *O que fazem mulheres*, *Anos de prosa*, *O Esqueleto*, *Memórias de Guilherme do Amaral*, etc., etc..

E não só: o Brasil ficaria ligado à própria vida d'o novelista de São Miguel de Seide. além de ter furtado a mulher do «brasileiro» Pinheiro Alves, foi nomeado em 1855, por decreto real de 3 de Agosto, «adido honorário» (sem vencimentos) da Legação de Portugal no Rio de Janeiro, cargo de que não chegou a tomar posse, talvez por indução de Faustino Xavier de Novais, que por esse tempo emigraria para o Brasil. Camilo foi o prefaciador de *Novas Poesias* de seu amigo Faustino. E sua filha Bernardina Amélia, nascida na ligação do autor de *A Corja* com Patrícia Emília de Barros, casaria com o «brasileiro» António Francisco de Carvalho, enquanto o filho

Nuno (com Ana Plácido) raptaria a «brasileira» Maria Isabel de Costa Macedo.

Para além da polémica que se seguiu à publicação do *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros* — um capítulo à parte nas relações literárias de Camilo com o Brasil —, haveria que comentar o diálogo do romancista de *Amor de Perdição* com vários Escritores brasileiros, entre os quais Gonçalves Crespo e Faustino Xavier de Novais (que fundou no Rio o jornal *O Futuro*, no qual colaboraram Camilo e Ana Plácido, Ramalho Ortigão, Machado de Assis e outros).

E entre os amigos brasileiros de Camilo, refere-se ainda o imperador D. Pedro II, que visitou duas vezes o escritor português, primeiro no Porto, em 1872, e a outra em Lisboa, em 1889, já depois de destronado. O monarca agraciou Camilo com o título de comendador da Ordem da Rosa. É certo que o autor português prefaciara em 1871 *O Senhor D. Pedro II*, biografia do escritor brasileiro Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, que fez também uma biografia sobre o duque de Caxias e escreveu as *Impressões de viagem na Itália e no sul da França*.

Assinala-se, por fim, que o *Livro da Consolação*, romance publicado em 1872, foi por Camilo dedicado «A Sua Magestade / o senhor D. Pedro II / Imperador do Brasil».

### *As polémicas*

Com prefácio datado de São Miguel de Seide, 1.º de Janeiro de 1879, o *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros* provocou aplausos e protestos, conforme ilustram os comentários que Camilo Castelo Branco apôs ao voluminho *Os Críticos do «Cancioneiro Alegre»*, editado ainda em 1879, com prefácio de 1/9/1879.

Declarando ter-se inspirado em *The Book of Humours Poetry*, «impresso recente e primorosamente em Edimburgo», o romântico português deve ter feito concessões aos seus próprios conceitos poéticos, embora comente os textos seleccionados com algum sarcasmo: «Ambicionei patrioticamente ver assim um livro de poetas portugueses e brasileiros; mas logo me assaltou a curiosidade de que o poeta, em Portugal principalmente, por via de regra, desabrocha os seus botões de flor às lágrimas da aurora — nasce a chorar; e, se chega adulto e secou os prantos, é porque foi despachado — *arranjou-se*; e, enquanto o não arranjam melhor, chora em prosa no seio do deputado, em memoriais plangentes, que entram como sudários na pasta do ministro».

Partindo do princípio de que «a poesia sentimental acabou», Camilo seguiu o exemplo da selecta escocesa, escolhendo versos onde «não há flores para jarras de altares nem de jazigos». Umás são a facécia antiga portuguesa, sinceramente lorpa e

boa; outras são a ironia moderna, o riso amargo da decadência que espuma fel pelos lábios lívidos». Felizmente, o antologador ainda não chegara à autocomiseração dos seus desesperados versos de *Nas Trevas*, com os quais em 1890 se despediu das letras, antes de despedaçar a cabeça com um tiro na tarde de 1.º de Junho de 1890.

Ao reunir os versos do Cancioneiro Alegre, Camilo, se não gargalhava, poderia sorrir, conforme se deduz do seu prefácio: «O leitor tem entre mãos o livro mais consolador que se lhes pode oferecer no mais triste período das artes, das letras e das indústrias honestas em Portugal». E ria, quem sabe?, ironizando que ao reformar-se o Curso Superior de Letras era preciso «criar uma cadeira de Poesia patusca» — e o seu *Cancioneiro* seria a selecta do curso. E concluía, zombeteiro: «E o aluno, então, a impar de ontologia e antropologia, como se comesse o indigesto sr. Teófilo (Braga) e mais dois marmelos crus, irá à aula dos saudáveis risos tonizar a arca do peito de ar bem oxigenado de chalaças luso-brasileiras».

Dos 32 poetas seleccionados, 11 eram brasileiros e 21 portugueses, entre estes últimos se incluindo dois portugueses que tinham emigrado para o Brasil, Francisco Gomes de Amorim e Faustino Xavier de Novais, ambos amigos de Camilo, o que não exclui, antes justifica os reais méritos literários de cada um deles.

Os menos conhecidos do *Cancioneiro Alegre* estavam, de resto, em boa companhia, ao lado de Gil Vicente, Camões, Bocage, Almeida Garrett, Castilho, Antero de Quental, João de Deus, Simões Dias e de outras celebridades do passado e do presente de Camilo Castelo Branco, que também se antologiou.

Por ordem alfabética, os primeiros poetas brasileiros escolhidos foram Franco de Sá e Fagundes Varela: «Franco de Sá (morto em 1856, aos 20 anos), por desventura, seria um dos que não amavam a calma da vida de família, como diz com muito juízo o sr. Fagundes. Os seus pulcros cantares não acusam os delírios byronianos de Álvares de Azevedo, é certo; mas também o sr. Guerra Junqueiro escreveu da fome do Ceará com o estômago bem confortado». E por aí fora: «À poesia de Franco de Sá, pouco pontual na contagem das sílabas, juntamos que deixou no génio humorístico Álvares de Azevedo». E transcreve «Minha desgraça» e «Namoro a cavalo»:

*«Alugo (três mil réis) por uma tarde  
Um cavalo de trote (que esparrela!)  
Onde eu escrevo trémulo, suspirando,  
À minha namorada na janela...»*

E de Franco de Sá, o antologador escolheu «A esbelta» e «Amor e namoro»:

*«Hoje, mais do que nunca, estás na moda;  
Não há cabeça aí de gente limpa  
que não tenhas já feito andar à roda,  
Como ao sopro do vento a leve grimpa».*

Há um Correia de Almeida (Padre José Joaquim), da província de Minas Gerais, que teria «mais confiança no epigrama que no Sermão da Montanha», além de ser «um fino observador do Entrudo no Brasil». E Camilo sapeca do mineiro uma longa poesia, «Carnaval», de que se transcreve uma quadra:

*«O Carnaval nos retrata  
o mundo em miniatura;  
a verdade é coisa ingrata,  
por isso reina a impostura.»*

Pela ordem, segue-se o dr. Caetano Filgueiras: «Reli agora os *Idílios* deste brasileiro e achei-os ainda perfumados, com os seus orvalhos do autor, as flores da bucólica Epístola a Machado de Assis». E, pedindo vénia para refazer a ortografia filgueirasal (ele escrevia «agora» por «hagora»), reproduz a «Canção do marinheiro»:

*«Tem pena de mim sereia!  
Já que não posso em teu porto  
achar o mesmo conforto  
que outrora no mar achei...»*

*A nado põe o meu barco,  
que logo e logo outro rumo  
só de guindola e sem prumo,  
te juro, demandarei!»*

De Gonçalves Crespo («chamam-lhe uns ateniense, outros brasileiro: eu quero que ele seja português, porque levo o amor da minha pátria ao latrocínio dum poeta que me diz pouco do sabiá no raminho da jatubá e da araponga na copa do jaquitibá e das falenas a esvoaçarem-se nos andanças e do macaco a gemer nas franças do ipé»...), escolheu Camilo «Um número do *Intermezzo*» e um soneto:

*«Quando canta a Maldonado  
E os quadris saracoteia  
Não é mulher, é sereia,  
Não é mulher, é o pecado.»*

O comentário sobre Gonçalves Dias é duplamente expressivo: «Os quilates deste poeta brasileiro eram os da melhor moeda, quando a sua poesia circulava nos corações das mulheres pálidas e ruborizava o sangue das pulsações mais vitais da sua poesia». Mas se «morreu coroado imperador da lira americana», sua mãe, «na antecedência da morte, que é a decrepitude, tinha fome»: matou-lha D. Pedro II, «que ao acerto da fortuna é um monarca tão ilustrado que chega a vestir-se como um poeta

pobre». Nem por isso são menos irónicos os versos de «Que coisa é um ministro»:

*«O ministro é a Fénix que renasce  
Das cinzas de outro, que lhe a vez cedeu;  
Nasce num dia como o Sol que nasce,  
Morre numa hora como vil sandeu!»*

Joaquim de Sousa Andrade é apresentado como «o mais extremado, mais fantasista e erudito poeta do Brasil, na actualidade», autor de *Harpas selvagens* e de um poema inconcluso, *Gueza errante*. Os versos de «Mademoiselle» dão uma ideia da sua brejeira poesia:

*«Oh! vamos, meu amor! costuras abandona;  
Deixa por hoje o hotel, que eu... deixo a sorbona —  
E fugitivos, do ar contentes passarinhos,  
Perdidos pela sombra e a moita dos caminhos  
Até à verdade em flor vila Montmorency!  
De lá, és minha prima andando séria a grave;  
Entramos no portão: eu dou-te a minha chave  
E sobes, meu condão, ao quarto alvo e joli!»*

Segue-se Casimiro de Abreu, comparado por Camilo a Byron: «(...) se lhes tirarem o desafogo da ironia, a estrangulação é perfeita», transcrevendo um poema em que o autor brasileiro dá as boas-vindas a Faustino Xavier de Novais, poeta satírico que chegara ao Rio de Janeiro:

*«Bem-vindo sejas, poeta,  
A estas praias brasileiras!  
Na pátria das bananeiras  
As glórias não são de mais:  
Bem-vindo, ó filho do Douro!  
A terra das harmonias,  
Que tem Magalhães e Dias,  
Bem pode saudar Novais.»*

Salientando que «os apreciadores portugueses da lira brasileira distinguem com especial louvor Fagundes», lembrava Camilo que ele fora reeditado no Porto, apesar de no prefácio se dizer «que *haviam* brisas e passarinhos, ilusões e devaneios». E acrescentava: «Justificando a gente de juízo são que ri dos poetas, Fagundes não reputa indivíduos escoreitos, os fabricantes de rimas». E mais adiante via o poeta apostrofando e vociferando «com os lábios espumantes de ironia». E caricaturava os versos do poeta brasileiro: «Aguenta-te, Vítor Hugo! Açula-lhe os teus ursos nostálgicos, Guerra Junqueiro! Merceeiros, enchei-me este vosso intérprete de ceiras de figos de comadre», ao mesmo tempo que censurava Fagundes Varela: «O autor pede espera que as musas lhe favoreçam», transcrevendo a «Canção lógica», que abre com estes versos:

*«Teus olhos são duas sílabas  
Que me custam soletrar,  
Teus lábios são dois vocábulos  
Que não posso,  
Que não posso interpretar.»*

De Meneses Paredes, lê-se no *Cancioneiro Alegre* que «escreveu um volume chamado *Parietárias* por se chamar Paredes»: bem se vê que o queima o sol do outro hemisfério. É brasileiro. Recebe beijos: mas não casa com Carolina, porque, diz ele, «o casamento em purgantes / Transforma os beijos d'amor». E «A uma rapariga» dirá Meneses Paredes:

*«Vai-te embora, rapariga!  
Em paixões já não me abraso;  
Do deus Cupido na briga  
sempre fui soldado raso  
nos meus tempos de rapaz.»*

E depois dos emigrados Faustino Xavier de Novais (com um poema ao próprio Camilo) e Gomes de Amorim («A uma mulher muito feia») encerra a série dos 11 antologados brasileiros com o poema «É paio» de Francisco Moniz Barreto, anotando que ele é baiano e que se lhe deve «uma plangente elegia à morte da senhora D. Maria II; mas, ao que parece, as suas notas dolentes só gemem nos átrios dos paços reais: fora disso é alegre e descobre paíos com rara sagacidade», dando a

entender que «o Brasil metaforicamente é uma salsicharia enorme»:

*«Quem crê da bela, a quem ama,  
Quando raivosa ciúma,  
No faniquito ou desmaio,  
E aflito por ela clama...  
Não há dúvida nenhuma,  
É paio.»*

E termina a poesia quase como principiou:

*«Mais que as letras vale a treta;  
Só esta dá lauta mesa,  
Carro, cavalo e laçao;  
Quem faz a vida de poeta,  
Acabando na pobreza,  
É paio.»*

O *Cancioneiro* de Camilo não foi por todos entendido como «alegre», conforme se depreende do pequeno volume *Os críticos do «cancioneiro»*, que abre com a esclarecedora advertência do antologador: «Se escrevi uma frase séria, circunspecta nestas páginas e com tais adversários, não morrerei sem protestar perante a posteridade que estava distraído». E, após defender-se da acusação de conservador, Camilo Castelo Branco fechava a sua advertência com as seguintes palavras: «Espantosamente se deu o caso de me saírem açulados uma fraldiqueiros — a

cainçada que esburga o caso do noticiário. Se eu não fosse um homem tão alegre, tão reportado, tão transigente com as garotices deste país de cocanha, com os seus soberanos literários de Yvetot, teria sossobrado a um sombrio desprezo e a um grande nojo deles e de mim por ter aqui nascido. Diziam-me que há aí uns sábios de reserva — os molossos de dentadura refileada, que hão-de mais tarde explodir. Eu lhes envio daqui um suave pontapé ao depósito timpatúnico das suas cóleras. Rebentem».

E vêm depois as respostas às restrições feitas aos srs. Sérgio de Castro, Carlos Lobo de Ávila, Mariano Pina (e Mariano [bis], bem como à sra. Mariana [tri] Pina), além de responder ao emigrado português Gaspar da Silva, que ao tempo militava nas letras e na imprensa brasileira (foi redactor de *A Província de S. Paulo*, director de *República das Letras* e de vários outros jornais em São Paulo, Campinas, Sorocaba e noutros lugares), assim como aos críticos brasileiros Artur Barreiros e Tomás Filho. Curiosamente, Camilo não incluiu Carlos de Laet nesse livrinho, nas respostas que deu — como veremos — ao grande polemista brasileiro.

O antologador do *Cancioneiro Alegre* tenta demolir Gaspar da Silva, que reagiu a Camilo com uma carta impressa (que nunca conseguimos localizar), traçando-lhe uma biografia caricata, após insinuar que ele mudara de nome, no Brasil: «Por um sentimento de caridade, não direi os motivos que levaram um certo Boaventura da Costa, em Portugal,

a chamar-se Gaspar da Silva, no Brasil». E passa ao ataque virulento: «É um talento português emigrado. Não quer que a Pátria lhe possua os ossos e a cascária. Que pena se este Gaspar se estraga com a cachaça brasileira! Ó nosso irmão de além-mar, Gaspar! Venha, repatrie-se, recolha-se ao lar. Se aqui lhe não deram a posição que as suas letras reclamam, entretenha-se a cavar, no torrão natal, pés de burro: não precisa sair da sua pessoa; cave-se nos pés como o pelicano no peito e escusa de incomodar o (Mariano) Pina para escavações. Quanto à indigestão que lhe fez o *Cancioneiro*, sr. Gaspar, tome vomitório daquilo que Jeová mandou comer a Ezequiel. Consulte a Bíblia (Ezeq. c. IV, V, 12) e depois misture e beba».

Da agressão contra o emigrado, partiu Camilo para outra, envolvendo Artur Barreiros: «Este sujeito escreve-me que tem uma excelente bengala de Petrópolis com a qual me baterá, se eu for ao Brasil admirar os cérebros de tapioca». E xinga-o de mulato e de macaco: «Eu lá vou brevemente, resolvido a dar-lhe nozes e caçá-lo no cabeça. Se me sair um mono vulgar, pacífico (...), tenciono trazê-lo comigo para me desferrar das despesas de viagem»... O escritor de Seide partia para a ameaça: «Então o senhor realmente faz uso do pau? Isto, no Artur, é chalaça: e ele e os seus patrícios usam do pau, mas é em farinha. Não batem com ele: comem-no. Farinha de pau é que eles têm no cérebro e nos ossos».

Quanto ao outro crítico, não apanhava menos da agressiva pena camiliana: «Tomás Filho! Começa logo por mentir no apelido. *Filho!* Quer-me parecer que ele não tem pai. E, se o teve, anónimo e hipotético, Gil Vicente, António Prestes e Jorge Ferreira de Vasconcelos são quem amiúde lhe dizem o nome da mãe»... Xinga-o de alto a baixo, chamando-o de Tomás Filhó e de mulato: «Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil; eu estou descobrindo os tolos de lá. (...) Tomás besuntado de literatices francesas que não lhe modificam a proeminência dos ossos temporais, a estreiteza da testa, os ângulos faciais, o canto externo do olho convergindo para o nariz chato, a amplidão das ventas, a espessura carnuda das pantorrilhas, a lucidez da pele cobreada que esvurma catanga, uns longes de carapinha e a indigência da barba»... E ataca-o de canibal: «Tomás Filho fala-me com ardores canibais dos meus *dentes de porcelana*. É o sangue tapuia a estuar-lhe nas artérias, a pedir dentes. O celerado quer meus dentes para um volst. Não, facínora, eu lhe juro pela carapinha da mocamba sua avó que não possuirá os meus dentes».

Não há, como se disse, nenhuma referência às críticas de Carlos de Laet, em *Os críticos do «Cancioneiro Alegre»*, cujo prefácio foi por Camilo datado de 1/9/1879. No entanto, o autor brasileiro respondeu-lhe na *Revista Brasileira*, vol. I, pp. 215 a 220, 1879, embora se tenha limitado, na prática, a

refutar a censura camiliana à gramática de Fagundes Varela, principalmente por haver admitido o poeta brasileiro as «falenas a esvoaçarem-se nos andaaçus». Considera Laet que foram de «merecido elogio» as palavras sobre Caetano Filgueiras; na crítica camiliana, «esfolham-se algumas... chufas sobre a campa de Álvares de Azevedo, mas como não vem juízo ao mérito deste, não há também injustiças a reparar. E Gonçalves Dias — desse dá-nos o Cancioneiro uma poesia medíocre com versos mal medidos, que cuidadosamente foram postos em relevo». Em conclusão, a selecta de Camilo Castelo Branco «não é um livro de crítica sensata e imparcial; é um longo e picante libelo contra brasileiros e baudelaireanos» (...). Tem méritos? Sim, pondera Carlos de Laet, os méritos estão «no estilo do comentador, somente, mas é muito; nesse admirável estilo sempre castiço, sempre fluente, sempre colloquial, sempre natural e tão atractivo que, virada a última página, ainda assim nunca damos por mal gasto o tempo consumido na leitura; no estilo, que é o homem, disse-o Buffon, mas que avulta como um semi-Deus, quando esse homem tem a estatura literária de Camilo Castelo Branco».

O crítico brasileiro revela-se tão cauteloso na sua censura quanto o criticado português na sua resposta. Com efeito, Camilo respondeu brevemente a Laet, nos *Ecos Humorísticos do Minho* (n.º 2, pp. 10 a 12, Porto, 1880), mas o certo é que o fez com menos ferocidade que a usada contra Gaspar da

Silva, Artur Barreiros e Tomás Filho: e agradeceu ao «distinto colaborador» da *Revista Brasileira* a moderação da sua crítica, que «ele, na exuberância do seu critério, denominou ‘livro dos pulhas’. Não de todos. Nacionais e brasileiros ficaram bastantes de fora».

Camilo dá a mão à palmatória estendida por Carlos de Laet: «Respeito as críticas em que há delicadeza e latim», mas volta a investir contra Artur Barreiros: «Os senhores escritores brasileiros, que me enviam prelecções de linguagem portuguesa, se me quiserem obsequiar dum modo mais significativo e proveitoso, mandem-me um papagaio, uma cutia e alguns frascos de pitanga. Quanto à linguagem, muito obrigado, mas não se incomodem».

Carlos Laet respondeu no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro, 18-1-1880), mas destaca que o seu crítico é «um dos mais gloriosos contendores da hodierna literatura portuguesa», embora saliente: «Os comentadores, engraçados sempre, grosseiros de vez em quando, injustos muitas vezes, do sr. Castelo Branco, encontraram por seu turno comentadores não menos veementes e apaixonados». E cita Artur Barreiros, além de se queixar e de explicar: «Foi meu principal escopo demonstrar com quanta severidade procedera o sr. Castelo Branco, quando só doestos e sátiras empregou para qualificar poetas da ordem do nosso desditoso Varela, unicamente pelo facto de o haver colhido em flagrante delito de solecismo num orólogo composto em verdes anos». E insiste no

«esvoaçarem-se», antes de ratificar os «dotes invejáveis» do seu antagonista, «distinto escritor, que provavelmente continuara a afirmá-los logo que, em vez de comentários fermentados pelo seu azedume de crítico, enviar-nos as criações desabrochadas na sua fantasia de romancista».

Convencido da sua certeza, mas amolecido pelos elogios, Camilo responderá a Laet, ainda nos *Ecos Humorísticos do Minho* (n.º 2, pp. 11 a 17, Porto, 1880): «O sr. Carlos de Laet não mandou pitanga nem papagaio. Insiste em presentear-me economicamente com prelecções de Língua Portuguesa, em um belo folhetim do *Jornal do Comércio*». E, após defender-se das acusações dos seus erros gramaticais, justificando-as com vários clássicos (embora as houvesse apontado em Fagundes Varela), conclui o romancista de S. Miguel de Seide: «Ainda espero que sua Senhoria me mande a pitanga e mais a cacatua, e não me despeço de ainda lhe merecer o favor dum macaco, heim?».

A última reacção ficou, porém, com Carlos Laet, que voltou ao assunto, no *Jornal do Comércio* (28/3/1880): insiste na sua verdade, mas conclui: «Qualquer que seja a decisão do sr. Castelo Branco, desde já apresto-me para reconhecê-la excelente. Assim pudesse eu fazer em tudo a vontade do distinto literato português, quando tanto insiste para que eu destas plagas lhe envie a pitanga e o macaco! De pitanga não é mais tempo, e quanto ao macaco

entro a hesitar se devo mandar-lhe do antigo ou do novo continente. Sim, porque os há de uma e outra parte do Atlântico, fique o sr. Camilo sabendo...»

Não se calou o autor brasileiro, é certo, mas não menos exacto é que abordou o acessório, omitindo o essencial: aferrou-se aos erros gramaticais apontados por Camilo Castelo Branco, mas não reparou que, no fundo, o *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros* não passava de uma provocação, no qual foram envolvidos poetas portugueses e brasileiros, visando não mais do que despertar entre leitores das duas margens atlânticas «saudáveis risos (para) tonizar a arca do peito de ar bem oxigenado de chalaças luso-brasileiras»... Nada mais.

## A INFLUÊNCIA DE ANTÓNIO NOBRE NA POESIA BRASILEIRA

Três livros, algumas dezenas de cartas, menos de trinta e três anos de vida — e uma presença firme que da literatura portuguesa passou à brasileira. «De António Nobre partem todas as palavras com sentido lusitano que de então para cá têm sido pronunciadas. Têm subido a um sentido mais alto e divino do que ele balbuciou. Mas ele foi o primeiro a pôr em europeu este sentimento português das almas e das coisas, que tem pena de que umas não sejam corpos, para lhes poder fazer festas, e de que outras não sejam gente, para poder falar com elas. O ingénuo panteísmo da Raça, que tem carinhos de espontânea frase para com as árvores e as pedras, desabrochou nele melancolicamente. Ele vem no Outono e pelo crepúsculo. Pobre de quem o compreende e ama!».

Assim disse Fernando Pessoa sobre o poeta do *Só*. E disse o que bastava acerca da sua altíssima condição de poeta, português e europeu, e da influência que espalhou — e persiste — no meio dos

que ainda apelam para a poesia, como lugar de refúgio e de evasão às coisas feias e sujas do mundo. «Quando ele nasceu, nascemos todos nós», acrescentou Fernando Pessoa, e estas palavras traduzem não só a excepcional contribuição de António Nobre à poesia portuguesa, mas também o imenso que ele ofereceu aos poetas que vieram depois. Embora seja o maior da poesia de língua portuguesa do século XX e dos séculos anteriores, o poeta de *Mensagem* faz questão de ressaltar a influência que de Nobre recebeu — e que tantos outros, grandes e pequenos, também foram beber na mesma fonte de inspiração.

O Brasil, através dos seus poetas, não fugiu à sedução do poeta solitário. Os melhores autores brasileiros admiram-no com paixão, leram-no com enlevo e alguns seguiram-no com fidelidade de discípulos. Por isso, António Nobre permanece no altar dos poetas da língua comum. A reverência é merecida, porque a poesia continua viva, original, saudosa e genuinamente lusíada. Desesperada? Sentimental? Doentia? Nem sempre. O *Só* não foi apenas o livro mais triste que se escreveu em Portugal, porque ainda é um livro cheio de graça, de suavidade e de espírito, onde a solidão do poeta se esfuma, por vezes, na irreverência da juventude coimbrã, no amor e na saudade:

*Minha capa vos acoite  
Que é para vos agasalhar:  
Se por fora é cor da noite,  
Por dentro é cor de luar...*

Poucas vezes a palavra «Brasil» aparece nos versos de António Nobre, mas inúmeros foram os incidentes que o relacionaram — e relacionam — com este país. O pai do poeta, José Pereira Nobre, veio cedo para terras brasileiras, onde viveu cerca de vinte anos e conheceu um irmão daquela «linda menina» que seria a mãe de «Anto». A «longe terra», quando o poeta menciona (em «O Desejado»), os «altos heróis, santos e navegadores», é referida, a propósito de «Pedro Álvares, a mão para o Brasil...», assim como quando o solitário procura e não encontra o norte:

*Perdi-me no alto-mar, quando ia na galera,  
À Índia da Ilusão, no Brasil da Quimera!*

No poema «A Vida», os que, como ele, emigraram:

*Olha lá vai saindo o paquete «Dom Gil»  
Com os nossos irmãos que vão para o Brasil...  
Olha, acolá, no cais uma mulher que chora.*

Em outros versos do *Só*, o lusíada perdido na multidão parisiense lamentava-se:

*Que triste foi o seu fado!  
Antes fosse para soldado,  
Antes fosse pró Brasil...*

É, porém, nas suas cartas, que se encontram numerosas referências ao Brasil e aos amigos brasileiros. Quando da visita aos Estados Unidos, em 1897, encontrou, como «secretário do Brasil», o antigo condiscípulo de Coimbra Alfredo de Almeida Brandão (o «Brandinho» ou «Brandãozinho») e foi recebido principescamente em casa do Ministro Salvador de Mendonça (jornalista, escritor e diplomata), oportunidade em que conheceu também Oliveira Lima, ao qual escreveu mais tarde uma expressiva carta de agradecimento: «Meu amigo / Não imagina a impressão que me faz tomar da minha pena de pato para enviar-lhe novas minhas. Tantos montes de terra (e de água) nos separam, tão longe está de mim e ainda outro dia tão perto que mais parece que esta carta vai sobrescritada para algum longínquo mundo da Ursa Maior. / Este meu estado de espírito é filho, eu sei, da transição rápida que fiz da maluca América para esta doce região de Entre Douro e Minho, onde em vez do White-Horse de Max Kinbz (?) eu vejo ali perto entre os salgueiros a casa branca do Sr. Abade. Não são os mesmos também os rapazes que apregoam, em uivos loucos, o *New York Herald* ou *Morning-Star*: os de cá são de bico amarelo (.....). / Nesta soledade, já

vê, tenho por companheiros as recordações do amável Brasil que trouxe de Washington, onde um excelente Brasil me recebeu cheio de affecto, que mais me pareceu habitar um território dele — e entre elas avulta decerto a do seu Lar, entre delicadezas e encantos intellectuais das nossas (?). Os seus livros que lá me deu, quero dizer-lhe, fizeram-me muito boa companhia e neles encontrei também o ensinamento que me faltava da original e misteriosa leitura do seu país (e mais da História), que nós, Portugueses, tão pouco estudamos, sempre atarefados noutras coisas. / Escritos com tanta cor e assim *d'après nature* como nem todos os historiadores usam e Xenofonte ensina, a sua pena de bruxo foi-me assim evocando diante dos meus olhos em êxtase todas essas encantadoras paisagens e ao fundo delas, Poetas e Homens desse Brasil que já foi nosso mas não é.»<sup>(1)</sup>

Mas, a par das cartas a «Brandinho», o «Brasil de Quimera» está presente na abundante correspondência de António Nobre, conforme ilustra a carta (de Dezembro de 1893) a Vasco da Rocha e Castro, desculpando-se por não poder atendê-lo: «(...) Deixa ver se torno efectiva uma grande promessa que tenho, mal Brasil se componha: colaboração no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Então, rico, não me fará diferença nenhuma». Guilherme de Castilho, principal biógrafo do poeta, comenta que «esta coisa relativamente simples — a de escrever artigos

remunerados — foi um sonho que o poeta nunca logrou alcançar. Para isso contava com a boa vontade de seu amigo e admirador Oliveira Martins e com a influência de Eduardo Prado. O historiador não deixou de se interessar pela sorte do poeta, mas Eduardo Prado nada pôde fazer em seu favor: retido no Brasil, não regressará tão cedo a Portugal, isto é: não regressará «sem que termine aquela revolução de opereta, que para os Portugueses vai sendo bastante dramática», como diz António Nobre em carta a Oliveira Martins» (2).

Por esse tempo, os rendimentos que o pai do poeta deixara no Brasil haviam minguado, forçando «Anto» a passar necessidades em Paris, pelo que perguntava ansiosamente ao irmão Augusto Nobre: «O Brasil vai melhor?», explicando: «Não me fales mais em economias, que nem isso posso ouvir. Mais do que aquilo que poupo é impossível. E mesmo assim passo privações, podes crer — e das mais dolorosas!» A falta de dinheiro acentuou-se e, em 31 de Janeiro de 1894, já concluído o curso de Direito, escrevia ao irmão: «(...) Pois encontro-me pronto para a vida e sem poder ainda dar um passo para ela. Quero dizer: que nem eu recebo nada por estes tempos do Brasil, nem recebi daí o pouco com que contava até então. (...) Passarei mais um mês de tortura até ganhar e até lá terei resignação».

No ano seguinte, após o concurso para ingressar na carreira diplomática, escreve Guilherme de Castilho que o poeta, «a única possibilidade que

antevê, visto não haver vagas no momento, é a criação de um consulado em São Paulo, para si, conforme o deseja Eduardo Prado que está prestes a regressar ao Brasil. Mas o poeta não se entusiasma com a ideia. O Brasil não o interessa: prefere esperar um pouco mais por oportunidade melhor». Se já conhecesse, então, os amigos com quem haveria de privar (em 1897), nos Estados Unidos, e é bem possível que António Nobre tivesse sido o primeiro cônsul português em São Paulo, visto que, assinala o biógrafo do poeta, o acolhimento que encontrou por parte dos portugueses e brasileiros aí residentes, principalmente do corpo consular e diplomático, foi duma gentileza que o encanta. Oliveira Lima, então primeiro secretário da Legação do Brasil, serviu-lhe de intérprete. Outro diplomata brasileiro e seu antigo condiscípulo em Coimbra, Almeida Brandão, não consente que o recém-chegado se vá hospedar em hotel: tem-no como hóspede durante a sua estadia em Washington. Numa das cartas que escreve para Portugal, informa penhorado: «Só finezas me cercam. Convites a toda a hora, todos os dias. Ontem jantei em casa da Primeira Secretária do Brasil, e, hoje jantarei em casa da Ministra, cujo marido é um escritor ilustre».

Com efeito, o poeta português só receberia demonstrações de apreço, no Brasil, muito embora falhassem as esperadas rendas e as colaborações jornalísticas. Mas não lhe faltaram amizades e boa imprensa, se exceptuarmos o «artigo verrinoso e

violento» que Pinheiro Chagas mandou de Lisboa e que *O País*, do Rio, publicou em 19 de Julho de 1892, a propósito do Só.

### *Os Poetas*

Há um grande capítulo por escrever na Literatura Brasileira da segunda metade do século XIX e nos anos que já vivemos neste século — o das influências de certos autores portugueses. No que se refere a Portugal, poderíamos assinalar diversos estudos sobre a influência dos autores brasileiros contemporâneos sobre os da banda de cá, influência tão grande que passou do pequeno território europeu onde se fala português aos ficcionistas e poetas de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, de Angola e de Moçambique.

De resto, nos tempos que correm, quando os autores de Portugal são lamentavelmente desconhecidos no Brasil, ao passo que alguns dos mais significativos escritores brasileiros são lidos e comentados interessadamente em Portugal, só pode abrir-se uma excepção para a influência cada vez mais acentuada de Fernando Pessoa na moderna poesia do Brasil. Todavia, no passado, um Eça de Queirós foi lido apaixonadamente — e seguido — nessa margem atlântica. E o terceiro influente foi, sem dúvida, António Nobre, embora não possa esquecer-se que Camilo e Junqueiro também tiveram inúmeros leitores no Brasil.

Num artigo que publicou em *O Estado de S. Paulo* (23 de Fevereiro de 1941), o ensaísta Edgard Cavalheiro assinalava que, «se entre os prosadores foi Eça de Queirós o escritor português que mais influência exerceu entre nós, neste século, é inegável que na poesia esse primado cabe a António Nobre, o triste elegíaco de Só. Poderão citar Guerra Junqueiro ou Camilo Castelo Branco, muito lidos e comentados por aqui, há alguns decénios. Mas, tanto um como outro, se encontraram com grande massa de leitores, em nada influíram no desenvolvimento da literatura brasileira. Eça e Nobre, ao contrário, deixaram marcas sensíveis, marcas ainda hoje não totalmente desaparecidas. Sobretudo, este último. Ainda há poucos meses, escrevendo sobre *Rua dos Cataventos* de Mário Quintana, talvez o maior poeta que o Rio Grande do Sul possa apresentar nos dias que correm, ressaltámos a presença do autor de *Males de Anto* no volume do poeta gaúcho. Presença visível e confessada, como é fácil verificar por estes versos:

*Contigo fiz ainda em menininho,  
Todo o meu Curso d'Alma...  
Anto querido, esse teu livro Só  
Encheu de luar a minha infância triste».*

Prosseguindo, sublinhava Edgard Cavalheiro que «não seria difícil apontar outros nomes (Manuel Bandeira, Rodrigues de Abreu, etc.) ou descobrir

vestígios da poesia de António Nobre entre os nossos poetas». E, após estabelecer interessantes paralelos entre o poeta português e Álvares Azevedo, rematava o crítico brasileiro: «É verdade que António Nobre surgiu numa época menos propícia. Outro é o panorama social e político que encontra. Outros são os leitores que dispõe. O resultado, contudo, é o mesmo. Uma extrema e angustiada inquietação espiritual e mesmo física. Pôde viajar, e isso terá sido, em parte, um alívio», o que não impede que se afirme que alguns dos poemas de Álvares de Azevedo poderiam ter sido subscritos por Nobre — e vice-versa.

Terá sido assim tão grande a repercussão da poesia do *Só no Brasil*? Influenciou Nobre realmente os lusíadas brasileiros? Um levantamento breve esclarece-nos que sim, mesmo que o limitemos à consulta de pouco mais de uma dezena de livros, que são as pistas para um estudo mais aprofundado. Andrade Muricy, o crítico do simbolismo brasileiro, não hesitou afirmar que António Nobre, com o *Só* «deixou um retrato desse país que profundamente sensibilizou a esta progénie portuguesa que somos nós, brasileiros. Frutificou nos simbolistas, ajudado pelo idioma estético idêntico de que usavam; e quando não influiu, com eles se encontrou, sob muitos aspectos: os movimentos repentinos de 'humour' (que tantos estranham em Emiliano Pernetá); as células rítmicas desencadeadas de súbito,

e deixadas sem desenvolvimento; tantas tonalidades do seu pinturesco insinuante» (3).

Acrescenta Andrade Muricy que «o primeiro livro simbolista lido no Brasil, e por Cruz e Sousa, foi *Os Simples* de Guerra Junqueiro. O grande precursor Antero não podia trazer aos nossos simbolistas novidades de técnica e de estética. Influuiu sobre Cruz e Sousa por afinidades de espírito, pela força da atitude, comum a ambos, de revoltados, e pelo temperamento dramático e alto — concentrado em Antero; impetuoso e arrebatado em Cruz e Sousa, mais rico em matizes estéticos e em ambição cosmológica e mística. A influência de Eugénio de Castro e António Nobre exerceu-se apenas na segunda camada dos nossos simbolistas, se exceptuarmos Silveira Neto e Dário Veloso, que também a tinham recebido. Alphonsus de Guimaraens reflecte muitas vezes, mas atenuando-lhe a singularidade expressional, o verbo poético de Anto. Os neo-simbolistas também absorveram abundante matéria de Eugénio de Castro e de Nobre, de mistura com Samain e os belgas Maeterlinck e Rodenbach».

O crítico do *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro* assinala, em seguida, a presença do poeta do *Só* em inúmeros autores, começando por mencionar a influência sofrida por Mário Pederneiras (de Nobre e de Cesário Verde), e a respeito de Alphonsus de Guimaraens escreve que «o seu simbolismo é mais de música e sentimento do que da capacidade de sugestão indirecta e

subconsciente, o que o aproxima antes de certos simbolistas portugueses (e era filho de português)». O mesmo diz de Manuel Bandeira, o simbolista que se fez modernista, registrando o soneto que José Maria Leôni (1892-1950) intitulou «Ao cair das folhas» e dedicou à memória de Anto:

*Não tarda a vir o dia, eu bem o sinto,  
Em que se há-de mudar o meu cabelo...  
E ai! que tristeza, que saudade ao vê-lo  
Todo branquinho e só de neve tinto!*

*E que frio, meu Deus! Eu bem pressinto  
Aproximar-se o dia em que hei-de tê-lo,  
Em que se ausentará todo o desvelo  
E terei aos meus olhos tudo extinto...*

*Depois, as malas prontas, preparando,  
Hei-de descer ao Cárcere da Cova  
Para a compensação do meu Pecado...*

*Do pecado mortal de ver a Luz  
E ser, durante toda a minha prova,  
— Senhor dos Passos carregando a Cruz.*

(1917)

Murilo Araújo (1894) é outro poeta em quem Andrade Muricy encontra as ressonâncias da poesia do Sô: «(...) é de um simbolismo juvenil e puro, como de um António Nobre adolescente». Em Da

Costa e Silva (1885-1950) descobrimos o soneto «Josafá», cujo último terceto não dá lugar a dúvidas:

*Voltaire a assobiar, traça-me o necrológio,  
Verlaine, Mallarmé, Cruz e Sousa, António Nobre  
Rezam juntos por mim um profano Eucológico.*

E até em Cecília Meireles o crítico do Simbolismo brasileiro vê reminiscências: «As raízes da sua estética desenvolveram-se no humo nutriente do simbolismo. António Nobre e, sobretudo, Cruz e Sousa contribuíram fortemente para a sua formação». Finalmente, o simbolista Paulo da Silva Araújo (1883-1918) deixou um soneto que é uma confissão:

SÓ

*No regaço da noite, ermo e conciso  
Reina o silêncio que é dos cemitérios;  
A luz vem perturbar desses mistérios  
Ao longe, o eco de um perdido riso...*

*Neste pequeno e ignoto paraíso,  
Neste quarto, em que zombo dos impérios,  
Virgem de angústias e de vitupérios,  
Passa-me a vida como num sorriso...*

*Aqui não temo os males e os egoísmos  
E deste ideal a amada fantasia,  
Floresce-o no peito, longe dos abismos...*

*Neste retiro do meu claustro pobre,  
Imerso do meu Sonho na poesia,  
É que compreendo o «Só» de António Nobre...*

(1901)

Outro estudioso brasileiro, o Prof. Massaud Moisés, regista em *O Simbolismo* <sup>(4)</sup> as marcas indeléveis do *Só*, escrevendo que «no concernente à voga do medievalismo, todos se lembram de que António Nobre, mestre de não poucos dos nossos simbolistas, confessava sofrer de medievalite», acrescentando que os poetas da «Padaria Espiritual» consideravam o livro mais triste que houve em Portugal «*como a nossa bíblia, o nosso encanto e o nosso livro amado, a tal ponto que o único volume do Só que apareceu misteriosamente na província andava de mão em mão, era lido e relido, e entrava-nos pela alma como um jorro de luz setentrional, como uma onda quente de vida nova*» (palavras de Adolfo Caminha, em *Cartas Literárias*, Rio de Janeiro, s. c. p., 1895, pág. 163).

Mais adiante, observa Massaud Moisés: «Diga-se de passagem que essas linhas fundamentais da nossa poesia simbolista certamente se explicam pela influência franco-belga, mas não é difícil surpreender na tradição poética luso-brasileira, ao menos de forma embrionária, exemplos que atenuariam a filosofia imitativa que os referidos “ismos” assumiam ou assumiriam. E se não cabe aqui rastrear no passado comum algumas atitudes comprovativas do seu

carácter autenticamente brasileiro (ou se português), lembre-se apenas o quanto eram lidos e benquistos dos nossos simbolistas os poetas portugueses do tempo, como Antero de Quental, António Nobre, Guerra Junqueiro e João Barreira». Referindo-se a Alphonsus de Guimaraens, acentua o autor de *O Simbolismo* que «dir-se-ia um irmão de António Nobre ou de João de Deus, ao menos na essência do seu comportamento civil», e sobre Eduardo Guimaraens insinua que «essa riqueza ainda se nota na variedade dos metros e dos recursos versificatórios, no emprego do verso livre e na utilização dum à-vontade próprio da linguagem narrativa ou colonial de António Nobre». Emiliano Pernetta também é da família. «Dum jeito à António Nobre o poeta toma consciência de que tudo derrui à sua volta, e ele próprio está morto (“olhai! lá vem o meu enterro! — Que dor! que dor! Morri. Por quem?”)».

Os paralelos persistem na poética de Mário Pederneiras, e em Alceu Wamosy o pesquisador brasileiro ressalta «um intimismo melancólico que acusaria a presença de António Nobre», parentesco que se torna ainda mais evidente em Anta de Sousa: «Respeitadas as proporções, a poetisa está para a Literatura Brasileira, assim como António Nobre está para a Literatura Portuguesa, seja por sua aparente inclassificabilidade, seja por sua visão do mundo», além de que «o halo de sombras que lhe emoldura todas as reminiscências, e estas, acarinhadas com um

prazer misturado de mágoa, acabam por constituir uma saudade enfermiça e à António Nobre».

Quanto a Pereira Da-Silva, teve no poeta português um dos seus maiores nomes, afirmando Massaud Moisés que o poeta brasileiro se aparentava de Nobre «na delicadeza da sensibilidade e no magoado olhar que distendia às coisas e aos homens». A tal ponto comparece o lírico português no mundo poético de Pereira Da-Silva que algumas das suas imagens se tornam parecidas («Virgens de sonho; Virgens que entre as gentes passais por longos ermos russos», do poema «Virgens»; «E, feliz ou infeliz, — Todo Poeta tem — De morrer com o sol atrás dos alcantis...», do soneto «Eu»). Parece que ouvimos a voz de António Nobre do poema «Memória» e do soneto «4» («Ó Virgens que passais ao Sol poente») sussurrar por trás de Pereira DaSilva, ou, então, cantar em uníssono com ele os mesmos sentimentos. Até que, em determinado momento, não apenas o corpo da imagem lembra as *Viagens na Minha Terra*, do poeta português, como também o seu conteúdo diz limpidamente do apreço em que era tido o autor do *Só*.

Vamos mais longe, reproduzindo um terceto de «Dulcissimus Dolor» (do livro *Vae Soli*), no qual Pereira Da-Silva invoca o próprio poeta lusíada:

*E, enquanto a Morte vai cavando a nossa cova,  
Goçemos nupcialmente esta volúpia nova  
Que há no livro de Job das Tristuras de Nobre.*

O tom magoado de Anto reflecte-se ainda mais claramente no poema «Sóror Mágoa»:

*Só, na fria nudez da sepultura pobre  
Em que seus dias bons e maus passava calma,  
Ora lendo Jesus, ora seu poeta, o Nobre,  
Únicos deuses que trazia dentro d'alma.*

Em Severiano Resende, o Prof. Massaud Moisés localiza as influências «nobreanas», em particular num «longo poema à António Nobre», assim como as identifica em Silveira Neto (1872-1942), que chega igualmente a sugerir Mário de Sá-Carneiro, embora o mais perfeito modelo do poeta de *Luar de Inverno* seja o autor do *Só*, pois que ambos se congraçam em «uma mesma ultra-sensibilidade de estetas puros, e uma mesma sensação de permanente tristeza e dor, fruto dos traumas que o embate com a realidade física e humana lhes imprime indelevelmente».

Porém, mesmo que não fosse evidente a presença de Nobre em Silveira Neto, a elegia que escreveu sob o título simples de «António Nobre»; com o subtítulo de «Ao Reino Lusitano», era mais do que elucidativa. Nessa elegia, há versos inteiros do poeta português sugeridos pelo poeta de Curitiba para compor o seu poema, fazendo-o preceder de uma inequívoca introdução, que vale não apenas para o grupo paranense, mas igualmente para muitos dos grandes poetas do simbolismo brasileiro:

*Como nós o amamos; o estranho Evocador do  
Só»!  
De vagos Orientes do Indefinido Ele trouxera a  
alma sonâmbula de visões.  
Orientes para onde se fora um dia, sonhos  
afora, por mares nunca  
dantes navegados, a entoar o Ramayana de  
outras Índias, onde os  
ângulos duram para sempre os homens têm a  
beleza imortal de deuses que sonham.  
Transfigurado de visões chegara; e na Terra,  
tão vasta, nem os cardos  
reverdeceram suas flores doloridas à passagem  
do estranho Evocador.  
Se ele sobrava da Terra...  
A Solidão e a Tortura foram a sua ronda  
nocturna.  
Só!  
Ele ficara, na sua iluminação de Artista, como  
uma sombra a olhar  
o luar num deserto.  
À luz sangrenta dos nossos poetas do Sul,  
esfumando-se num catedralesco  
requiem panteísta, quanta vez recordamos o  
misterioso infortúnio  
que vos espiritualiza e que vos mata, ó Poetas!  
O grande Visionário do Só teve toda a  
grandeza desse infortúnio.  
Um dia sua alma de tísico se nos apresenta,*

*sagrada e dolente como  
essas luas em hóstias que aparecem ao cair da  
tarde: muito além da  
Terra; numa nudez polar;  
A lágrima havia gelado em os olhos do Poeta.  
A Morte traçara o último canto do seu poema.*

(1900)

A passagem poética de António Nobre por terras brasileiras, através dos seus poetas, continua. Em Rodrigues de Abreu (1897-1927), que morreu tísico como um dos seus deuses, o Prof. Domingos Carvalho da Silva, poeta e ensaísta, não teve receio de declarar que, «como o poeta do *Só*, Abreu refere-se à tuberculose da alma pelo menos em seus primeiros poemas de tísico». E há este soneto revelador, que o poeta de Bauru consagrou «a António Nobre»:

*Meu Santo António Nobre, eu te bendigo,  
ingenuíssimo triste de alma inquieta!  
Sou infeliz, e, ao ler-te, entanto digo  
chorando: «Pobre poeta, pobre poeta!»*

*Desgasta-me o perfil doença secreta,  
tuberculose d'alma, a pior, Amigo...  
A minha alma é da tua irmã ou neta:  
antes, é a tua que anda hoje comigo!*

*Em sonhos, vê! levei-te, com ternura,  
minha imensa afeição de torturado,  
linda afeição que sempre se renova;*

*orava sobre a tua sepultura,  
quando senti que estava debruçado,  
orando sobre a minha própria cova!*

A viagem poética do *Só* poderia prosseguir lusiadamente por todos os cantos do Brasil onde se erguem os cantos dos poetas, mas o espaço e o tempo obrigam-nos a encurtá-la, reservando-a somente a alguns eleitos, distinguindo novamente Mário Quintana, o que com os seus companheiros gaúchos de aventura poética folheou — e folheia — o *Livro Santo*, refazendo-o e enriquecendo-o com novas páginas, ao lado deste soneto «Para António Nobre»:

*Contigo fiz, ainda em menininbo,  
Todo o meu Curso d'Alma... E desde cedo  
Aprendi a sofrer devagarinbo  
A guardar meu amor como um segredo...*

*Nas minhas chagas vinhas pôr o dedo  
E eu era o Triste, o Doido, o Pobrezinho!  
Amava, à noite, as Luas de bruxedo  
Chamava o Pôr-do-Sol de Meu Padrinbo...*

*Anto querido, esse teu livro «Só»  
Encheu de luar a minha infância triste  
E ninguém mais há-de ficar tão só:*

*Sofreste a nossa Dor, como Jesus...  
E nesta Costa d'África surgiste  
Para ajudar-nos a levar a Cruz!...*

(1940)

A linguagem é diferente, o simbolismo distancia-se. A expressão é contemporânea, conforme ilustra o soneto «A António Nobre», que sofreu de tísica na mesma Suíça, em Cladavel, mas que, ao contrário do *Só*, pôde curar-se para oferecer à poesia a lição que é uma das maiores da Literatura brasileira de sempre. Referimo-nos, é evidente, a Manuel Bandeira, que em 1916 se dirigia assim ao grande poeta português:

*Tu que penaste tanto e em cujo canto  
Há a ingenuidade santa do menino  
Que amaste os choupos, o dobrar do sino,  
E cujo pranto faz correr o pranto:*

*Com que magoado olhar, magoado espanto  
Revejo em teu destino o meu destino!  
Essa dor de tossir bebendo o ar fino,  
A esmorecer e desejando tanto...*

*Mas tu dormiste em paz com as crianças.  
Sorriu a Glória às tuas esperanças  
E beijou-te na boca... O lindo som!*

*Quem me dera o beijo que cobiço?  
Foste conde aos vinte anos... Eu nem isso...  
Eu, não terei a Glória... nem fui bom.*

E até mesmo Guilherme de Almeida, que foi um dos principais fautores da revolução modernista de 1922 e o «príncipe dos poetas brasileiros», veio a público, quando se comemorou o centenário do nascimento de António Nobre, e confessou, referindo-se ao autor do *Só*:

«Como eu te pertenço! Como me pertences! Nesta minha mansarda vivo vendo, aquém das janelinhas, aqui dentro, sobre a minha mesa de trabalho, um cartão-postal de Coimbra a mostrar-me um sobrado torreado vetusto, algo torvo, duas janelas ogivais no primeiro pavimento, duas quadrangulares e desiguais no segundo, chaminé alta sobre o telhado em balanço de corda-bamba; e lá em baixo, ao longe, o Mondego e seus choupos. A «Torre de Anto». (...) António, meu poeta — o mais “meu” de todos os poetas — se soubesses que a “Esponja de Fel”, que te calhou levar na procissão, para toda a irmandade só verteu mel, o puro, milagroso mel que se chama Poesia! Pois sempre nos fez bem, nunca nos fez mal.

«... o livro mais triste que há em Portugal».  
(*O Estado de S. Paulo* — 16 de Agosto de 1967)

*Os críticos*

A presença de António Nobre é inconfundível na poesia brasileira, desde o Simbolismo até hoje — e este domínio só Fernando Pessoa o poderá talvez ultrapassar, um dia. Mas a sua vida e obra despertaram também o interesse da crítica, e diversos foram os estudiosos que, no Brasil, se debruçaram interessada e carinhosamente pela poesia do solitário lusíada que deambulou por Coimbra e Paris e, em seguida, buscando o remédio para os males de Anto, através da Suíça, da Ilha da Madeira e dos Estados Unidos. Não foi mais longe porque se cansou e pediu que lhe dessem o silêncio:

*Tu não me venhas acordar, embora  
Chamem... Ab deixa-me dormir, dormir!*

Um dos primeiros estudos que pudemos consultar, no decorrer desta pesquisa breve sobre os passos etéreos de António Nobre pelo «Brasil de Quimera», foi o de Renato de Almeida, que no volume *Em Relevo* traçou, a par do retrato de outros escritores (designadamente de Antero de Quental e de Eugénio de Castro), há exactamente meio século (em 1917), o do poeta português, incluindo-o nessa «família de *doentes do infinito* de que fala Mauclair, em cujos espíritos se desenvolve estranha fantasia, pelos nervos excitados, mercê da tísica, que lhes corrói os corpos enfraquecidos. É essa família de que fazem

parte Watteau, Schubert, Novalis, Chopin, Laforgue e, em cujo meio, Nobre tão bem se coloca; ele, que sentiu essa volúpia de dor, numa ironia trágica, num sorriso maligno ou num sonho febril». Era expressivo o título do estudo de Renato Almeida: *Mágoas de um Poeta (António Nobre)*, do mesmo modo que é concludente a curta passagem transcrita.

Josué Montello é autor de dois ensaios sobre o poeta do *Só: O Hamlet de António Nobre* (separata de *Cultura*, vol. 3, ed. Ministério da Educação e Cultura, Rio, 1949) e *Fontes Tradicionais de António Nobre* (Serviço de Documentação, M. E. C., «Os Cadernos de Cultura, Rio, 1953).

Ambos devem ser incluídos entre os melhores estudos publicados sobre o autor português no Brasil e até mesmo podem destacar-se entre as mais lúcidas interpretações da obra de Nobre. Para o ilustre acadêmico brasileiro, ao contrário do que alguns supõem, o poeta português teve em Shakespeare a sua maior influência estrangeira: «É natural concluir-se, após a exaustiva demonstração de contínua intercorrência de tragédia shakespeariana na vida e na obra do poeta português, que no «Alona» da carta do Príncipe — «Alona» que define o próprio Hamlet na excentricidade da sua condição — se tenha inspirado António Nobre para definir-se e definir por sua vez a obra que, intensamente lírica e pessoal, espelha a sua figura, como a água do rio espelhou a figura de

Ofélia, para afinal reduzi-la e levá-la ao embalo da corrente».

O outro ensaio de Josué Montello relembra um interessante episódio que vale a pena destacar, informando que ao estudar a colecção da *Semana*, revista de Valentim de Magalhães, publicada no Rio de Janeiro, no último quartel do século XIX, Múcio Leão encontrou, no n.º 5, de Outubro de 1885 este soneto de António Nobre:

*SANTA CECÍLIA*

(sobre um quadro de Delaroche)

*Num rio virginal de águas puras e mansas  
Pequenino baixel, a Santa vai boiando.  
Dilui-se pouco a pouco o oiro de suas tranças  
E vai suavemente as águas aloirando.*

*Circunda-a um esplendor luzente de esperanças  
Unge-lhe a face um luar sereno, untuoso e brando.  
E com a graça eterna e meiga das crianças  
Santa Cecília vai boiando, vai boiando.*

*Os cravos e os jasmims abrem à luz da luta  
E ao verem-no passar, fantástica barquinha,  
Murmuram entre si: É um marmor que flutua!*

*Ela entra, enfim, no Oceano... E escuta-se, ao luar,  
A mãe do pescador rezando a ladainha  
Pelos que andam, Senhor! sobre as águas do Mar...*

A versão que conhecemos do *Só* é a seguinte:

*SANTA IRIA*

(que floresceu em Nabância no século VII)

*Num rio virginal d'águas claras e mansas,  
Pequenino baixel, a Santa vai boiando.  
Pouco e pouco, dilui-se o oiro das suas tranças  
E, diluído, vê-se as águas aloirando.*

*Circunda-a um resplandecer de verdes Esperanças.  
Unge-lhe a fronte o luar (os Santos-Óleos) brando.  
E, com a Graça etérea e meiga das crianças  
Formosa Iria vai boiando, vai boiando...*

*Os cravos e os jasmíns à luz da Lua,  
E, ao verem-na passar, fantástica branquinha,  
Murmuram entre si: «É um marmor que flutua!»*

*Ela entra, enfim, no Oceano... E escuta-se, ao luar,  
A mãe do Pescador, rezando a ladainha  
Pelos que andam, Senhor! sobre as águas do Mar...*

Comenta o ensaísta de *Fontes Tradicionais de António Nobre* que «este soneto traz a indicação de ter sido escrito em Leça da Palmeira, no mesmo ano da sua publicação na revista de Valentim Magalhães. Sete anos depois, o mesmo soneto aparece na primeira edição do *Só* (a observação é ainda de Múcio Leão, acrescentando nós que no mencionado livro o soneto continua datado de Leça, 1885), com

pequenas variantes e mais esta surpreendente alteração: onde estava «Santa Cecília» lia-se então «Santa Iria»; na indicação — «sobre um quadro de Delaroche» — esta outra, complementar ao novo título: «Que floresceu em Nabância no século VII». Josué Montello declara peremptoriamente: «Foi a influência de Garrett que levou António Nobre às transformações vocabulares que lhe alteram tematicamente o soneto». Esclarece ainda o ensaísta brasileiro que «numa folha solta dos papéis de António Nobre e que, havendo pertencido a Manuel Bandeira, constitui hoje, por doação do grande poeta de “libertinagem”, peça das mais valiosas dos arquivos de João Condé, lê-se, com a data de 1890-1891, esta indicação solitária: «Santa Iria!» Exactamente por esse tempo, António Nobre preparava a primeira edição do *Só*, a ser entregue a Léon Vanier. Tem cabimento, aqui, uma pergunta conjectural: a notação exclamativa dessa indicação, jogada numa folha de notas pessoais, não será o registo do momento em que, após a leitura da obra de Garrett, o poeta desprezou a fonte do quadro de Delaroche, para preferir a fonte popular, mais de acordo com o novo sentido português da sua poesia?».

Parece-nos que, neste ponto, faz o académico Josué Montello uma pequena confusão, pois a data que consta do poema, na edição do *Só*, é 1885 — e nada nos autoriza a admitir que não seja exacta. Aliás, o facto importante foi a descoberta da versão

do soneto na revista carioca, tanto mais que se trata — supomos — da única colaboração conhecida de António Nobre na imprensa brasileira. Pena é que não se tenha conseguido apurar como é que o soneto chegou à revista *Semana*, que o publicou ainda inédito. Terá sido entregue por algum dos amigos do poeta português que tanto se empenhou em colaborar regularmente em jornais brasileiros?

Revela ainda Josué Montello que algumas das redondilhas de Nobre foram tão divulgadas no Brasil, que uma dessas trovas,

*Nossa Senhora faz meia  
Em linha feita de luz;  
O novelo é lua-cheia,  
As meias são p'ra Jesus.*

«popularizou-se tanto que uma folclorista brasileira, D. Alexina de Magalhães Pinto, a recebeu em Minas Gerais, como obra anónima do povo».

Por seu turno, o poeta Ribeiro Couto, em *A Mensagem do Lusíada António Nobre* (separata da *Revista Litoral*, Lisboa, Junho de 1944) cita duas cartas a Augusto Nobre, na primeira das quais o poeta comunicava aguardar o início da colaboração no jornal carioca *O País*, a 25 mil réis por artigo (moeda brasileira), recomendando ao irmão: «Guarda e guarda sempre absoluto segredo, excepto família. Seja a quem for, mesmo dos maiores dos teus amigos, ou meus. Não me dês o desgosto de

não cumprir». E em outra carta confidenciava: «Deus queira que o Eduardo Prado chegue, que eu te juro que não é o António que não arranja a sua vida. Quando virá ele?».

Admite Rimeiro Couto que «foi talvez o Eduardo Prado quem tentou obter para António Nobre a colaboração de *O País*, lembrando que a vida do poeta, por esse tempo, «foi mais do que de mediania e pobreza, foi algumas vezes de miséria. A colaboração no jornal *O País*, que ele esperava em Janeiro de 1895, não passaria a render senão daí a algumas semanas, provavelmente depois que os primeiros artigos fossem publicados».

No entanto, as esperanças jamais se fizeram realidade, pois o poeta nunca efectivou a sua colaboração no mencionado jornal carioca, esclarecendo Ribeiro Couto que consultou as colecções daquele diário — mas nada encontrou, embora Nobre estivesse certo de publicar quatro artigos por mês e esperasse aumentar esse número para oito.

Não fora esta, aliás, a única tentativa de colaboração jornalística, porque já em carta ao seu amigo de infância Alberto Baltar, poeta que residiu em São Paulo, anunciava, em 9 de Fevereiro de 1895: «Sou correspondente semanal do *Correio de Campinas*, folha que se publica naquela cidade. Por enquanto não sei quanto me pagarão. Se souberes de mais algum jornal que precise, pagando bem, podes avisar-me.» E, despedindo-se, dizia ao caro Baltar:

«Vou concluir a correspondência para Campinas, que há-de partir amanhã no mesmo pacote que leva esta carta». Que redigiu crónicas para o *Correio*, não há dúvida nenhuma. Na verdade, publicou várias crónicas no jornal campineiro, conforme o longo artigo que divulgámos n' *O Estado de S. Paulo* (Brasil) e n' *O Primeiro de Janeiro* (Portugal).

Voltando ao estudo de Ribeiro Couto, assinala-se que o poeta brasileiro não abordou as incidências da obra de António Nobre na poesia brasileira, limitando-se a sublinhar dois aspectos fundamentais: primeiro, que ele «não é o poeta mórbido e deliquescente que se afigura a muitos leitores e até a alguns críticos»; segundo, «com ele, a poesia portuguesa volta às suas fontes tradicionais — a afectividade do povo peninsular e a sua consciência do heroísmo».

*O Elemento Mar na obra de António Nobre* é o estudo brasileiro mais extenso que conhecemos editado no Brasil; realizou-o o Prof. Francisco Casado Gomes, sendo o lançamento do volume da editora Globo, de Porto Alegre (1958, 224 páginas). O autor não sai do tema da sua tese e assinala que «o povo português, por meio de seus soldados e escritores une e vincula a expansão da Fé à do Império, mediante as grandes navegações, e o mesmo fez António Nobre, pois ligou e correlacionou o mar à sua auto-afirmação (o Império) e suas crenças (a Fé), no afã de não se deixar vencer pela voragem das ondas hostis de um

meio ambiente que não lhe aceitava a independência, a autonomia, a auto-suficiência de poeta, como aconteceu a Portugal, em face do intenso e pertinaz desejo que Castela sempre teve de anexá-lo».

A Prof.<sup>a</sup> Nelly Novaes Coelho analisou o tema de «O Tempo e a Morte: duas constantes na poesia de António Nobre», no livro *Tempo, Solidão e Morte* (vol. 23 da coleção Ensaio, Comissão de Literatura do Conselho Estadual de Literatura, São Paulo, 1964), vendo na obra do autor do *Só* uma clara e espontânea mensagem que «nada oculta ou disfarça: vai simplesmente de sensibilidade, sem os jogos ou artifícios da inteligência»; mas, «consciente ou inconscientemente, Nobre constrói um mundo poético, inteiramente novo na poética portuguesa: um mundo penetrado de emotiva temporalidade, isto é, um mundo “vivido” em que o presente, o passado e o futuro se justapõem ou se interpenetram». A opinião da ensaísta é de que «António Nobre, homem, pertenceu a um grupo humano que agiu e reagiu dentro da sua época e a cuja acção o António Nobre, poeta, não poderia ter escapado ileso».

Na apresentação que redigiu para o livrinho *António Nobre* (vol. 41, da série «Nossos Clássicos», ed. Agir, Rio, 1959), Luís da Câmara Cascudo também não referiu nenhuma das profundas influências do autor de *Só* na poesia brasileira, embora saliente que o livro «surpreendera a crítica portuguesa e assustara, pela liberdade original, os

poetas de ritmo e visão consuetudinária. O problema simples é que não podia ser comparado com outro poeta. Para ele não havia, como não há em Portugal e no Brasil, um ponto de referência, marcando a deriva emocional. Certo que ali estavam as “constantes” românticas, obsessão da Morte, Fatalismo da Predestinação sofredora, signo da má-estrela, e as fontes sem fundo da utilização lírica, o Exílio fictício e a moléstia purificadora, transfigurando a sensibilidade. “Vê como a Dor te transcendentaliza!”, diria no Brasil o Poeta Negro, Cruz e Sousa, candidato fiel a uma tuberculose real. Realmente António Nobre fixava um símbolo, uma determinante coordenada nova entre as inspirações normais e obedientes aos modelos diários e velhos, desbotados pelo uso, reavivados pela inteligência dos fiéis. Era, positivamente, o *Sól!*...»

Manuel Bandeira, que por tantos motivos esteve próximo do poeta português, publicou um breve mas significativo ensaio intitulado «António Nobre», na revista *Anhembi* (n.º 85, Dezembro de 1957), abrindo-o com as seguintes palavras: «Em “Soneto a António Nobre” disse um dia o nosso Alphonsus de Guimaraens: «Que doce, António, é te chamar irmão!» (...) Posso dizer também: António Nobre é pessoa da minha vida. Gosto de chamá-lo irmão. Irmão em Cladavel». Interroga e responde o poeta brasileiro: «Que é Cladavel? Um recanto do vale de Davos, generosamente aberto para o sul e protegido ao norte pelas altas cadeias do Jacobshorn e do

Jaxhorn, lugar de perfeita tranquilidade, onde, nos arredores, vastas pastagens alpestres alternam durante horas com densos bosques de pinheiros, «Altos pinheiros septuagenários», em cuja «estranha legação» fomos, a certa altura da vida eu e Nobre despachados, ele em 1895, e lá se demorou pouco menos de dois meses, eu em 1913, e ali vivi um ano e quatro meses». Informa Bandeira mais adiante: «Em Cladavel tivemos ambos, António Nobre e eu, a revelação brutal do nosso verdadeiro estado. Eu sabia bem que era um doente, mas ignorava a extensão das minhas lesões. Nobre, não. O boletim do bacteriologista denunciando a presença insuspeitada de bacilos deixou-o sucumbido. E em Cladavel teve ele as primeiras hemoptises». E comentando o desejo do poeta português de que ninguém soubesse da moléstia, observa Manuel Bandeira: «Tinha razão o poeta: hoje a tuberculose pouco mais é do que uma gripe; mas naquele tempo, em que não havia antibióticos nem pneumotórax nem toracoplastia, em que os únicos recursos de defesa eram o bom clima (o Eça dizia que “não há nada mais reles do que um bom clima”), a superalimentação, que arruinava o estômago e o fígado, e o repouso absoluto, que arruinava a alma, entisicar era quase sempre marcar o “rendez-vous” com a morte no prazo médio de três anos. Era dizer adeus ao emprego, ao casamento e até à hospedagem em qualquer hotel ou pensão decente. E foi o que aconteceu a Nobre, apesar de todas as precauções».

Foi por isso que António Nobre, assinala o poeta de *Pasárgada*, «quando escrevia os imortais poemas do *Só*, se apegava delicadamente ao que ainda lhe restava de infância, o menino está sempre presente, nem sei se será demasiado dizer que toda a poesia de Nobre resulta do desengano do menino ao se sentir ficar adulto. Também o nosso Vinícius de Moraes exprimiu o mesmo sentimento no verso inicial de sua “Elegia quase uma ode”:

“Meu sonho, eu te perdi; tornei-me em homem”. Mas no *Só* o tema volta a cada instante. A nostalgia da infância é o clima habitual do livro: “Ali pudesse eu voltar à minha infância” — exclama no soneto «16» («Menino e moço»).

O resto, em António Nobre, acrescentamos nós, foi o desespero de um homem feito poeta — a poesia autobiográfica que nos deixou. O resto foi a notícia em poucas linhas de jornal: «No Porto faleceu o poeta António Nobre, do *Só*. Tinha 28 anos, quando a tuberculose desfez as ilusões sem número da sua ingénua cabeça e os planos literários que o absorviam desde 1891». O epitáfio foi impresso em *O Estado de S. Paulo*, de 8 de Abril de 1900, divulgado três semanas após a sua morte, que não despertou o mínimo interesse das agências telegráficas. Mais sensível foi, porém, o breve comentário de Xavier de Carvalho (que conheceu o poeta na capital da França) e escreveu, em suas «Notas de Paris», no *Diário Popular*, de S. Paulo, oito dias após a notícia de *O Estado*: «Foi aqui muito

sentida a morte do poeta António Nobre, o autor do *Só*, um livro de versos que tanta impressão causou no Brasil, mal houve logo imitadores das líricas admiráveis desse poeta. António Nobre era descendente, segundo nos afirmam, de uma família brasileira. Em paz a memória do grande mestre e poeta».

Tinha realmente «família», no Brasil, mas não aquela que Xavier de Carvalho imaginava: a «família» brasileira de António Nobre era a dos poetas que o leram com alvoroço e que, no dobrar dos anos, desde esse recuado tempo até hoje, cultuam a memória daquele que, após ter sido «o poeta-nato, o lua, o santo, o cobra», foi o lusíada saudoso que cantou:

*Ó Portugal da minha infância,  
não sei que és, amo-te à distância  
Amo-te mais, quando estou só...*

## BIBLIOGRAFIA

- ANTÓNIO NOBRE, «*Só*», 9.<sup>a</sup> edição, Livraria Tavares Martins, Porto, 1950.
- ANTÓNIO NOBRE, «*Primeiros versos*», 3.<sup>a</sup> edição, Oficinas Gráficas Augusto Costa & C.<sup>a</sup>, Braga, 1945.
- ANTÓNIO NOBRE, «*Despedidas*», 3.<sup>a</sup> edição, Imprensa Moderna, Lda., Porto, 1945.
- ANTÓNIO NOBRE, «*Cartas e Bilhetes-Postais a Justino de Montalvão*», Livraria Figueirinhas, Porto, 1956.
- RENATO ALMEIDA, «*Mágoas de um Poeta (António Nobre)*» no volume «*Em Relevo*», Oficinas Tipográficas Apolo, Rio de Janeiro, 1917.
- RIBEIRO COUTO, «*A mensagem do lusíada António Nobre*», separata da revista «*Litoral*», Lisboa, Junho de 1944.
- JOSUÉ MONTELLO, «*O Hamlet de António Nobre*», separata de «*Cultura*» vol. 3, ed. Ministério da Educação e Cultura, Rio, 1949.
- JOSUÉ MONTELLO, «*Fontes tradicionais de António Nobre*», Serviço de Documentação — M. E. C., «*Os Cadernos de Cultura*», Rio, 1953.
- FRANCISCO CASADO GOMES, «*O elemento mar na obra de António Nobre*», edição Globo, Porto Alegre, 1958.
- MANUEL BANDEIRA, «*António Nobre*», in revista «*Anbembô*», n.º 85, Dezembro de 1957.

- LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, «*Antônio Nobre*», vol. 41 da série «Nossos Clássicos», ed. Agir, Rio, 1959.
- NELLY NOVAES COELHO, «*O Tempo e a Morte: duas constantes na poesia de Antônio Nobre*», no volume «*Tempo, Solidão e Morte*», ed. da Comissão de Literatura, Conselho Estadual de Cultura, vol. 33 da Coleção Ensaio, São Paulo, 1964.
- SILVEIRA NETO, «*Antônio Nobre*», elegia, com ilustrações do autor, 1900.
- PEREIRA DA-SILVA, «*Vae Solis*», Curitiba, 1903.
- ANDRADE MURICY, «*Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*», 3 vols. Departamento da Imprensa Nacional, Instituto Nacional do Livro, Rio, 1959.
- Alphonsus de Guimaraens*, Obra Completa (organização e preparação de Alphonsus de Guimaraens Filho), ed. José Aguilar, Rio, 1960.
- MASSAUD MOISÉS, «*O Simbolismo*», ed. Cultrix, vol. 14 de *A Literatura Brasileira*, São Paulo, 1966.

O BRASIL NA MEMÓRIA  
DE ANTERO DE QUENTAL

*«Já-não vou à Ilha. Do Brasil cuido que  
se reduz a viagem a desejos: era uma tentativa  
desesperada.»*

A confidência foi feita por Antero de Quental ao seu amigo António de Azevedo Castelo Branco, em carta datada de 8-8-1865. O poeta cujo centenário da morte ocorreu em 11 de Setembro de 1991 não chegou a conhecer a terra brasileira: as suas visitas limitaram-se dos Açores (onde nasceu) a Portugal, França e Estados Unidos. Nem por isso deixou de viajar bastante — em espírito. Até mesmo ao Brasil, conforme testemunham as inúmeras referências nos livros e cartas, com relevo para o *Tesouro Poético da Infância*, onde recolheu uma dezena de textos de autores brasileiros.

A recente edição de mais de 700 cartas (5) documenta a presença brasileira na vida e obra de Antero e a primeira menção está numa curiosa epístola de 4-7-1873 a Joaquim Saldanha Marinho,

parlamentar brasileiro que assinou o Manifesto Republicano de 1870 e foi mais tarde senador da República e autor do livro *A Igreja, o Estado e os Bispos*. A carta foi datada de Lisboa, porém manuscrita por Jaime Batalha Reis, que assinou em seu nome e no de Antero, quando ambos se empenhavam no lançamento da *Revista Ocidental*: «V. Exa. como um dos chefes mais notáveis da democracia brasileira, como um dos representantes e propagadores desta revolução de ideias que nos comove, pode juntar-se-nos como todos os espíritos adiantados das Américas».

Saldanha Marinho era assim convidado a associar-se à publicação, como redactor ou colaborador, considerando Antero e Batalha Reis indispensável uma opinião realista acerca do Novo Continente, e em especial sobre «o movimento das raças espanholas desta multidão de seitas vagamente complicadas com um novo ideal que têm de comum o haverem todas nascido do alargar da liberdade».

É evidente que não ficou aqui o interesse anterior pelas questões brasileiras e, observador atento, ao comentar *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, numa carta a Oliveira Martins (Março de 1880) acrescentava: «Toda a gente jura na religião colonial, não se fala senão na África, e no meio deste vício tal a inércia ou petulância que ninguém saiu à estocada para derrubar as suas formidáveis negativas». O historiador desenvolveu novos conceitos de que a crítica não se apercebeu.

Quando editou os *Sonetos*, sugeriu o poeta a Joaquim de Araújo: «Fica mantida a dedicatória ao Crespo» — trata-se de «O convertido», consagrado ao poeta brasileiro Gonçalves Crespo, que vivia em Portugal, onde casara com a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho. E daquele escritor seleccionaria Antero de Quental os versos de «O Rosário» e «Transfiguração» (além de outros autores brasileiros, como veremos) para o volume que ofereceu às crianças.

Por esse tempo preparava o autor português o estudo para o *Tesouro Poético da Infância* e pedia a Joaquim de Araújo, amigo e também poeta, que lhe enviasse os livros de Álvares de Azevedo, Castro Alves, Junqueira Freire («é de um verdadeiro poeta. Há ainda outros nomes»). Insistia pelos volumes e, em carta dos fins de 1880, perguntava «se tem o Álvares de Azevedo, assim como o Castro Alves. Do Machado de Assis só pude alcançar as *Crisálidas*, de que gostei, mas onde nada colhi que me servisse».

Sempre atento à actualidade brasileira, agradecia a Francisco Ferraz de Macedo o livro que este lhe mandara, de Florentino Ameghino, e acrescentava: «Se ele demonstrou metade que seja, das preposições que anuncia, terá feito uma revolução no ramo dos conhecimentos humanos. A existência de uma grande civilização no interior do Brasil é coisa nova para mim, e creio que o será para muitos».

Em meados de Julho de 1883, Antero de Quental lamentava para Joaquim de Araújo o desapa-

recimento do poeta de *Miniaturas*: «Senti a morte do Crespo, de que só agora tive notícia. Não conheço a Maria Amália (Vaz de Carvalho), mas nem por isso tenho deixado de pensar nela com pesar e simpatia sincera». E em 24-12-1886 agradeceria à viúva de Gonçalves Crespo os artigos que a respeito dos Sonetos ela publicara no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. Finalmente, na carta a Goran Björkman (seu tradutor sueco) dizia Antero, em 12 de Abril de 1891: «Un poète charmant et original, mort tout récemment et bien jeune, est Gonçalves Crespo: son petit volume *Miniaturas* vous fera plaisir, j'en suis sûr».

O Brasil esteve mais uma vez presente na memória de Antero de Quental noutra carta endereçada ao poeta italiano Tommaso Cannizzaro, que inquirira do poeta português se ele conhecia um livro de Nolasco Cunha: «J'ignorais absolument l'existence de ce Nolasco da Cunha, dont vous me parlez. J'ai prié un de mes amis, assez fort bibliophile, de faire pour vous des recherches. Il vient de m'écrire, qu'il n'y a pas d'écrivain *portugais* de ce nom. Mais il ajoute qu'il se peut très bien que se soit un *brésilien*, correspondant d'un grand journal de son pays. S'il a publié sa traduction à Paris, ce doit être chez Aillaud ou chez Garnier Frères, les seuls libraires français qui impriment des livres en portugais. En fait de littérature, nous ignorons absolument ce qui se fait au Brésil» — adiantava Antero de Quental, que esclarecia, ainda o poeta

Cannizzaro: «A peine connaissons nous 5 ou 6 écrivains brésiliens, les plus illustres, naturellement, et encore on les lit guère. Cela tient à ce que la langue qu'on parle là-bas n'est pas encore assez éloignée du portugais pour continuer franchement un dialecte, en même temps qu'elle l'est déjà assez pour que leur style nous semble incorrecte et baroque. Cela n'ôte rien au mérite intrinsèque des écrivains brésiliens, qui est très réel pour les poètes, et même considérable pour quelques uns d'entre eux, comme Magalhães, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu et Junqueira Freire. Ce dernier, moine à 20 ans; défroqué à 23, et mort à 24, avait véritablement du génie».

A transcrição foi longa, porém indispensável, para testemunhar o interesse com que o poeta português acompanhava as letras brasileiras, embora admitisse que em Portugal somente eram conhecidos 5 ou 6 escritores brasileiros. De outro lado, vale a pena transcrever igualmente a nota de Ana Maria Almeida Martins sobre o jornalista e escritor brasileiro que Tommaso Cannizzaro pretendia identificar: «Vicente Pedro Nolasco da Cunha (1773-1884). Escritor e venerável de uma ordem maçónica. Manifestou-se contra os invasores franceses, tendo emigrado para a Grã-Bretanha, onde, com o dr. Bernardo de Abrantes e Castro, fundou o *Investigador Português*, jornal literário e político. Publicou *O Incêndio de Moscovo ou a queda de Napoleão e Exéquias nacionais pela muito sentida e*

*assaz não chorada morte do heróico libertador e magnânimo pai da Pátria D. Pedro IV, duque de Bragança*, entre outros títulos. Também traduziu Fedra de Racine e Intriga e Amor de Schiller. Será este o brasileiro? Impossível sabê-lo sem conhecer o teor da carta de Cannizaro».

Não ficaram por aqui as relações literárias de Antero de Quental com os brasileiros — umas vezes de forma directa, embora não haja menções a eventuais amigos, no Brasil, como foram os casos de Eça de Queirós e de Batalha Reis — mas é iniludível o seu interesse pelos problemas relacionados com a Cultura brasileira, a exemplo do que se infere da carta de Abril de 1884 a Joaquim de Araújo: «O brasileiro Capistrano (de Abreu), ao lado de certas extravagâncias, tem coisas finamente observadas e novas, nos seus artigos sobre Camões». E a Batalha Reis enviara em 12-3-1886, a série de artigos que publicara no jornal *A Província* a respeito do livro *Exposé Sommaire des Théories Transformistes de Lamarck, Darwin e Haeckel*, da autoria do brasileiro Viana de Lima: «Este escrito foi de ocasião e quase improvisado. Mas as ideias é que não são improvisadas, antes representam o ponto aonde cheguei ao fim de anos de reflexão» — e desculpava-se por se tratar do seu primeiro escrito filosófico.

Observador atento, repetimos, é o que confirma outra carta de Antero ao italiano Tommaso Cannizzaro (8-1-1888), esclarecendo que «um tradutor português do Dante» era, na realidade,

Monsenhor Pinto de Campos, «eclesiástico brasileiro, que durante anos residiu em Roma e recentemente falecido. Quanto ao valor da tradução, nada lhe posso dizer, porque não a vi». Entretanto, a anotadora das Cartas anteriores dá mais pormenores: Monsenhor Joaquim Pinto de Campos (1819-1887), escritor brasileiro que viveu efectivamente em Roma por muitos anos, foi o autor de *Jerusalém* e *A vida do Duque de Caxias*, além de tradutor da *Divina Comédia*.

Finalmente, o interesse documentado de Antero de Quental pela literatura brasileira está bem patente no *Tesouro Poético da Infância*, em cujo prefácio se lê o seguinte: «Entendi dever abrir neste livrinho um lugar de hospitalidade franca e fraternal aos poetas brasileiros. A poesia brasileira, expressão eloquente de uma individualidade nacional que de dia para dia se robustece, tem já originalidade e vigor bastantes para se não confundir com a portuguesa. Mas nem por isso devemos considerá-la estrangeira. É antes uma irmã da nossa — ao mesmo tempo parecida e diversa, como costumam ser irmãos — e, como mais moça, de feições menos definidas ainda, mas também mais fresca e ágil na sua graça infantil. Há nela uma espontaneidade e viveza natural, uma ingenuidade de sentir e de expressão, que bem revelam a alma de uma nação jovem, a quem não pesa o passado nem o futuro assusta. Merecia ser mais estimada entre nós essa poesia brasileira, flor exótica desabrochada num ramo do velho tronco

peninsular, transplantado noutra clima e noutra mundo, mas onde se sente inteira e vivaz, se bem com aroma diverso, a seiva primitiva».

Editado — pela primeira vez em 1887, no Porto, este *Tesouro Poético da Infância* continua actualíssimo, mesmo que possamos discordar de uma ou outra selecção de poemas — o que à distância se justifica. Foram inúmeros, de resto, os poetas brasileiros antologados, desde Gonçalves Crespo a Gonçalves Dias, Junqueira Freire, Machado de Assis, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo — para referir apenas os mais conhecidos. Mas se a inclusão foi sintomática, há mais de um século, mais significativa se torna hoje a opinião crítica de Antero de Quental sobre a poesia brasileira — essa «flor exótica desabrochada num ramo do velho tronco peninsular».

## LEITORES E ESTUDIOSOS ECIANOS

### *O Brasil na obra de Eça*

É vasta a bibliografia brasileira sobre Eça de Queirós, desde Viana Moog a Álvaro Lins, passando por Paulo Cavalcanti, Luís Viana F.<sup>o</sup>, Clóvis Ramalhe, Dário Castro Alves e tantos outros, mas não pode haver dúvidas de que n' *O Brasil* na vida de Eça de Queiroz <sup>(6)</sup> reuniu Heitor Lyra numerosos documentos inéditos, além de ter concatenado os já conhecidos, mas dispersos.

Procurou o ensaísta brasileiro apresentar e coordenar «tudo ou quase tudo o que se relaciona com o Brasil e os brasileiros na vida e na obra de Eça de Queiroz». Reuniu, de facto, «quase tudo», pois não chegou a mencionar a colaboração do escritor português n' *A Província de S. Paulo*, (hoje *O Estado de S. Paulo*), porque fomos dos primeiros a investigá-la, conforme revelamos a seguir. O que não diminui a importância do estudo de Heitor Lyra, publicado em Portugal pela editora Livros do Brasil.

Na realidade, o diplomata e ensaísta brasileiro logrou não só pôr em ordem numerosos escritos do grande autor português mas também revelar outros textos pouco conhecidos e alguns até desconhecidos. Começa o autor por lembrar que o pai de Eça de Queirós nasceu no Brasil, em 1820, acrescentando que o futuro escritor (nascido na Póvoa de Varzim em 23-11-1845) foi entregue, com poucos dias de vida, aos cuidados de Ana Joaquina Leal de Barros, que vivia em Vila do Conde, onde o pequeno José Maria foi baptizado, servindo-lhe Ana Joaquina de madrinha e com ela vivendo até os quatro anos de idade (a ama nascera em Pernambuco e fora com a família Queirós para Portugal, onde casou e se radicou). Dos 4 aos 13 anos, viveu Eça de Queirós, em Verdemilho, ao lado da avó paterna (viúva desde 1850), onde veio encontrar o casal de pretos Mateus e Rosa Laureana, também brasileiros, aos quais o escritor se refere, nas «Últimas Páginas», afirmando que a sua «mais remota recordação é a de escutar, nos joelhos de um velho escudeiro preto, grande leitor da literatura de cordel, as histórias que ele me contava de Carlos Magno e dos Dozes Pares»; António Cabral admite que seja Mateus o escudeiro preto de *A Cidade e as Serras*. Aliás, desta velha lembrança do menino José Maria, há ainda, no que respeita ao Brasil, aquela passagem do conto «Singularidades de uma rapariga loura», quando se refere ao cónego Saavedra, que «cantou uma

modinha de Pernambuco, muito usada no tempo do Senhor D. João VI: «lindas moças, lindas moças».

Depois, o Brasil desapareceu da vida de Eça de Queirós, só voltando ao trato com os colegas brasileiros da Universidade de Coimbra (Heitor Lyra nomeia-os todos e diz que foram 13). No concurso que prestou em Setembro de 1870 para cônsul de 1.<sup>a</sup> classe, o tema foi ainda um caso de Direito Público passado no Brasil; classificado em primeiro lugar, Eça foi, porém, preterido e o escolhido para a primeira vaga (em Salvador da Bahia) veio a ser o segundo classificado (só em 20-12-1872 tomaria posse do cargo de cônsul de Portugal em Havana). Como era natural, Eça de Queirós tratou com ironia dos motivos que levaram o Governo a preferir o segundo ao primeiro classificado, escrevendo uma crónica em «As Farpas» (cujo primeiro número havia saído em Maio de 1871) — crónica que desapareceu nas páginas definitivas de *Uma Campanha Alegre* (1.<sup>a</sup> ed., em 1890). Heitor Lyra e outros atribuem a preterição ao papel que Eça desempenhou nas Conferências, do Casino, mas a «cunha» também deve ter influenciado a decisão governamental de escolher o segundo classificado; quanto à demora em se dar um lugar do cônsul ao futuro romancista, deve lembrar-se também que ele escreveu (Outubro de 1871) uma terrível crónica (nas *Farpas*), contra a diplomacia e os diplomatas portugueses (o decreto de nomeação para o posto de cônsul em Havana só veio em 16-3-1872).

Na crónica sobre a sua preterição, cometeu Eça diversos erros sobre o Brasil, conforme destaca Heitor Lyra: com efeito, descrevia Salvador como «cidade alegre», com aspectos de água veneziana, mas onde há muitas águas», acrescentando que se podia ser cônsul em Pernambuco quando tivesse o coração de Romeu». Aliás, nas oito crónicas que estão na «campanha alegre», relacionadas com a viagem europeia de D. Pedro II, revela também que certas coisas brasileiras não lhe eram muito familiares, enquanto a primeira versão (de *As Farpas*) era bem mais agressiva do que a definitiva, a ponto de ter provocado, ao tempo, graves incidentes anti-portugueses no Recife (cf. *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, de Paulo Cavalcanti), pois o farpeador não se esquivava de pretender, em resposta às violências contra os portugueses que viviam em Pernambuco, «recomeçar pacientemente a nossa obra, e tornar a mandar Pedro Álvares Cabral, para novamente descobrir o Brasil».

É certo que, em 1890, quando da edição de *Uma Campanha Alegre*, os conceitos de Eça sobre o Brasil já haviam evoluído (colaborava na *Gazeta de Notícias*, do Rio, desde 1880); e por isso «O Brasileiro» gentílico passou a ser «O Brasileiro» português. Todavia ainda localizava carregadores de café nas «bandas da Tijuca», além de ver «a grande árvore triunfante, de folhas palmares e reluzentes, tronco possante, seiva insolente, toda sonora de sabiás, e escandalosa de bananas»...

No capítulo da sua colaboração na imprensa brasileira, relembra Heitor Lyra o convite feito por intermédio de Gonçalves Crespo para que escrevesse no *Jornal do Comércio*, do Rio (cf. carta de Eça a Ramalho, de Julho de 1879), o que jamais se concretizou. Porém, as crónicas, cartas, artigos, folhetins e capítulos de romance aparecidos na *Gazeta de Notícias* proporcionaram ao escritor português aqueles discípulos brasileiros, «filhos espirituais do homem das «Farpas», herdeiros do seu estilo jornalístico, da sua combatividade, do seu gosto da esgrima polémica e da ironia alfinetante» a que se referiu Edmundo Lys em *Eça e a imprensa*.

A colaboração de Eça na *Gazeta* prolongou-se por largos anos. De outro lado, não se efectivou a colaboração na *Gazeta da Bahia*, pela qual Eça pedira seis libras (cf. carta a Mariano Pina, de 27-7-1888) — «uma «tartine» por mês, crónica ou fantasia, segundo convier mais ao jornal»: aliás, o seu «preço» está explicado na carta de Oliveira Martins (de Bristol, em 23-5-88), ao lembrar que Jaime Séguier queria colaboração no *Repórter*, mas pagando apenas duas libras por artigo de duas colunas: «Eu tenho escrito artigos de cinco colunas — mas isso é só culpa da minha loquacidade. Ora, querido Joaquim Pedro, por duas libras não vale a pena estar a manufacturar imensas talhadas de prosa. Elas dão-me um grande trabalho — e nos jornais do Brasil produzir-me-iam o dobro» (o sublinhado é nosso). Eça de Queirós não mencionava quais eram «os

jornais do Brasil». Não tendo ido por diante os planos de colaborar no *Jornal do Comércio* nem na *Gazeta da Bahia* e conhecendo-se apenas os textos insertos na *Gazeta de Notícias* a que jornais se referiria o escritor? O mistério ainda está por desvendar...

\* \* \*

O tema que faltava aprofundar — Eça e o Brasil — só agora foi amplamente desenvolvido por Heitor Lyra. É curioso que são brasileiros alguns dos melhores críticos ecianos, mas esse aspecto até o aparecimento de *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*. Sabia-se, é evidente, que o romancista de *A Cidade e as Serras* foi amigo de Eduardo Prado («o maior e o mais chegado à sua amizade, amizade que se pode classificar de fraternal», assinala Heitor Lyra), bem como de Domício da Gama, de Rio Branco, de Magalhães de Azeredo e de Olavo Bilac; não eram ignoradas as suas relações com Paulo Prado, Joaquim Nabuco e Martinho Botelho (director da *Revista Moderna*, que foi na realidade orientada por Eça) e outros ainda; já se escreveu um livro sobre o quase mudo diálogo Machado-Queirós (o discutido *Eça, discípulo de Machado?*, do Alberto Machado da Rosa); comparou-se o «Jacinto» a Eduardo Prado, que teria sido, por acréscimo, o inspirador dos últimos textos fradiqueanos — mas a reunião de

tudo isto não havia sido feita antes do livro de Heitor Lyra.

Com efeito, o pesquisador brasileiro soube achar e relacionar o fio da meada de todos estes elementos díspares e teve igualmente a rara e invejada sorte de ler e anotar numerosos «papéis» que continuam guardados pela família do escritor português e que, infelizmente, ainda não foram publicados. Lyra manuseou ainda à vontade artigos, cartas e livros esquecidos para nos oferecer a grande «reportagem» que se esperava e de que precisávamos sobre Eça, o Brasil e os brasileiros.

As relações Queirós-Machado, por exemplo, são agora apresentadas mais convincentemente, pois em *O Brasil na vida de Eça de Queiroz* juntaram-se ao que era conhecido novos informes, ao mesmo tempo que são documentados os esforços de alguns amigos comuns (de Domicio e de Azeredo, em especial), no sentido de aproximar os dois grandes escritores de Portugal e do Brasil. Datando de 16 de Abril de 1878, o primeiro artigo de Machado de Assis (o segundo, aparecido na revista *Cruzeiro* no dia 30 seguinte era a resposta aos que haviam discordado do crítico), salienta-se que o autor de *Dom Casmurro* ainda não esquecera o azedume, ao comentar, em 7-7-1878, a adaptação teatral de *O Primo Basílio*, feita pelo futuro Barão de Paranapiacaba: «(...) transportado ao teatro, não corresponde ao que legitimamente se esperava do

sucesso do livro e do talento do sr. dr. Cardoso de Meneses».

Exactamente por esta adaptação à cena é que Machado de Assis seria convidado a representar *Eça de Queirós no Brasil*. Apesar de jamais ter respondido à carta do autor português (de Newcastle, 29-6-78), na qual este último agradecia a crítica machadiana; mas discordando cortezmente de alguns pontos, o editor Ernest Chardron solicitou, em carta ao escritor brasileiro, que fosse o procurador do seu colega português, conforme chegou a ser estampado na segunda edição de *O Primo Basílio*: «Para todos os efeitos da lei, a propriedade literária desta obra, no Império do Brasil, pertence ao Ex.m<sup>o</sup> Sr. J. M. Machado de Assis». E juntou Chardron a folha de rosto de «A Capital» com idêntica declaração (o livro só apareceu, afinal, em 1925).

A iniciativa do editor é plausível, visto que, além da adaptação teatral de *O Primo Basílio*, havia já, ao tempo, uma edição brasileira clandestina do romance. Mas a propriedade literária proposta, se chegou a ser aceite, não foi duradoura, explicando Heitor Lyra: «Que Chardron tenha tomado essa iniciativa à revelia de Eça, contando possivelmente com a sua posterior aquiescência, é, pois, o que se deve crer. Mas essa aquiescência, se de facto lhe foi dada, deverá tê-lo sido muito provavelmente a contragosto, por insistência unicamente do editor, mas para logo se arrepender de tê-la concedido e voltar atrás, mandando que fossem retirados os

poderes dados por Chardron a Machado de Assis. Tanto assim que a tal declaração só figurou na segunda edição de *O Primo Basílio*, deixando de aparecer não somente nas edições posteriores dessa obra como em todas as demais saídas da pena de Eça de Queiroz».

Ainda sobre as relações dos dois escritores, contou Olavo Bilac que Eça decorara o «delírio» de Braz Cubas e «gostava de o declamar pausadamente, com inflexões estudadas, que sublinhava e esclarecia, com um comentário, as passagens de mais apurada análise psicológica ou de mais subtil ironia». Quanto a Domício da Gama, na tentativa de reunir os dois escritores, escrevia a Machado, em 12 de Junho de 1892: «Queria também falar-lhe no *Quincas Borba*, que li no exemplar que o senhor mandou ao Eça de Queiroz, lá para o escritório da *Gazeta*. O Eça está em Portugal e o seu livro está aqui em casa. Quando ele voltar lhe escreverá, naturalmente. Ele é talvez o seu maior admirador na Europa. Chama-o de extraordinário, que é o seu qualificativo superfino de artista. Nós conversamos muito sobre tudo o que de sua pena aparece por aqui. O seu último livro foi um sucesso em toda a linha». Mas parece que o confrade português nunca acusou a recepção do livro (supõe-se que o único remetido por Machado), cuja dedicatória — sublinha Josué Montello — era um modelo de secura: «A Eça de Queiroz, Machado de Assis, 15-4-92».

Magalhães de Azeredo, também amigo de Machado, escrevia-lhe de Paris, em 6-6-1897: «Vejo aqui com frequência o ilustre romancista Eça de Queiroz que, como sabe, o tem em grande apreço». E juntava um exemplar da *Revista Moderna*, obtendo uma resposta lacónica de Machado de Assis (carta de 21-7-1897), citada, como a primeira, por Josué Montello, em *O Presidente Machado de Assis*: «Também recebi, mandados pelo editor, dois números da *Revista Moderna*, que me parecem, literária e materialmente, bem feitos. Os dois contos de Eça de Queirós, «Perfeição» e «José Matias», são lindos». Em nova carta de 11-11-1897, insistia Magalhães de Azeredo: «Domício da Gama, que vejo aqui com frequência, e que é um fino espírito, pede-me que lhe transmita muitas lembranças; e Eça de Queiroz encarrega-me de lhe mandar um grande abraço espiritual. Não imagina que simpatia e que entusiástico apreço ele manifesta a seu respeito!» Ao que Machado de Assis responderia (7-12-1897), retribuindo «as recomendações» de Domício e o abraço espiritual de Eça, «cujo grande talento tem aqui a admiração de todos, novos e velhos». Em outra carta (de 13-1-1898), o escritor brasileiro indicava a Azeredo o começo da leitura de *A Ilustre Casa de Ramires*, «que promete ser (academicamente falando) nova floração para o nosso Eça de Queiroz». E, finalmente, há que registar a conhecida carta de Machado de Assis a Henrique Chaves, quando morreu o autor de *Os Maias*: é como «se

perdessemos o melhor da família, o mais esbelto e o mais válido». Mas Eça de Queirós já não podia responder, aceitando a amizade e a admiração do grande autor brasileiro.

### *Os amigos brasileiros*

Um dos capítulos mais sensacionais de *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz* é certamente aquele em que Heitor Lyra apresenta e comenta o «drama» que sobre Inês de Castro escreveram Eça de Queirós e Olavo Bilac. É certo que já havia notícia deste texto: Martins Fontes citou-o num artigo em *Dom Casmurro*, em 1945, e Fernando Jorge também o mencionou (*Vida e Poesia de Olavo Bilac*)... mas «ambos citando o facto apenas por ouvir dizer».

Na verdade, o «drama» só agora é revelado por Heitor Lyra, que esclarece: «A impressão que se tem, pela leitura dos originais, escritos a lápis e cheios de emendas, de supressões e de alterações, em largas folhas de um papel comum, ligeiramente amarelado, talvez pelo tempo, é que uma vez feito o rascunho do drama, aliás não terminado (...), pois ficou na morte de D. Inês, nenhum dos seus autores se ocupou de o rever ou voltou mais ao assunto, ficando, assim, o esboço sepultado até hoje entre os papéis deixados pelo romancista. Ainda porque Bilac deixaria Paris tempos depois, não mais voltando a encontrar-se com Eça de Queiroz». (O texto foi redigido «numa noite de Inverno de 1890» e, para o

ilustrar, Eça fez, pelo menos, dois desenhos, que são reproduzidos no livro de H. Lyra: num deles vê-se D. Pedro comendo o coração de Pêro Coelho, representando o outro «a mísera e mesquinha, que depois de morta foi Rainha».

«Inês de Castro» teria, se concluído, os seguintes episódios: 1.º — Inês de Castro faz meia; 2.º — D. Pedro entra a cavalo, com um falcão em punho; 3.º — Declaração; 4.º — Monólogo; 5.º — D. Pedro e D. Inês merendam, cercados de numerosa família; 6.º — D. Afonso vem com Pacheco, mostra-lhe as personagens e faz gesto de a matar; 7.º — Despedida de D. Inês e de D. Pedro; 8.º — Dona Inês só, acompanhada das meninas; 9.º — Pacheco vem, crava o punhal e leva as meninas; 10.º — D. Pedro chega da guerra. Cena de desespero. Coração de D. Inês; 11.º — Enterro de D. Inês. Fuga de Pacheco; 12.º — Assassínio de Pacheco e extracção do coração. 13.º — D. Pedro tocando o coração; 14.º — Indigestão terrível de D. Pedro. E o jocoso drama começava assim: «Junto às margens do Mondego, / Certo ano e certo mês, / Meninos e outras gentes, / Nobres damas, cavalheiros, / Ides ficar bem contentes».

Conta Heitor Lyra que a filha de Eça de Queirós sempre pensou que Eduardo Prado tivesse colaborado no «drama», «mas pela letra dos originais verificou-se facilmente que tal não se deu; e que excluídos os versos compostos pela família Queirós (a esposa e a cunhada do autor de *A Cidade e as*

*Serras* também teriam colaborado na composição ou transcrito, ao menos, alguns dos versos), só uma outra letra aí existe, e essa é, sem sombra de dúvida, a de Olavo Bilac». Aliás, exceptuando o intróito ora divulgado, todo o «drama» é atribuído por Lyra a Eça e a Bilac.

No capítulo intitulado «Os amigos brasileiros de Eça de Queiroz», faz Heitor Lyra a história dos primeiros contactos do romancista português com Domicio, Eduardo Prado, Bilac, Rio Branco, Azeredo e outros e, sobretudo, da sincera amizade que os ligou a Eça. Estavam bem longe as afiadas «farpas»: através desses amigos, dos jornais e livros brasileiros, Eça de Queirós passou a fazer uma ideia mais favorável do país que tão bem acolhia os seus trabalhos jornalísticos (a *Gazeta de Notícias* era, então, um dos mais apreciados jornais, reunindo, pode-se dizer, alguns dos mais notáveis intelectuais brasileiros entre os seus colaboradores); quanto à sua obra literária, críticos e leitores comuns discutiam-na com inexcedível fervor.

Não sendo exacta a impressão que tinha do Brasil e dos brasileiros, em geral, pois só conhecia meia dúzia, e esses incluíam-se entre a «elite», Eça de Queirós demonstrou o seu interesse pelos numerosos textos que dedicou a este país e à sua gente, mesmo que as suas opiniões se modificassem, por vezes, em função dos acontecimentos, o que não deve espantar ninguém, porque o que sabia era por ter escutado ou lido. Era um sentimento afectuoso,

observa Heitor Lyra, «dispensando-nos um carinho e um interesse todo especial, o que era tanto mais de se salientar quando em sua Pátria, no seu tempo, nem sempre era fácil encontrar um sentimento igual. E a verdade é que o seu interesse e mesmo a certa ternura que ele tinha pelo Brasil acabaram por ocupar uma grande parte na sua vida, sobretudo nos últimos anos da sua existência, quer dizer, quando passou a residir em Paris, e tinha já o seu nome definitivamente consagrado entre nós».

Dentre os amigos brasileiros de Eça, Eduardo Prado foi, sem dúvida, o mais próximo. A maneira como sempre se lhe referiu documenta bem a profunda estima e a intensa admiração do escritor português. Havia sinceridade nas palavras de Eça de Queirós quando achava no seu grande amigo o «brasileiro singularmente interessante, que na verdade honra o Brasil». A ironia demolidora da juventude desaparecera para dar lugar a uma nova visão das coisas e, ao dizer que «a afeição de Prado por Portugal (...) é o complemento natural do seu amor pelo Brasil», o ex-farpista comovia-se. Estavam de acordo com o espírito da sua obra de então as palavras dedicadas ao companheiro, em 1889: «E nele esse amor patriótico nunca sofreu diminuição, nem degeneração, bem sólido, bem alto, rijamente cimentado nas profundidades mesmas do seu ser. Há talvez, agora, por vezes, um ténue arrufo, quando a sua pátria se abandona ligeiramente a braços, que ele imagina não possuírem robustez, nem perícia. E

quando desconfia que esses braços de mau amparo, de guia incerta, a deixaram tropeçar, rasgar um pouco a túnica frígia, também o atravessa o curto gosto de murmurar: «Aí está! Desgraçadamente eu bem dizia!...» Mas são fugidias sombras... Na realidade, ele permanece o puro e forte patriota que traz sempre a Pátria, consigo, não só o espírito, mas a imagem».

No dourado exílio de Paris, teve Eça em Eduardo Prado o mais constante e fiel companheiro. É realmente o mais apreciado de todos os amigos da família nas cartas de *Eça de Queiroz entre os seus*, coligidas por D. Maria d'Eça de Queiroz. E se muitos consideram que Ramalho Ortigão de alguma forma influenciou certos actos e trabalhos do autor de *Os Maias*, não pode omitir-se, de outra parte, a influência indiscutível do «bom Prado». E não somente em relação ao Brasil, anota Heitor Lyra: «Sofreu também em muitas outras coisas de ordem geral: na apreciação, por exemplo, da civilização humana, tanto do seu tempo como das eras passadas; na compreensão e interpretação do problema «homem», da sua razão de ser social, política e intelectual — de ser e de não ser; no julgamento do factor espiritual sob os seus múltiplos aspectos, sobretudo para a expressão de um sentimento ou de um ideal de vida». Pergunta o autor de *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*: «Tendo em conta a influência que Eduardo Prado exerceu sobre Eça, teria sido ela tão grande a ponto de este

tomar o seu amigo brasileiro como modelo para idealizar, ou melhor, para criar e dar vida a algumas das principais personagens do seu mundo literário? Sobretudo esse inconfundível tipo de Fradique Mendes, «símbolo da perfeição», como acentua José Maria Belo, o «homem completo», flor de uma civilização requintada? E de tal maneira sedutora e atraente que o próprio Eça não escondia o quanto aspirava poder ele mesmo representá-lo em vida? Eis uma questão que vem sendo até hoje objecto de inúmeras controvérsias, e se apresenta, realmente, difícil de ser respondida com acerto».

Menciona Heitor Lyra, a propósito, o breve e incompleto estudo que publicamos sobre «Eça de Queiroz e Eduardo Prado», no qual destacamos que Fradique Mendes nascera literariamente em 1867, isto é, muito antes de travarem conhecimento os dois escritores. Não sabemos em que época redigiu Eça o conto «Civilização» — que foi a génese do romance *A Cidade e as Serras* —, não podendo precisar, por conseguinte, se aquele texto é igualmente anterior à data em que ambos se tornaram amigos. Não nos repugna admitir, porém, que tanto o romance quanto a *Correspondência* de Fradique tenham algo — ou muito — de Eduardo Prado, ainda que deva observar-se que nas duas obras haja ainda bastantes impressões e anseios autobiográficos. Infelizmente, os numerosos estudos consagrados ao «fradiquismo» e ao mencionado romance não têm tomado em conta a ilimitada

imaginação de Eça, e muito menos a verdadeira personalidade do escritor brasileiro. Nasceu a lenda — e a lenda correu à vontade. Mas é um aspecto da obra eciana que, em nossa opinião, ainda não foi convenientemente elucidado, até hoje.

*O colaborador de «A Província de S. Paulo»*

No estudo que publicou sob o título de «Correspondência de Eça de Queiroz para a Imprensa Brasileira», o poeta Manuel Bandeira historiou o convite feito ao escritor português para colaborar na *Gazeta da Bahia* — e que não se teria concretizado —, ao mesmo tempo que comentou, com largos pormenores, os textos publicados pelo romancista de *O Crime do Padre Amaro*, na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), nos anos de 1880, 1881, 1882, 1887, 1888, 1893, 1894, 1895, 1896 e 1897.

O grande poeta brasileiro folheou toda a colecção do jornal carioca, desde 1880 até à morte de Eça, e divulgou os resultados da sua pormenorizada pesquisa no *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, coordenado no Brasil por Lúcia Miguel Pereira e em Portugal por Câmara Reis para a editora «Dois Mundos» e impresso em Lisboa. E não fez quaisquer referências a possíveis textos ecianos em outras revistas ou jornais brasileiros.

Por sua vez, Heitor Lyra, em *O Brasil na Vida Literária de Eça de Queiroz*, transcreve a carta do autor de *A Relíquia* a Ramalho Ortigão, datada de

Julho de 1879, referindo um convite transmitido por Gonçalves Crespo («que faz versos, muito engenhosamente trabalhados»), para colaborar no *Jornal do Comércio*, do Rio, mas que não chegou a concretizar-se.

É de admitir que outros convites hajam sido feitos a Eça de Queirós e que muitas páginas do escritor português tenham aparecido na imprensa brasileira sem autorização do autor, conforme se sabe da «reedição» de algumas *Farpas*, incidente bem aprofundado por Paulo Cavalcanti (*Eça de Queiroz, Agitador no Brasil*). Romances e até adaptações literárias e teatrais chegaram a ser publicados neste país, esclarecendo Heitor Lyra que «as edições clandestinas brasileiras das obras de autores portugueses eram já corriqueiras entre nós; e na falta de um acordo sobre a propriedade literária, entre Portugal e o Brasil, coisa que só se faria em Setembro de 1889, não havia meios legais de impedi-las. Daí os protestos desesperados e inúteis dos espoliados, como foi o caso de Eça quando da publicação das *Farpas*».

Num capítulo sobre *O Padre Amaro* em São Paulo, Arnaldo Faro (*Eça e o Brasil*) documenta com largos pormenores a republicação do primeiro e de quase todo o segundo capítulo do romance nas edições n.ºs 3, 4 e 5 (1876) do jornal *A República das Letras*, dirigido em São Paulo por Gaspar da Silva, que foi não só livreiro e jornalista mas também autor de livros. Sobre essa colaboração (involuntária?) de

Eça no jornal literário paulista diz bastante Arnaldo Faro, porém não menciona o facto de Gaspar da Silva ter sido colaborador e redactor de *A Província de São Paulo*, o que poderá ajudar a compreender outras colaborações ecianas, como adiante se verá.

De outro lado, a acção jornalística e literária de Gaspar da Silva, por sua extensão e importância, merece bem mais do que a simples suspeita de haver reproduzido o texto de Eça sem pagar direitos. Dirigiu vários jornais brasileiros e da colaboração reunida logo no primeiro número de *A República das Letras* (Abril de 1876) constam nomes bem conhecidos em Portugal e no Brasil: João Penha, Guilherme Braga, Américo Campos, Lúcio de Mendonça (e o próprio Gaspar da Silva), personalidades que certamente não se deixariam usar por qualquer um.

Se passarmos por cima da colaboração eciana não autorizada, cremos que nada mais houve, além do já conhecido, conforme se deduz dos estudos de José Maria Belo, Vianna Moog, Álvaro Lins, Clóvis Ramalhete, Francisco Ayres, Luís Vianna Filho e dos já citados Paulo Cavalcanti, Arnaldo Faro e Heitor Lyra, ficando com este o mais completo levantamento sobre o tema *O Brasil na vida literária de Eça de Queiroz*.

Não foi mencionada até hoje a colaboração de Eça de Queirós no jornal *O Estado de S. Paulo*, iniciada, de resto, na fase de *A Província*. Vamos documentá-la esclarecendo que tal colaboração

princípios exactamente com a inserção, em folhetins, do romance *Os Maias*, em 12 de Agosto de 1888. Como chegamos lá, não foi tão simples como pode parecer, apesar da referência, atribuída a Paulo Duarte, na *Pequena História de um Grande Jornal*, divulgada em *O Estado de S. Paulo* de 5 de Janeiro de 1952.

Lê-se nessa «Pequena História» o seguinte: «Júlio Mesquita regressa em 1888, de Portugal e retoma a luta ao lado de Cerqueira César, presidente do Clube Republicano. As actividades, porém, borbulham na imprensa apenas, pois a vida se vai reajustando (depois da Abolição) e nas próprias colunas de *A Província* parece que a normalidade se restabelece. Júlio Ribeiro, brigando com o padre Severiano de Resende, versos de Vicente de Carvalho, crónicas de Eça de Queiroz, cuja colaboração com a de Fialho de Almeida, nomeado correspondente do jornal, e de outros, Júlio Mesquita arranjara em Portugal».

Dois parênteses se impõem: um deles para explicar que Júlio César Ferreira de Mesquita embarcara em Julho de 1887 para a Europa, no vapor francês «Congo», tendo enviado para *A Província de S. Paulo* nove artigos, sob as rubricas «De Lisboa» (cinco textos) e «Cartas a um amigo».

Abre-se o outro parênteses para duas rectificações: Eça de Queirós não iniciou a sua colaboração com as crónicas citadas na *Pequena História de um Grande Jornal*, tanto mais que a primeira somente sairia em Dezembro, conforme

demonstraremos. Quanto à correspondência de Fialho de Almeida, apenas viria a concretizar-se dois anos decorridos, em 1890, facto que esperamos poder ilustrar um dia, embora desde já possamos indicar que o acervo crítico de *Os Gatos* publicou 99 artigos, pelo menos, nas páginas de *O Estado de S. Paulo*.

Voltemos, entretanto, às crónicas enviadas de Lisboa por Júlio Mesquita, pois retomaremos com elas o fio da meada eciana: as rubricadas «De Lisboa» saíram em 4, 5, 6 e 10 de Janeiro de 1888 e a última em 9 de Março seguinte, ao passo que as «Cartas a um amigo» foram publicadas em 22 e 29 de Abril e em 13 e 22 de Maio de 1888. No artigo «Júlio Mesquita e *O Estado*», esclarece Paulo Duarte que o autor das crónicas e cartas portuguesas voltou ao Brasil «em fins de Outubro ou princípios de Novembro desse ano de 1888, após mais de um ano de ausência» (in *Centenário de Júlio Mesquita*, ed. Anhambi, 1964).

Valeria a pena comentar os nove textos sobre Portugal, mas vamos limitar-nos ao de 5 de Janeiro de 1888, a propósito da preterição de Eça de Queirós, que concorrera ao Prémio D. Luís I, da Academia das Ciências de Lisboa, com o romance *A Relíquia*. Como se sabe, o laureado foi outro...

«São tantas as cabeças quantas as sentenças», admitia Júlio Mesquita, antes de formular também a sua opinião: «Mas o que realmente é digno de nota é que ninguém se lembrou de votar pela *Relíquia*.

Afirmam que a condenação do livro de Eça de Queiroz desceu de muito alto, de certo tradutor infeliz de Shakespeare, a quem ninguém desobedeceu, porque ele é quem é, todo sábio e poderoso — muito mais poderoso do que sábio (o tradutor foi o rei D. Luís I de Portugal), valha a verdade. Ora, como se trata de uma obra de arte, essa condenação não vale dois caracóis. Eu, cá por mim, sem me dar do voto da Academia, continuo a pensar que a *Relíquia* é um livro magnífico e que Eça de Queiroz, por si só, tem mais mérito e talento do que todos os outros concorrentes reunidos. Felizmente, eu não estava no Brasil, ao tempo em que por lá andou Ramalho Ortigão, e guardei para o meu adorado artista do *Crime do Padre Amaro* esta flor do meu entusiasmo: o espírito mais brilhante de Portugal, o estilista inimitável! Atiro-lha humildemente aos pés no dia em que a Academia teve a louca pretensão de apagar o sol da sua glória».

O entusiasmo do cronista não é gratuito nem tão-pouco o de um mero seguidor de modismos literários: Júlio Mesquita tinha pleno conhecimento da obra até então publicada pelo escritor português e sabia avaliar a sua importância nas letras de Língua Portuguesa. O que justifica o interesse do já influente jornalista de *A Província de S. Paulo* pela colaboração de Eça de Queirós, o que é testemunhado pela informação contida na *Pequena História de um Grande Jornal*.

Tudo se torna, por conseguinte, muito claro, no respeitante ao apreciado colaborador português do jornal paulista, ainda que as pistas sobre os textos publicados, tal como apareceram na Pequena História, tenham sido escassas. Pudemos completá-las folheando vários anos da colecção do jornal, com o apoio das notas do arquivo de *O Estado de S. Paulo*.

A data de 5 de Janeiro de 1888 exige um destaque para melhor se entender a crónica em que Júlio Mesquita se referiu tão entusiasticamente a Eça de Queirós e à rejeitada *Relíquia*, o «livro magnífico». Com efeito, a data e o assunto têm relação com outra notícia que seria publicada cerca de sete meses depois: o romance já era conhecido de boa parte do público brasileiro, visto ter sido divulgado, antes de impresso em volume, na *Gazeta de Notícias*, do Rio, no período de 24 de Abril a 10 de Junho de 1887, conforme lembrou Manuel Bandeira no seu estudo já citado. Aliás, uma nota de redacção da *Gazeta* admitia reacções contrárias ao romance, em particular dos círculos da Igreja: «(...) se os padres promoverem o escândalo, ou é porque não entenderam o livro, ou porque são os sacerdotes de uma religião que não é mais a de Cristo». Sabe-se que um dos jornais católicos, *O Apóstolo*, condenou a obra, ao que se infere do tópico da *Gazeta*, de 7 de Maio seguinte: «Bem dizíamos nós que o que enraivecia *O Apóstolo* eram os golpes dados na hipocrisia e no beatério pelo autor da *Relíquia*.

Ontem, um escritor, que se denuncia pela inicial M, veio furioso contra Eça de Queiroz e contra a *Relíquia*. Não há que ver, o ilustre romancista pôs o dedo na ferida».

Deve ter sido demorada a gestação de *A Relíquia*, considerando que em 30 de Agosto de 1884 Eça de Queirós já trabalhava no romance, quando se hospedara no Grande Hotel, do Porto, ao que informa João Gaspar Simões (in *Eça Queiroz, o Homem e o Artista*). Todavia, o romance começou a ser preparado bem antes, porque a *Gazeta de Notícias* avisara «os gulosos» do escritor português, em 1.º de Novembro de 1882, que ele prometera «remeter-nos um romance original, *A Relíquia*, que publicaremos brevemente». E em 22 do mesmo mês o jornal carioca anunciava para breve a chegada do «original da *Relíquia*, que o eminente romancista Eça de Queiroz escreveu expressamente para a *Gazeta de Notícias*». Entretanto, o tempo passou e, em 5 de Dezembro de 1884, Ramalho Ortigão esclareceu, na própria *Gazeta* carioca, que o romancista andava à procura, no Reino, de «um sítio limpo de maçadores, de moscas e de cozinheiros afrancesados, para aí acabar de escrever *A Relíquia*, romance destinado ao folhetim da *Gazeta de Notícias*. Apesar das informações alvissareiras, somente em 23 de Abril de 1887 o jornal carioca confirmou para o dia seguinte o princípio da publicação de «um verdadeiro mimo».

Reatamos a conversa introdutória a *Os Maias*, partindo da crónica de Júlio Mesquita de 5 de Janeiro de 1888, em torno de *A Relíquia*, porquanto a crónica em questão pode estar relacionada com a colaboração de Eça de Queirós, em *A Província*, em virtude dos contratos provavelmente estabelecidos em Portugal pelo jornalista brasileiro com o próprio escritor. De outro modo, não se compreenderia a publicação de *Os Maias*, em folhetins, no jornal paulista, acentuando-se que o romance fora posto à venda em Junho de 1888. Posto isto, deve ler-se a notícia que encontramos em *A Província de S. Paulo*, edição de 8/8/1888: «Folhetim — Depois de amanhã começaremos a publicar em folhetim o novo romance de Eça de Queiroz — *Os Maias*. Julgamos ser esta uma boa notícia que muito alegrará os nossos leitores».

E, no dia seguinte, escrevia «D. Pedrito El-Mano», na secção «Risos e Reflexões», dirigindo-se a Patrick, do *Federalista*: «Meu caro, só ontem recebi a agradável impressão das atenciosas linhas que V. me dirigiu nas suas apreciáveis «Notas a lápis». Thank you, my dearest. Mas, tenho andado com o espírito preso às belezas de arte, agudezas de observação e cintilações de espírito que o talento superior de Eça de Queiroz espalhou pelas 990 páginas do seu novo romance — *Os Maias*. Dito isto suponho que V. não pode recusar-me as desculpas do tardio agradecimento. Se eu fosse crítico já teria tomado da pena e teria dito aos novéis romancistas: Meninos,

dignem-se ler *Os Maias* e aprendam a fazer um novo romance moderno sem o pedantismo estulto do empolamento de frases que fatiga sem instruir; que pode ser o indício de um ouvido apurado; que denota a paciência em manusear um lexicon; mas que nunca patenteia o pedaço da natureza que se pretende mostrar, mesmo através de um temperamento, isto é, que pode ser tudo, mesmo um tratado de harmonia palavreada», mas nunca um trabalho artístico segundo os preceitos modernos. Não que n'Os *Maias* transpareça a despreocupação da frase; não; que o autor do *Primo Basílio* é artista de fina têmpera; mas, o que se nota é todo o prendimento à verdade; despreza-se a frase campanuda, mas busca-se com persistência e cuidado a expressão que melhor dê a ideia do real. É por isso que disseram que a adjectivação de *M.<sup>me</sup> Bovary* chega a ter sabor, a repercutir com audição, a ferir o olfato».

Eufórico, prosseguia «D. Pedrito El-Mano»: «Meu caro Patrick, se V. ainda não leu *Os Maias* não perca um minuto; leia-os já. Eu não perdi um instante. Achava-me aqui escrevendo uma notícia» — e após declarar que leu o romance das 8 da noite às 5,30 horas da manhã, «D. Pedrito El-Mano» concluiu o seu comentário: «Como se salientam os tipos! Quantos romances naquele quadro-vivo da Lisboa «distinguée»! Parecia-me em Lisboa; descendo o Chiado, passeando no Largo do Rossio; atravessava o Terreiro do Paço, entrava na Rua

Augusta, transpando o arco; vendo aqueles «dandys», examinando aqueles janotas, troçando de uns politicões, a rir de um jornalista pretensioso, a chasquear da austeridade de certa fidalga virtuosa! Como é perfeito aquele tipo de Alencar! Ninguém melhor do que Eça representa o seu tempo e o seu meio. Para aquele «high-life» lisbonense, aquele romance realista. Julgo, meu caro Patrick, que para fazer uma crítica a *Os Maias* haverá mais que nunca necessidade de ter presentes as (...) palavras de Taine (...) Leia-o já, amável Patrick, que encontrará o tipo simpático de Afonso da Maia que amava Voltaire, mas que era teimoso e caturra como um velho fidalgo português. Verificará a força do temperamento romântico e do sensualismo hereditário que lhe veio do sangue materno em Carlos da Maia, apesar da educação prática e inteligente que lhe deu o avô. As descrições são mais que fotográficas; não só nos mostram os lugares, mas transportam-nos a eles. E, amenizando tudo, um espírito espontâneo e fino que nos provoca o riso involuntário, que nos obriga a olhar para as nossas coisas e nos faz medo de olhar para dentro de nós mesmos. Leia-o, caro Patrick, sem perca de um minuto».

O estilo é o de um folheto de propaganda, como se fazia na época, embora a ortografia do texto haja sido actualizada. Não obstante, o autor da crónica revelava firmes conhecimentos literários. De outro lado, quem redigiu o texto demonstrou conhecer

Lisboa. Terá sido o redactor, português de origem, Gaspar da Silva, que foi redactor de *A Província* e cujo nome completo era Boaventura Gaspar da Silva Barbosa, que dirigiu o *Diário Mercantil* e o *Correio da Manhã*, vindo a ser enobrecido com o título de 1.º Visconde de São Boaventura? Ou terá sido outro redactor de *A Província*?

Afinal, o primeiro folhetim de *Os Maias* apareceu em 12 de Agosto, sem qualquer nota de redacção, mas com um subtítulo, «Episódios da vida romântica». O folhetim n.º 2 foi publicado em 15 e os seguintes foram saindo até 5 de Janeiro de 1889, data em que terminou a publicação (folhetim n.º 104), quando foi anunciada a próxima divulgação de um novo «feuilleton», romance «baseado na mais pura moral». Com esta indicação, pretender-se-ia insinuar que *Os Maias* não o eram?

É bem possível que a divulgação do livro de Eça tivesse causado reparos dos leitores mais puritanos, ainda que na edição de *A Província de S. Paulo* de 28 de Outubro de 1888 o jornal trouxesse uma crónica assinada por Scapino, na coluna «Risos e Reflexões», estabelecendo paralelos entre as obras de Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco e Ramalho Ortigão, a propósito de *Os Maias*.

Entretanto, regista-se um pequeno enigma que não pudemos decifrar: em 1 de Julho de 1888, a *Gazeta de Notícias* (do Rio) apresentara um capítulo da obra eciana com esta observação: «Vai aparecer brevemente o novo romance de *Os Maias*, do autor

do *Crime do Padre Amaro*. O trecho que hoje damos abre com a descrição da Avenida da Liberdade, de Lisboa, o resto é a cena em que Carlos da Maia, passados dez anos sobre a morte do avô e tendo voltado de Paris, visita o antigo solar — «O Ramalhete».

Diversa terá sido, por conseguinte, a reprodução, n' *A Província de S. Paulo*, dos 104 folhetins de *Os Maias*, o que explica também a divulgação de outros textos ecianos, ainda que espaçadamente. Com efeito, a par da publicação de *Os Maias*, *A Província* revelou aos leitores brasileiros mais quatro textos de Eça de Queirós: «Lisboa-Porto», em 5 de Dezembro de 1888; «Letras e Artes», na edição de 2 de Maio de 1889; «O Poeta João de Deus», em 30 de Março de 1895; e «O Senhor Diabo», em 31 de Agosto de 1896 (até agora, ainda não localizamos outros).

A descontinuidade, como ocorreu também com a colaboração na *Gazeta de Notícias*, intensa, porém não assídua, tem de permanecer no terreno das hipóteses, embora deva ressaltar-se o facto de que Eça de Queirós esteve ausente do jornal carioca por largos períodos, visto nada ter publicado na *Gazeta do Rio* nos anos de 1883, 1884, 1885 e 1886, vindo a interromper a colaboração desde 23 de Setembro de 1888 até 18 de Janeiro de 1892 e continuando-a deste ano até 20 de Setembro de 1897. Depois desta data, não voltou a colaborar.

Relativamente ao texto intitulado «Lisboa-Porto», divulgado em 5 de Dezembro de 1888 pel' *A*

*Província de S. Paulo*, observa-se que apareceu quando estavam saindo os folhetins de *Os Maias* (o último de n.º 104, em 5 de Janeiro de 1889). O texto foi posteriormente incorporado às *Últimas Páginas*. *A Província* divulgou-o com o seguinte intróito: «Vimos ontem o número único do «Lisboa-Porto», folheto ilustrado que se publicou em Portugal quando se incendiou no Porto o Teatro Baquet. Não sabemos se lá foi vendido nas livrarias. Aqui parecem-nos que não. Pois é pena. Poucas vezes temos visto um trabalho artístico tão brilhante, tão sedutor. As ilustrações da capa, feitas por Bordallo Pinheiro (Raphael), são verdadeiramente primorosas, são encantadoras, Portugal pode orgulhar-se do artista que tem. Bordallo Pinheiro seria uma individualidade, mesmo em Paris, mesmo na grande cidade dos artistas célebres. As outras ilustrações, todas magníficas, são do príncipe D. Carlos, rainha D. Maria Pia, Carlos dos Reis, Gyrão, Columbano e outros. A parte literária é fraca. Diz Gervásio Lobato: «Um *jornal-único* é, em geral, uma excelente obra de caridade, mas, em regra geral também, uma detestável obra literária». Gervásio Lobato tem razão. Todavia, brilham algumas pérolas entre os pálidos artigos e as frouxas poesias do «Lisboa-Porto». Leiam esta mimosa página».

E, a seguir, era transcrita a crónica, a respeito da qual só faltou recordar que o principal ilustrador, Bordallo Pinheiro, havia sido, durante cerca de

quatro anos, um dos mais destacados caricaturistas da imprensa carioca.

Quanto ao artigo seguinte (sem título), divulgado em 2 de Maio de 1889, n'*A Província*, foi editado com a seguinte nota de redacção: «O magnífico trecho de prosa que hoje publicamos na secção «Letras e Artes» é o prefácio das *Aquarelas*, novo livro de versos do distinto poeta João Dinis». Será oportuno esclarecer que o mencionado texto veio a ser reproduzido no volume *Notas Contemporâneas*, sob a epígrafe de «Três Prefácios» e o subtítulo adequado de «Prefácio das Aquarelas, João Dinis», com data de Bristol — 1888. Na segunda edição das *Notas Contemporâneas*, indica-se que alguns desses artigos (do volume póstumo) foram publicados numa das séries da colaboração de Eça na *Gazeta de Notícias*, do Rio, tendo a explicação «Aos Leitores» a data de Porto-1909 (segunda edição).

Curiosamente, a colaboração eciana na *Gazeta de Notícias*, em 1888, foi preenchida com o primeiro capítulo de *Os Maias* (1 de Julho) e a *Correspondência de Fradique Mendes* (26 de Agosto a 4 de Setembro e nas edições de 7, 8, 9 e 23 de Setembro), segundo o levantamento feito por Manuel Bandeira. É lícita a interrogação: por que não enviou Eça o prefácio das *Aquarelas* à *Gazeta*, do Rio, como fez com outros dos seus trabalhos?

Terá preferido reservar o prefácio à poesia de João Dinis ao jornal *A Província de S. Paulo*? Dificilmente saberemos porquê.

O artigo sobre «O Poeta João de Deus» foi publicado por *O Estado de S. Paulo*, em 30 de Março de 1895, sem a mínima referência, mas no dia anterior, o jornal paulista noticiara as homenagens a João de Deus, em correspondência de Lisboa, datada de 10 de Março e assinada por «R. M.». Ora, se o texto foi impresso pela primeira vez no número único de «Os de Paris a João de Deus», em 8 de Março de 1895 (conforme se depreende do esclarecimento contido em *Eça de Queiroz — In Memoriam*, organizado por Eloy do Amaral e M. Cardoso Martha, 2.<sup>a</sup> ed., Atlântida, Coimbra, 1947) conclui-se que terá sido praticamente impossível a cópia do artigo, em Lisboa, no dia 10 seguinte, por intermédio do correspondente «R. M.». Daí, a hipótese de a matéria sobre o Poeta João de Deus (datada por Eça de Queirós, em Paris, no dia 22 de Fevereiro de 1895) ter sido enviada pelo autor à redacção de *O Estado de S. Paulo*. Se não foi assim, como é que, tendo sido impresso inicialmente em 10 de Março de 1895, poderia ser reproduzido em São Paulo no dia 30 do mesmo mês?

Um esclarecimento se faz necessário sobre o texto «O Poeta João de Deus»: com este título, o artigo não figura nas *Obras de Eça de Queirós* que tivemos a oportunidade de consultar, na edição «Lello & Irmão — Editores» («Obras Completas», Porto, 1958), quando elaboramos este trabalho em torno da colaboração de Eça de Queirós em *O Estado de S. Paulo*.

Finalmente, o conto «O Senhor Diabo», publicado pel'O *Estado* em 31 de Agosto de 1896, apareceu com a seguinte nota de redacção: «Ilumina hoje o nosso rodapé um esplêndido trecho de prosa de Eça de Queirós. Ninguém, ou quase ninguém, o conhece no Brasil. Transcrevemo-lo da esquecida revista literária portuguesa que se publicou em Lisboa em 1877». Trata-se do conto que foi inserto no volume póstumo *Prosas Bárbaras* (com o subtítulo «Na primeira fase da vida literária de Eça de Queiroz»), coligido e prefaciado pelo companheiro do escritor, Jaime Batalha Reis (com data de «Sintra, Setembro de 1903»). A publicação inicial de «O Senhor Diabo» é da *Gazeta de Portugal*, de Lisboa, em Outubro de 1877.

Não devemos terminar sem ressaltar a justa e ciumenta defesa que Eça de Queirós fazia acerca da divulgação dos seus trabalhos, o que mais realça a colaboração n'O *Estado de S. Paulo*. Outra observação é que nenhum dos textos ecianos publicados n'O *Estado* (ou n'A *Província*) foi transcrito da *Gazeta de Notícias*, do Rio, conforme se deduz da inserção de um único texto, intitulado «Os ingleses descritos por Eça de Queiroz» (cf. *Cartas da Inglaterra*, 1.<sup>a</sup> edição, 1905), que A *Província* de S. Paulo reproduziu, citando como fonte a *Gazeta carioca*, em 12 de Novembro de 1882. Assim determinava a praxe.

Concluindo, observamos que, além do enigma representado pela publicação do primeiro capítulo

de *Os Maias*, na *Gazeta de Notícias*, e da divulgação do romance (104 folhetins) n' *A Província de S. Paulo*, deparamos com outro enigma: um amplo trecho do famoso romance apareceu nas edições de 27, 28 e 29 de Janeiro de 1885, em *A Província*. Como terá sido possível se o romance só foi posto à venda em Lisboa no mês de Junho de 1888, segundo destaca João Gaspar Simões na sua biografia crítica sobre Eça de Queirós?

RICARDO SEVERO,  
«O PATRIARCA DA COLÓNIA»

«A Vitória que celebrais do povo de Portugal, não é, somente, meus senhores, a renovação política de uma velha nação por momentos adormentada; é, sim, o despertar de um Velho Povo, mas cuja mocidade é latente e viril; de uma raça heróica com tais qualidades de energia e vitalidade, que produziu algumas das mais brilhantes páginas da história da humanidade».

Com estas palavras, celebrava o engenheiro Ricardo Severo, em 1910, na cidade de São Paulo, a proclamação da República. O título da mensagem era «Salve a República Portuguesa» e foi reeditado em 1930 pela *Revista Portuguesa*, que se publicava em São Paulo sob a direcção do próprio Ricardo Severo.

Ao folhearmos essa revista, que contou com a colaboração de destacados intelectuais portugueses e brasileiros, reencontrámos a saudação, que foi antecedida de um artigo não assinado, «Os Republicanos Portugueses no Brasil». Será de João Sarmento Pimentel o texto anónimo? É bem

possível porque ele era, então, o chefe da redacção da *Revista Portuguesa*.

Entretanto, é preciso ressaltar que essa publicação, de que possuímos apenas alguns números, infelizmente, não tinha feição política, embora nela predominassem os intelectuais democratas. Tratava de questões literárias e históricas (nessas páginas foi divulgado um extenso estudo de Ricardo Severo sobre a pré-História de Portugal que deveria ser reeditado, assim como muitos outros), políticas e, sobretudo, do intercâmbio económico entre o Brasil e Portugal.

#### *Os vencidos de 1891*

O engenheiro Ricardo Severo, cuja vida e obra reclamam com urgência um biógrafo à altura, foi um dos vencidos de 1891. Exilado, casou em São Paulo com uma irmã do pioneiro da aviação Santos Dumont. Dividiu-se até ao fim da sua longa e frutuosa existência entre Portugal e o Brasil, tendo feito numerosas conferências (dizem que era um entendido que se fazia aplaudir até pelos analfabetos) e publicado centenas de artigos nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano* e em revistas (foi o fundador da *Portugália*, belíssima publicação que poderia ser reeditada em fac-simile).

Tornou-se, pela acção e pela cultura, «o patriarca da colónia», o que explica tenha sido o orador que saudou, no Rio de Janeiro (embora ele vivesse na

então pequena São Paulo), o presidente António José de Almeida. Foi, por todos os títulos, um dos maiores portugueses do Brasil — isto é, teria sido uma figura destacadíssima em Portugal, se não houvesse emigrado, por motivos políticos. «Para o Brasil, vieram, entre outros, Basílio Teles, o sábio e grande médico Bitencourt Rodrigues, alferes Malheiro, tenente Coelho, capitão Leitão e mestre Ricardo Severo, o pioneiro das mais nobres aspirações lusas», salientava o texto anónimo de 1930, referindo-se aos «vencidos da primeira revolução republicana do Porto». E prosseguia o articulista: «A acção evangelizadora desses ilustres portugueses durante o tempo em que souberam altivamente aguardar no desterro o triunfo das suas ideias de homens livres é documentada por inúmeras conferências, artigos, notas cheias de vivacidade e profunda observação do momento histórico da sua Pátria, que são notáveis exemplos de educação cívica, de conhecimentos científicos, de cultura humanista, de entusiasmo viril por um futuro aureolado do sol magnífico e criador que nos deu em 5 de Outubro de 1910 uma primeira alvorada de Liberdade. É desses dias de esperança e de triunfo e proclamação que Ricardo Severo fez distribuir pelos compatriotas de São Paulo quando aqui se soube que tinha sido implantada a República em Portugal».

Ao leitor desavisado, dois esclarecimentos: os republicanos portugueses seriam bem recebidos no Brasil não apenas por suas ideias generosas mas

também porque o ambiente os favorecia — a República Brasileira tinha sido implantada em 1889. A maior restrição viria dos emigrados portugueses, muitos dos quais eram monárquicos, em particular os mais influentes, lembrando-se que os maiores «beneméritos» (palavra que assume um duplo sentido) tinham sido «aristocratizados» pelos reis portugueses — ou esperavam vir a sê-lo.

Creemos ser este um ângulo ainda mal pesquisado pelos cientistas sociais, infelizmente afastados dos estudos sobre a emigração portuguesa do Brasil, embora esta seja a mais significativa de todas, não só pelos «barões» de outrora e pelos «comendadores» de hoje mas, muito mais, pelos trabalhadores anónimos da indústria, do comércio e da agricultura — os António Pereira Ignácio do passado (fundador do Grupo Votorantim, o maior do Brasil, hoje) e Valentim dos Santos Diniz (que ainda preside ao Grupo Pão de Açúcar, o mais importante do sector, em todo o país).

#### *As estradas do ideal*

Mais algumas páginas da *Revista Portuguesa*, cujos editores foram o Clube Português e a Câmara Portuguesa do Comércio de São Paulo, e encontramos, em 1937, (tomo I, fase. 5.º), a conferência, singelamente intitulada «Recordando», proferida no Centro Republicano Português de São Paulo, em 31 de Janeiro de 1937, quando o orador se

confessou «velho pioneiro das estradas do ideal». (O Centro Republicano Português foi fundado em 1908, em São Paulo, a exemplo de outros que se expandiram por todo o território brasileiro; o centro paulista funcionou até há uns vinte anos atrás e reunia os anti-salazaristas, que tiveram seu principal núcleo em São Paulo, onde se destacaram os irmãos Sarmiento Pimentel, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos — o general Humberto Delgado e o capitão Henrique Galvão chegaram depois).

Esse ideal era o que Ricardo Severo chamava a «República Lusitânica» e a primeira explosão foi atizada pelos estudantes de Coimbra, Porto e Lisboa, depois do Ultimato: «Quando explodiu, precipitadamente, a revolta do Porto, forçada pelos oficiais inferiores, denunciados e já ameaçados, encontraram-se entre os regimentos sublevados, três chefes civis: Alves da Veiga, Santos Cardoso e Verdial, e três comandantes, o capitão Leitão, o tenente Coelho e o alferes Malheiro. Nessa madrugada brumosa de Janeiro o pequeno exército revolucionário desce a Rua do Almada, seguindo a banda que entoava a *Portuguesa* de Keil e Lopes de Mendonça. Todas as janelas e varandas se encheram de homens, mulheres e crianças, ovacionando em delírio esta primeira arremetida republicana; e assim foi em marcha triunfante até à Câmara Municipal, onde é proclamada».

Julgamos esta evocação suficiente para relevar a importância da acção dos emigrados portugueses no Brasil e, principalmente, dessa leva de exilados, talvez não a primeira e que não seria a última, pois desde o fim da década de 20 aqui começaram a afluir os anti-salazaristas de todos bem conhecidos.

Aí está uma fase da vida dos portugueses no Brasil que merece estudo e reflexão. E outras estão reclamando pesquisa, porque a obra de não poucos luso-brasileiros está indissolúvelmente ligada à Pátria Portuguesa. O que é que se sabe, por exemplo, da influência dos portugueses nas letras e artes e na imprensa brasileira do século XIX e dos primeiros decénios do século XX? Diríamos que nada, se pensarmos no imenso que está disperso por todo o Brasil, principalmente em livros e pinturas, jornais e revistas. Um acervo ignorado, até quando?

#### *A «Revista Portuguesa» de São Paulo*

Fundada em 1930 na cidade de São Paulo, a *Revista Portuguesa* apresentou-se com um ambicioso programa cultural cuja essência foi certamente inspirada por Ricardo Severo. Com cinco secções, abordava os temas de história, geografia, arqueologia, etnografia e linguística. Vinham a seguir os assuntos de «sciência»; estudos gerais ou especiais, as suas aplicações técnicas, incluindo «colaboração científica de propaganda e ensino».

No capítulo da Arte, Literatura, Poesia, dava-se espaço às artes aplicadas, belas-lettras, poesias (intercaladas com outros artigos — «apenas trabalhos originaes de cunho literário». E vinham depois os «assuntos sociológicos»: política geral, economia política, higiene, assistência social, pedagogia, estudos de carácter geral («não serão incluídos artigos partidários ou de crítica a situações e personalidades políticas»)).

A segunda parte da *Revista Portuguesa* abria com estudos parciais e sumários, comunicações descritivas ou críticas, casos do dia, locais ou internacionais, transcrições de interesse geral, vida científica, literária, artística e social, assim como notas relativas ao Brasil e a Portugal. A terceira parte voltava-se para a bibliografia (crítica de obras literárias, artísticas e científicas, além de publicações, jornais, revistas, notas bibliográficas de todas as publicações «das quaes for enviado um exemplar» à redacção).

Era a parte quarta voltada para a indústria e o comércio (comunicações, notas, quadras sobre agricultura, indústria, comércio, transporte e aviação, organização científica, industrial e comercial). Finalmente, a quinta parte ficou reservada às associações e clubes, desportos, teatros, cinemas (notícias e críticas, advertindo-se: «Não se incluem reclamos de espécie alguma»). E ainda a seguinte menção, encerrando o programa geral: nas partes II, IV e V seriam incluídas as comunicações do

Consulado de Portugal, Câmara Portuguesa de Comércio, Clube Português e outras associações lusitanas.

Faziam parte da Direcção o dr. Ricardo Severo (presidente), J. P. da Silva Porto e Antonino Sampaio (vice-presidentes), prof. Pinto do Couto (director artístico) e dr. Marques da Cruz (director literário). Foi escolhido um conselho administrativo de cinco membros, incluindo um tesoureiro. Na redacção figuravam: capitão Sarmento Pimentel (redactor principal), João Gil Júnior (gerente) e capitão Manuel Vaz de Carvalho (secretário). Direcção, administração e redacção na sede do Clube Português, que era o responsável pela edição, juntamente com a Câmara Portuguesa de Comércio.

Logicamente, o primeiro número da *Revista Portuguesa* trazia «um prefácio» de Ricardo Severo, que garantia não ter a publicação «um propósito dogmático» nem tão-pouco «qualquer combinação particularista ou partidária, dentro de um determinado quadro social, político, filosófico ou religioso». E prometia nada mais do que uma «revista literária», tendo em vista «a universalidade dos assuntos que ocupam a vida mental da modernidade, na máxima amplitude e liberdade de pensamento e de expressão». Quanto ao título, justificava-o por ser a publicação editada por um grupo de portugueses em São Paulo, «residentes alguns, emigrados outros», todos interessados em acompanhar a vida actual do Brasil, não só a cooperação mecânica do seu esforço

e trabalho, mas também com a colaboração intelectual do seu espírito e cultura.

O prefácio alargava-se por quatro páginas e não dispondo de espaço para o comentar em todos os pormenores, não podemos perder algumas das afirmações, dada a importância de que se revestem para a história da emigração portuguesa para o Brasil: «Todos aqui laboram em misteres de activa produtividade; entretanto, nas horas de lazer, estudam e meditam, cuidando em aplicar o próprio saber, em elevar a sua inteligência, de sorte a melhorar a modestíssima tarefa que lhes compete a par da viva essência da civilização». O director definia ainda a revista, «organicamente luso-brasileira», porque, «em verdade, a Portugal e ao Brasil — uma vez separados pelo natural determinismo das respectivas situações nos dois Continentes — a cada país cabe, em absoluta independência, um destino diverso; as condições de meio, de formação e de vida da duas nacionalidades, são inteiramente diferentes e mesmo contrárias na sua maioria. Unidas integralmente na origem pelo laço indissolúvel da filiação étnica, pouco a pouco se diferenciaram; entre elas cada vez há mais contrastes do que semelhanças, sob o ponto de vista geográfico, histórico, político, social e nacional. A epopeia da América Portuguesa findou há mais de um século».

Não se poderia dizer mais, nem melhor. E tudo o que era preciso certificar, em nome desses

emigrantes de escol, foi testemunhado por Ricardo Severo, que a certa altura sublinhava: «A missão do emigrante luso no Brasil não é mais colectiva, mas individualista. A obra colonizadora dos portugueses tem sempre por toda a parte, mesmo nas suas notáveis agremiações de mutualismo, um carácter particularista. A «Colónia» — assim dita em linguagem oficial — constitui um agregado social, algum tanto disperso, ao qual as repartições diplomáticas e consulares não conseguem imprimir o sinete de «estrangeiro». Em verdade, a função real do português aqui — assunto de vãs discussões e arbitrariamente inúteis — resume-se unicamente em «ser brasileiro»; e sendo-o, mesmo temporariamente, com a inteireza de um nativo próprio, esse simples emigrante não se acoima por isso de renegado, porque, em sua consciência racial, nunca deixa de ser português».

O debate linguístico não deixou de ser comentado pelo director da *Revista Portuguesa*, que justificava a adopção da ortografia oficial portuguesa, esclarecendo tratar-se, pelo menos então, do «único que assenta em uma base científica», ao mesmo tempo que esperava da parte da Academia Brasileira de Letras a resolução do problema, certo que a decisão confirmaria «a adopção que fizemos e a melhorará dentro do quadro brasileiro. O idioma seguirá também o roteiro diferencial das nacionalidades. Permanecerão,

tão-somente, os radicais fixos como testemunhos inflexíveis da origem comum».

Ainda sobre esse número inaugural da publicação luso-brasileira de São Paulo anotam-se os temas e os colaboradores: «Origens da Nacionalidade Portuguesa», por Ricardo Severo; «A Missão Histórica e o Problema Nacional dos Portugueses» (Jaime Cortesão), «História da Literatura Brasileira» (Artur Mota), «Barbaresca» (poesia de Martins Fontes), «As Horas» (Coelho Neto), «Acaso» (poesia de Guilherme Almeida), «Teixeira Lopes e a sua Estática de Símbolos» (Saul de Navarro), «Aspectos & Impressões» (Sarmiento Pimentel), «Canção da Engomadeira Coimbrã» (poesia de Marques da Cruz), «Saudade» (poesia de Vieira Braga), «O Renascimento das Tapeçarias» (João Barreira), «O Encontro de Eça de Queiroz» (Tomaz Murat), «Meu Avô» (poesia de Atílio Milano), «Virgínia Vitorino» (Lainha Pereira Gomes), «O Senhor Executor das Altas Obras» (D. Fernando de Souza Coutinho), «Para a Reforma Democrática da Sociedade das Nações» (António Sérgio), «Lusitanismo e Brasilidade» (Arsénio Palácios Soares).

Toda esta colaboração ocupou a primeira parte da revista, lendo-se na segunda textos subordinados ao capítulo «Vária & Comentários» (artigos sobre Ricardo Jorge, António Carneiro, pintor, «Anomalias Linguísticas», «A Exposição dos Escultores D. Nicolina Vaz Pinto de Couto e prof. Rudolfo Pinto do Couto», etc.). A terceira (Bibliografia) inseriu

artigos sobre António José de Almeida, José Relvas e Columbano («Os Nossos Mortos») e na quarta («Indústria & Comércio») falava-se, entre outras coisas, dos «Aspectos do Progresso de Angola e Moçambique», «Portugal Descobridor» (por Jorge Ramos), «O Ano Agrícola», «Mármore Portugueses», etc. E era a parte quinta reservada aos assuntos referentes às associações, teatros, etc., anotando-se, porém, as representações em São Paulo da companhia dramática de Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro.

Dir-se-á que a *Revista Portuguesa*, de que guardamos apenas cinco fascículos (o formato era de livro, 19x27 centímetros), não interessaria aos emigrantes comuns, ainda que inserisse temas que somente os prestigiariam, no âmbito comunitário. Lembrar-se-á que era cultural o objectivo da revista — e o nível proposto na edição inaugural foi mantido nos lançamentos seguintes. Pena é que as lições admiráveis de Ricardo Severo — o empresário e o intelectual que tanto prestigiou Portugal no Brasil — não tenham sido postas em prática pela maioria dos empresários e intelectuais lusobrasileiros. Felizmente que existem as excepções e é com estas que podem ser levados a cabo empreendimentos como foram a *Revista Portuguesa*, os cadernos da *Portugália* (do Clube Português, São Paulo, 1967-1973, com 14 números, e cerca de duas mil páginas) e da *Convergência Lusíada* (do Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, sete edições,

com mais de 1500 páginas) e como certamente hão-  
de ser as revistas *Encontro do Gabinete Português de  
Leitura*, do Recife, já com quatro números) e  
*Comunidades da Língua Portuguesa* (de São Paulo, oito  
edições, cerca de 1500 páginas).

JAIME CORTESÃO,  
HISTORIADOR DE DUAS PÁTRIAS

Através de livros e de centenas de artigos na imprensa, o historiador Jaime Cortesão deu às pesquisas sobre o passado do Brasil — para que melhor se compreendesse o presente e se pudesse projectar o futuro — uma contribuição decisiva e singular, conforme documentou expressivamente a *Exposição da História de São Paulo*, no decurso das comemorações do quarto centenário da fundação da cidade, em 1954.

A obra completa do autor de *Introdução à História das Bandeiras* vai ser finalmente publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, segundo nos informaram recentemente em Lisboa, juntando-se deste modo aos lançamentos das editoras Portugália e Horizonte. E somará 30 volumes, embora não saibamos se vai englobar toda a colaboração dispersa pelos inúmeros jornais e revistas em que Jaime Cortesão colaborou, quer do Brasil, quer de Portugal, Angola, Moçambique e de outros países.

Realmente, muitos dos artigos e ensaios divulgados na imprensa brasileira foram depois reproduzidos em publicações portuguesas diversas, assim como nos jornais *A Província de Angola*, de Luanda, e *Notícias*, de Lourenço Marques (hoje, Maputo). A colaboração do historiador luso-brasileiro n' *O Estado de S. Paulo* foi intensa e prolongou-se por mais de um quarto de século, desde 1943 até 1960. Aliás, o poeta memorialista, pesquisador e comentador de História que foi Jaime Cortesão esteve também presente nas páginas da revista *Anhembi* (de São Paulo) e dos jornais *A Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Commercio* (estes três últimos do Rio de Janeiro), conforme pudemos apurar.

São escassos os elementos que conhecemos acerca dos textos divulgados nos três jornais cariocas, mas sabemos que foram importantes os trabalhos de Cortesão em *Anhembi*, designadamente os «Ensaio Camonianos». No livro *Jaime Cortesão — A Obra e o Homem*, o professor Óscar Lopes regista não somente a valiosa colaboração do historiador na monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (que começou a ser impressa em 1923), mas também a publicação da conferência de 14/12/1940, «A Certidão do Descobrimento do Brasil», na *Gazeta de Notícias*. Em 1944, saiu o ensaio de topografia histórica *Cabral e as Origens do Brasil e o Mapa-Múndi Português chamado Cantino*, no *Boletim de Documentação*, editado pelo Ministério das

Relações Exteriores. «Velhos erros e novas correcções» foi o título da série iniciada em 1946 no jornal *A Manhã*, a partir de meados daquele ano, assinalando-se igualmente a divulgação de «Um problema de emigração no século XVII», na *Revista de Imigração e Colonização*, do Rio (estamos citando apenas os trabalhos publicados em jornais e revistas, sem referir opúsculos também editados no Brasil).

Ainda na *Revista de Imigração e Colonização*, anotou Óscar Lopes a publicação de «Cartografia antiga e geopolítica de Goiás» (1956), além de «O Território da Colónia de Sacramento e a Formação dos Estados Palatinos», na *Revista de História*, de São Paulo (1954). São escassas, porém, as informações sobre a colaboração de Jaime Cortesão no jornal *O Estado de S. Paulo*, embora neste se encontrem textos valiosos e provavelmente «semi-inéditos», considerando que uma leitura apressada do primeiro volume da *Bibliografia de Jaime Cortesão*, organizada por Neves Águas, não cita transcrições de numerosos desses artigos, entre os que foram publicados depois na imprensa portuguesa, angolana e moçambicana da época.

O nosso contacto com a colaboração de Jaime Cortesão principiou há mais de 20 anos quando, a pedido do editor Agostinho Fernandes e por indicação do dr. Júlio de Mesquita Filho, localizamos os 64 artigos da *Introdução à História das Bandeiras*, já que a família do historiador somente dispunha de cerca de metade. Esses textos foram posteriormente

reproduzidos nos dois volumes que vieram a constituir a pesquisa introdutória à história das bandeiras (ed. Portugália, Lisboa, 1964).

Por força das circunstâncias, realizamos então o levantamento do que supomos ser toda a colaboração do investigador nas páginas de *O Estado*: são mais de 200 os artigos, incluindo naturalmente os 64 sobre as bandeiras. Alguns deles já estão em livro, como aconteceu com a maioria das belíssimas «cartas de Portugal», que vieram a formar o acervo principal do volume da editora lisboeta Artis, *Portugal — A Terra e o Homem* (1966).

O primeiro artigo de Jaime Cortesão n' *O Estado de S. Paulo* foi publicado em 29 de Janeiro de 1943, sob o título de «A saudação de João Ramalho». E o último saiu no «Suplemento Literário», em 12 de Novembro de 1960. No total, 227 artigos, se estiver certo o balanço que provisoriamente fizemos: vinte e sete anos de colaboração, original, profunda e superiormente redigida, porque um dos segredos do êxito do escritor residiu sempre nessa condição obviamente fundamental para o articulista e o escritor: saber redigir. Com estilo próprio, fluente e correcto, claro e preciso.

Não deixou de ser simbólico o primeiro artigo sobre João Ramalho, esse misterioso português que chegou a Santo André da Borda do Campo antes da viagem até São Vicente de Martim Afonso de Sousa, em 1531, vindo a participar mais tarde da fundação de São Paulo, em 1554. Anos depois, saiu a série

sobre «Eça de Queiroz e a questão social», uma dezena de artigos publicados entre 13 de Maio e 20 de Julho de 1943 (em 1949, a *Seara Nova* reuniria esses textos no volume homónimo, depois de os haver divulgado na revista que se publicava em Lisboa com o mesmo título).

Ainda em 1947, foi também inaugurada a série em torno da «Introdução à História das Bandeiras», com o primeiro artigo em 20 de Agosto e o último (64.º) em 24 de Julho de 1949. Obra meticulosamente planejada, ao ponto de ser integralmente reproduzida nos dois volumes de 1964.

A partir dessa longa mas preciosa série, Jaime Cortesão intensificou os seus artigos para *O Estado de S. Paulo*, escrevendo sobre temas históricos, literatura, incluindo a crítica e as artes em geral, filologia, política, etc. Questões tão variadas, a partir de «A Língua Portuguesa como expressão histórica» (24 de Janeiro de 1952) até às do «Teatro em Portugal na Idade Média» (18/5/1952) ou de «Aquilino Ribeiro no Brasil» (6/7/1952). De 1953 há que relevar os três artigos sobre «A autoria das ‘Aventuras de Diofanes’» e, em 1955, os oito textos sobre «A exposição histórica de São Paulo» (o primeiro é de 13 de Março e o «balanço final» de 3 de Abril de 1955).

A primeira «carta de Portugal» (assim denominada) saiu na edição de 2 de Outubro de 1955, com o título de «A festa de São Bartolomeu do

mar», mas há muitas outras, antes e depois, que abordam temas portugueses, ao sabor da imensa saudade que o autor confessava ter pelo país natal. Cartas ou crónicas que foram arrumadas no volume *Portugal — A Terra e o Homem* de acordo com as regiões: Entre Douro e Minho (17 textos), Trás-os-Montes (3), As Beiras (18), Estremadura (16), Ribatejo (2), Alentejo (5) e Algarve (4). Comparando as crónicas do volume com as de *O Estado* (por meio dos títulos), observamos facilmente que nem tudo o que saiu no jornal foi reproduzido no livro — ou, então, houve alteração dos títulos.

Entretanto, salientam-se ainda algumas séries de artigos, como «América Portuguesa e América Espanhola» (quatro artigos em 1956), «Geopolítica de Goiás e da futura Capital» (cinco artigos), «Descobrimento do Brasil» (três artigos) e «História de piratas» (dois artigos), todos divulgados em 1957.

Para se avaliar com exactidão o que, na época, pensava Jaime Cortesão do regime de Salazar devem ler-se textos que vão desde os consagrados ao escritor Aquilino Ribeiro (1952 e 1959, este último a propósito do caso do romance *Quando os lobos uivam*, que valeu um processo ao autor) e a outras questões sintomáticas: «O povo tem fome de cultura», «Comunidade luso-brasileira», «Presença e ausência no III Colóquio» (três artigos sob títulos diferentes), etc. Aliás, o pensamento político do escritor é bem dedutível dos ensaios que compõem o livro *Os Factores Democráticos na Formação de*

*Portugal* — se outros dos seus pronunciamentos não fossem, como efectivamente são, bem conhecidos.

Quando lembrou Jaime Cortesão no ano do centenário do seu nascimento (29 de Abril de 1884), o Brasil cumpriu um dever de gratidão por quem, até à morte (14 de Agosto de 1960), tanto fez pela Cultura Brasileira, documentando não somente a raiz portuguesa, mas ainda os contributos de outras origens, desde os africanos aos de todos os emigrantes que têm ajudado a construir o Brasil. Vale a pena reproduzir, entretanto, o comentário que *O Estado de S. Paulo* publicou em 3 de Abril de 1955 a propósito do autor de *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*: «Se, já antes, grande era a dívida da historiografia brasileira para com o mestre português, cuja obra, desde *A Carta de Pêro Vaz de Caminha* aos alentados volumes da série *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, é toda dedicada à investigação científica do nosso passado, essa dívida, após a Exposição de História, cresceu consideravelmente. De modo especial, São Paulo ficou a dever a Jaime Cortesão a alta contribuição que aquela iniciativa trouxe às comemorações do IV Centenário da Cidade. As centenas de milhares de pessoas, estudiosas ou simples gente do povo, que têm visitado a Exposição de História não podem conter a sua emoção ante aquela admirável lição de civismo, que lhes desvenda aos olhos, quase palmo a palmo, a lenta obra de conquista e configuração do território

brasileiro e de formação de seu povo, de sua consciência nacional e ética».

### *A colaboração na Imprensa Brasileira*

Se lembrássemos as actividades paralelas desenvolvidas pelo grande historiador neste país — desde as conferências reproduzidas em publicações periódicas até à colaboração em obras colectivas ou à coordenação de colecções de livros —, poderíamos concluir que o principal organizador da Exposição Histórica de São Paulo «se cumpriu» — como diria Fernando Pessoa — no Brasil, ainda que sempre voltado para Portugal e para os desdobramentos da Cultura Portuguesa no Mundo.

Realmente, quando algum pesquisador fizer o levantamento das tarefas realizadas pelo autor de *A Carta de Pêro Vaz de Caminha* verificará que foi extensíssimo, profundo e frutuoso esse trabalho. Limitar-se-á, de resto, a confirmar as observações já feitas por outros estudiosos. Não obstante, o material pesquisado foi tão grande que nos surpreendemos, como nos aconteceu, após enumerarmos os 227 artigos de Cortesão, n.º *O Estado de S. Paulo*. Muitos deles fazem parte de séries que se transformaram em livros, como aconteceu com *Eça de Queiroz e a Questão Social* (o primeiro artigo saiu em 13 de Maio de 1947 e o 10.º em 20 de Julho seguinte) ou a *Introdução à História das Bandeiras* (o primeiro texto foi

publicado em 26 de Agosto de 1947 e o 64.º em 24 de Julho de 1949).

Outras séries importantes foram, pela primeira vez, impressas no grande matutino bandeirante, relevando-se os oito artigos sobre «A Exposição Histórica de São Paulo» (iniciada em 13 de Março e concluída em 3 de Abril de 1955), mais do que um tema, porque nessa obra ele viu materializada, de certa forma, a concepção que tivera da evolução da terra e das gentes paulistas.

Embora não agrupadas sob um rótulo geral, seguiram-se dezenas de artigos sobre questões portuguesas, falando das cidades e regiões, escritores e até políticos, como na «Carta a um amigo ausente» (25 de Dezembro de 1955), na qual contou ao exilado Alberto Moura Pinto a visita feita à casa e à família do emigrante involuntário. Foi o período das «Cartas de Portugal».

Há, porém, outras séries que também merecem destaque — a dos quatro artigos sobre «América Portuguesa e América Espanhola», por exemplo (que apareceram entre 30 de Setembro de 1956 e 24 de Outubro) e as da «Geopolítica de Goiás e da Futura Capital» (13 de Janeiro e 27 do mesmo mês) ou sobre «A expedição de Luís Barbalho e os paulistas» (a primeira em 10 de Março e a quinta e última em 21 de Abril de 1957). E, entre as várias séries, a colaboração foi desde a abordagem dos assuntos históricos aos literários e da arte em geral, passando (raramente) pelos da política contemporânea.

Relembramos que o primeiro artigo de Jaime Cortesão n' *O Estado de S. Paulo*, foi «A saudação de João Ramalho», publicado em 29 de Janeiro de 1943 (há um lapso de tempo de mais de quatro anos até ao início da série queirosiana), e o derradeiro texto saiu com o título simplificado de «O homem e a obra» na edição especial do suplemento literário do jornal paulista consagrada ao V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e veio a ser incluído no volume colectivo *O Século dos Descobrimentos* (ed. Anhambi, São Paulo, 1961), que reuniu toda a colaboração publicada sobre o tema no suplemento especial de *O Estado de S. Paulo*, em 14 de Agosto de 1960.

Haja o que houver, persistirão lacunas que conviria preencher: o que se passa com a colaboração do historiador n' *O Estado de S. Paulo* ocorre também, com toda a certeza, nas outras publicações brasileiras onde colaborou. Foi tudo levantado? Cremos que não. E é preciso que o seja — temos de recuperar os «semi-inéditos» que permanecem esquecidos, apesar de impressos, nos jornais *A Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Commercio* ou na *Gazeta de Notícias* (todos do Rio de Janeiro), assim como nas revistas *Anhambi*, *Revista de Imigração e Colonização* ou na *Revista de História*. É indispensável saber o que saiu na imprensa brasileira e foi reproduzido nos jornais do Porto e Lisboa, de Luanda e de Lourenço Marques ou de outras

idades, pesquisa que pode partir da *Bibliografia de Jaime Cortesão* (por Neves Águas).

Nos volumes das editoras Portugália e Horizonte ou nos da Imprensa Nacional-Casa da Moeda está certamente o essencial, mas, a avaliar pelo que depreendemos das páginas de *O Estado de S. Paulo*, cremos que há uma série de «semi-inéditos» a comparar com os publicados em outros jornais e revistas — ou nunca publicados fora do Brasil. E o que acerca da sua vida e obra se escreveu no Brasil também, mereceria ser reimpresso, pois seria a revivescência de um homem cuja figura se agiganta cada vez mais, à medida que melhor o conhecemos.

OS TRÊS ROMANCES «BRASILEIROS»  
DE FERREIRA DE CASTRO

«Fui para o Brasil com 12 anos e meio e regresssei a Portugal com 21. Formei o meu espírito à luz do espírito brasileiro e isso diz tudo. Ainda há pouco tempo, quando criava as personagens do meu novo livro, parecia-me que eu tinha vivido sempre com elas, de tal maneira me é familiar o povo brasileiro. (...) Devo muito ao Brasil. Basta dizer, mais uma vez, que foi com o seu povo que aprendi a amar o meu semelhante, o que considero a maior riqueza da minha vida».

Com estas palavras resumia Ferreira de Castro os seus laços com o Brasil, no decorrer da entrevista que nos concedeu e veio a ser publicada por este suplemento em 30 de Março de 1968. Havíamo-lo contratado em Lisboa, mais uma vez, pouco antes do lançamento de *O Instinto Supremo*.

Quarenta anos separam, no tempo, este romance «brasileiro» dos *Emigrantes* (1928) e de *A Selva* (1930). Três livros que o autor teve de escrever «pour se libérer d'une hantise», como salientou

Blaise Cendrars, a propósito do romance da Amazónia. Porém, é possível que tenha sido o último dos livros que publicou em vida aquele que mais persistentemente o atormentou, conforme ele próprio nos esclareceu, na aludida entrevista: o *Instinto Supremo* «nasceu numa noite de Lisboa, em 1932, subindo a Avenida da Liberdade, a conversar com o general Jaguaribe de Matos, então ainda coronel. A «Revolução de São Paulo» obrigara-o a exilar-se em Portugal, com Aureliano Leite, Nicolau Horta Barbosa e outros prestigiosos brasileiros, entre os quais, se bem me lembro, Júlio de Mesquita Filho, que só mais tarde conheci pessoalmente. Jaguaribe de Matos era amigo de Rondon e fora cartógrafo das suas famosas expedições entre Mato Grosso e o Amazonas. Naquela noite, veio à baila a célebre frase: «Morrer se necessário; matar, nunca!». E isso levou-me a pensar que seria talvez interessante humanizá-la, isto é, submetê-la a uma prova psicológica, vivida por numerosas personagens todas de temperamentos diferentes. Há muito que eu admirava Rondon. Já quando vivi no seringal «Paraíso», do rio Madeira, as suas doutrinas generosas sobre os índios se faziam sentir ali. Tanto que haviam sido as expedições de represálias contra os Parintintins, uma tribo que habitava perto, ainda por civilizar e tremendamente audaciosa. Por outro lado, quando publiquei *A Selva*, Rondon tivera para mim uma atitude que me sensibilizara imenso, a propósito do tempo em que vivi no «centro» de

Todos-os-Santos, que era apenas uma barraca de seringueiro, mas bastante significativa, por ser o ponto mais avançado da civilização na selva que os Parintintins dominavam. Esse período foi de grande fervor para a minha adolescência, pois estava sempre à espera que eles surgissem ali e me cortassem implacavelmente a cabeça, como era seu costume. Assim, ao ouvir a minha ideia, Jaguaribe de Matos encorajou-me imediatamente. E, pouco tempo depois, o próprio Rondon me estimulava. Trocámos correspondência e ele, ainda pouco antes de morrer, estando já cego, ditou uma carta para mim sobre o assunto. Alguns dos próprios Parintintins, já civilizados, me comoveram, enviando-me uma garrafa de tucupi e um velho arco das lutas terminadas».

Outras considerações interessantes foram traçadas pelo autor sobre *O Instinto Supremo*, obra por demais significativa, pois foi na realidade a sua última e grande homenagem ao país que ele tanto prestigiou e onde verdadeiramente se formou e nasceu para as letras de expressão portuguesa que, mais tarde, divulgou por todo o mundo.

#### *Gênese de «A Selva»*

Ao publicar a edição comemorativa do seu mais famoso romance, em 1955, o escritor outra vez se aproximou do Brasil, através de Cândido Portinari, que foi o ilustrador comovido e inspirado dos 25

anos de carreira de *A Selva*: «Foi à uma hora da noite, a noite densa, quente e húmida de 28 de Outubro de 1914, que parti do seringal onde decorre este livro, lá longe nas margens escalavradas do Madeira, que nenhuma estrela, então, alumia».

Assim começou o escritor a «pequena história» do romance que sobressai cada vez mais autêntico e actual, à medida que os anos correm. Redigida em Lisboa, no período de 9 de Abril a 29 de Novembro de 1929, *A Selva* veio a ser divulgada nos primeiros dias de Maio do ano seguinte. E se é evidente que o autor pretendia a sua realização literária, não é menos exacto que, com este livro, Ferreira de Castro se libertou, sem dúvida, do mais insistente dos fantasmas — e vários o perseguiram em outros livros, como é o caso expressivo do angustiado romance *Eternidade*. Participante e solidário, confessa o autor na «pequena história» de *A Selva*: «Havia em mim o desejo de dar uma síntese de toda a selva do Amazonas e, não só por isso, mas pela própria experiência pessoal, todos os argumentos que imaginava começavam invariavelmente, quase involuntariamente, na foz do grande rio. Porque era assim, os heróicos cearenses e maranhenses que o operário foragido iria encontrar já nos recessos da floresta, em luta com a natureza, surgiram à nova personagem logo à sua entrada nas terras embrionárias. O depoimento começaria, portanto, sobre o primeiro centímetro do Calvário».

Ficção em que as figuras são tão reais que se confundem no mesmo protesto e na comum esperança da floresta virgem, tão extensa quanto o imenso oceano líquido que a envolve. *A Selva* é diferente: não se trata apenas de uma história de seres vivos — homem, animais e vegetação — mas da espantosa comunhão do homem com a terra e com a água. E se os homens são personagens, a floresta e a superfície líquida também o são. Se não falam, todos se impregnam de igual dramatismo. As árvores e os arbustos, o rio e os igapós não aparecem no livro como peças de um cenário irreal: participam, justificam e explicam as muitas e profundas dores e as raras alegrias dos que vivem no inferno verde.

O livro tornou-se mais do que «um clássico do nosso tempo», conforme o definiu Jorge Amado no prefácio da edição brasileira de 1972, é um dos maiores romances do século XX e certamente um dos mais significativos, em todos os tempos, da língua portuguesa. A Amazónia está nas ondas dos rádios. Contudo, o importante é que, no romance de Ferreira de Castro, «feito com carne e sangue de gente vivida, amassado no seringal», os leitores encontram — observa o autor de *Gabriela* — «a verdadeira face da Amazónia e só ali podem tocar a realidade mais profunda das terras do grande rio e da luta travada pelo brasileiro, para tornar essa região de homens e de vida. Porque no romance encontram a vida recriada, palpitante, porque essa verdade lhes é trazida por alguém que a viveu em toda a sua

dramaticidade e, sendo tocado pelo dom da criação, transformou em obra imortal de literatura a experiência terrível do menino português. Imortal exactamente por fiel e solidária com a realidade, por ser ao mesmo tempo um grito, um clamor — tão belo e poderoso que se faz ouvir no universo inteiro».

Entretanto, *A Selva* correu o mundo, esclarecendo o autor, na citada edição brasileira de 1972, ter sido já três vezes publicada na Alemanha e outras tantas na Bélgica (duas em francês e uma em flamengo); na Bulgária, no Canadá (em inglês), na Checoslováquia (uma tradução em checo e outra em eslovaco), na Espanha e nos Estados Unidos, na França (cinco edições, a primeira das quais foi traduzida por Blaise Cendrars, lançada em 1938 e, a seguir, várias vezes reeditada); a estas versões do romance amazónico devem juntar-se as feitas na Holanda, Inglaterra, Itália, Jugoslávia, Noruega, Roménia, Suécia e Suíça (em alemão). Se destacarmos que algumas destas traduções foram reproduzidas várias vezes, talvez não haja exagero na afirmação de que *A Selva* é porventura o romance contemporâneo de expressão portuguesa mais difundido no mundo inteiro.

No que se refere ao Brasil, essa discutida obra foi há muitos anos publicada, no Rio, por Moura Fontes (a primeira edição não tem data, mas a segunda é de 1937); voltou a ser reproduzida na *Obra Completa* (do editor José Aguilar), Rio, 1958/61: existe outra

edição brasileira, apresentada por Leandro Tocantins, com ilustrações de Poty, Civilização Brasileira Editora, Rio, 1967; o último lançamento de *A Selva* é datado de 1972, foi prefaciado por Jorge Amado, inclui algumas notas bibliográficas e de crítica da nossa autoria, tendo inaugurado a colecção «Moderna Literatura Portuguesa», da Editora Verbo, São Paulo.

#### *Um Autor «Brasileiro»*

José Maria Ferreira de Castro, que nasceu no dia 24 de Maio de 1898 na aldeia portuguesa de Salgueiros (freguesia de Ossela, município de Oliveira de Azeméis), chegou a Belém do Pará em Janeiro de 1911 e foi trabalhar no seringal «Paraíso», no rio Madeira, em plena floresta amazónica, no mês seguinte. Ali começou a escrever, nas horas vagas, e do «Paraíso» mandou a diversos jornais as suas incipientes produções literárias: um mensário gaúcho publicou o primeiro conto que, de sua lavra, José Maria viu impresso em letra de forma. E foi ainda no barracão do seringal amazónico que ele escreveu, nos anos de 1912/13, outras «obras», entre as quais o romance *Criminoso por Ambição* (publicado por conta do autor, em fascículos, na cidade de Berlim, em 1916). Tendo abandonado o «Paraíso» no dia 28 de Outubro de 1912, José Maria viveu modestamente até 1919 em Belém do Pará, onde exerceu diferentes e humildes profissões ao mesmo

tempo que colaborou no *Jornal dos Novos*, em *A Cruzada* e no semanário *Portugal* (que fundara, em 1917, com o compatriota João Pinto Monteiro). Já razoavelmente conhecido, foi convidado a visitar Manaus em 1918 e então homenageado por diversas associações portuguesas.

No dia seguinte, depois de visitar o Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades, regressou a Portugal, no mês de Setembro, «com quatrocentos escudos apenas», segundo revela Jaime Brasil, o principal biógrafo do escritor. Em Lisboa, Ferreira de Castro comera o pão amargo de todos os principiantes do jornalismo e das letras, já que a fortuna literária somente lhe sorrirá após a publicação de *Emigrantes*, em 1928, e, sobretudo, a partir do aparecimento de *A Selva*, em 1930.

Devem assinalar-se, no entanto, ao lado dos lançamentos brasileiros já mencionados, outras publicações «imaturas»: *Criminoso por Ambição*, romance, ed. F. Lopes, 1916, Belém-Pará; *Alma Lusitana*, peça em dois actos, ed. F. Lopes, 1916, Belém-Pará, e *O Rapto*, entreacto, representado no Teatro-Bar Paraense, 1918, Belém-Pará.

O primeiro livro que Ferreira de Castro publicou no seu regresso a Portugal era também «brasileiro», pelo menos parcialmente: intitulado *Mas...*, reunia «estudos literários e sociológicos e novelas»; tendo sido editado em Lisboa pela Tip Boente e Silva em 1921 (Jaime Brasil diz que foi em 1922); dividido em duas partes, *Mas...* e *Atitudes na Sombra*, desta

última se destacam os textos «Do Viril», «Do Sinistro, Da Força» e «Da Vitória», acerca dos quais explicou o autor: (...) são páginas escritas sob a evocação de uma longa estadia no Amazonas bárbaro, mas grandioso. (...) Foi no Amazonas que nasceu o meu primeiro desejo: — que criou asas e aspirou a voos a minha fantasia; — que tiveram no meu peito uma nave sonora os primeiros versos da Beleza e da Vida. O Amazonas é um poema de sensualismo vegetal. Na sensualidade potente-e-mórbida da selva ao crepúsculo eu fui homem. Porque... Da minha estética literária amante já havia sido a floresta Virgem: — onde deslizam sombras vermelhas de guerreiros selvagens e malhas brancas de tigres altivos. A tapeçaria da minha arte é a tapeçaria poliforme do Amazonas. O esplendor verde das suas alvoradas possantes, o vulgo negro da tristeza universal a ajoelhar o crepúsculo de labaredas, moram no meu coração: — a ocupar o altar vazio tantos ídolos despedaçados. Nesse tempo...»

Em 1922, sai *Carne Faminta*, novela em que, esclarece Jaime Brasil, Ferreira de Castro evocou «a angústia de forma sexual na selva amazônica, tormento que se resolve num incesto. A ousadia do tema provocou escândalo. Este poderia facilitar, num sentido, a fama do escritor; mas ele não o explorou».

Paisagens e figuras brasileiras surgiram igualmente em outros livros do romancista que

passou a sua adolescência na selva amazônica, conforme documenta uma das novelas do *Voo nas Trevas* (datado de «Santos, Junho de 1919 — Lisboa, Abril de 1925, o volume publicado em 1927 intitulada «As Aras da Nostalgia», cujo herói percorre o itinerário de Ferreira de Castro, desde o Amazonas, ao Rio de Janeiro, São Paulo e Santos; trata-se de uma história que parece ser, em boa parte autobiográfica: «Rodolfo Navarro», enquanto espera o navio, em Santos, dialoga com «Dalla», que lhe pede informações «sobre o norte do país, sobre a selva amazonense, que Rodolfo tinha visitado e surpreendido em êxtase de silêncio e assombro»; sintomaticamente, a figura principal relembra que os «seus nove anos de expatriação constituíam para ele uma grande epopeia de sofrimento; eram um poema cujas estrofes a sua alma de exilado soluçava, ante tudo que lhe evocasse as paisagens nativas».

Todas estas referências conduzem ao objectivo fundamental: até ao dia 29 de Novembro de 1929, quando terminou *A Selva* tem-se a impressão de que Ferreira de Castro vivia permanentemente obsecado pela sua dolorosa experiência amazônica, como insinuam todos os seus livros da fase «imatura» expurgados das *Obras Completas*. E não menos curioso e que, após *A Selva*, o escritor passou cerca de quarenta anos sem abordar o tema, só voltando a recriá-lo em *O Instinto Supremo* (editado em 1968), embora este romance tenha sido insistentemente anunciado durante vários anos. Por quê tão grande

demora? Quando interrogamos Ferreira de Castro, em 1968, dele recebemos esta explicação: «Depois de haver tido aquela ideia (em 1932, como vimos, de romancear a vida e obra de Rondon), reflecti sobre o caso e um receio me deteve. Poder-se-ia pensar que a minha pena voltava à Amazónia em busca de êxitos literários e essa hipótese vexava-me grandemente». E contou-nos ainda o escritor que só após uma conversa que teve, no Rio, em 1959, com o general Jaguaribe de Matos, tomou a firme decisão de concluir o romance.

#### *O diálogo com o Brasil*

Foi nessa altura que fez a segunda viagem ao Brasil, tendo visitado o Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e outras cidades. Numa «Saudação aos brasileiros», referiu-se Ferreira de Castro à concretização do «prolongado sonho de voltar a ver o povo e a terra inesquecível»; agradecia a todos e, sobretudo, aqueles que o tinham convidado a ver de novo a Amazónia — «essa majestade verde que tantos anos depois de me haver tido por vassalo me faz sentir ainda todo o seu domínio e fascinação; aqueles que me mandam os seus livros ou me escrevem, fraternalmente, de cidadezinhas do interior e a todos os outros que se dedicam às criações do espírito, obreiros de um pungente mundo literário, eu saúdo

enternecidamente e, com eles, o Brasil, de cuja alma são os mais profundos intérpretes».

«Cidadão carioca», desde 1959, o prosador despediu-se do Brasil em 1971, mas, desta vez, a sua romagem quase se circunscreveu ao Rio. Hóspede do Elos Clube local, foi homenageado por numerosas entidades, entre as quais a Academia Brasileira de Letras. Anteriormente recebera vários convites para visitar este país: em 1950, de uma centena de intelectuais do Rio, e, em 1954, da Comissão do IV Centenário da Fundação de São Paulo, mas não pôde aceitar nenhum deles por motivos de saúde. Muitas foram, por conseguinte, as incidências brasileiras na vida e obra de José Maria Ferreira de Castro, recordando-se que no modesto semanário Portugal que dirigiu em Belém do Pará, publicou, entre numerosos textos que valeria a pena hoje reler, um romance em folhetins, *Rugas Sociais*. E lembre-se também que foi, em 1938, enviado especial do jornal *A Noite*, do Rio, para o qual escreveu crónicas sobre a Escandinávia, a Checoslováquia e outros países da Europa Oriental, na altura em que os alemães ocuparam a região dos Sudetas; no ano seguinte, o mesmo jornal carioca comprou-lhe os direitos jornalísticos exclusivos da viagem que empreendeu ao redor do mundo, cujo texto definitivo veio a ser, publicado em 1944 com o título de *A Volta ao Mundo*.

Em 1959, um grupo de intelectuais brasileiros, entre os quais Manuel Bandeira, Otto Maria

Carpeaux, António Olinto e Raimundo de Magalhães, apoiou através da imprensa a campanha para que ao escritor de *A Selva* fosse conferido o Prémio Nobel da Literatura, iniciativa que foi a seguir reiterada por alguns dos mais representativos escritores e artistas portugueses.

Deverá mencionar-se, todavia, que outras obras de Ferreira de Castro, a par daquela que o tornou famoso, foram igualmente editadas no Brasil; os livros de Portugal publicaram (sem data), no Rio, o romance *Eternidade*; em 1954, apareceu *A Lã e a Neve* (Editorial Vitória); aliás, em 1941, havia sido editado o romance *A Tempestade* (ed. Inquérito). Quanto ao volume *Terras de Sonho*, reuniu cinco textos de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*: «O mistério da Ilha do Monte Cristo», «Egipto», «Palestina», «Cartago e Pompeia», «Madeira e Açores» (editora Saraiva, São Paulo, 1952, 195 págs., n.º 51 da Colecção Saraiva). Em 1960, foi ainda publicada em São Paulo *A Curva da Estrada* (apresentação de Helena Silveira, ed. Difusão Europeia do Livro), anotando-se, por fim, que a série das *Obras Completas* (do editor José Aguilar) apareceu entre 1958 e 1961; o primeiro volume tem uma introdução geral de Jaime Brasil e notas preliminares de Humberto de Campos, Afrânio Peixoto, Blaise Cendrars, Huascar de Figueiredo, Matias Arrudão, René Jouglet, Agostinho de Campos, Guedes de Amorim, Alexandre Cabral e Jaime Brasil (reúne os seguintes livros: *A Selva*, *A*

*Lã e a Neve, Terra Fria e A Curva da Estrada*); o segundo volume, com notas preliminares de João de Barros, Barbosa Lima Sobrinho, Souza Filho e Albert Aygnespars, inclui *Eternidade, Emigrantes, A Tempestade, A Missão, A Experiência, O Senhor dos Navegantes*; finalmente, o terceiro volume, enfeixa os livros de viagens, apresentando uma introdução geral de Jaime Brasil, que assina também as notas preliminares, ao lado de Alexandre Cabral.

Relativamente a *O Instinto Supremo*, informa-se que foi publicado em 1968 pela Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro, acrescentando-se que no mesmo ano foi ainda publicado o texto «quase original» de Ferreira de Castro, «Intervalo», na antologia em que juntamos alguns dos melhores *Contistas Portugueses Modernos* (segunda edição da Livraria Tanagra, São Paulo, 1970). Quer dizer, a última edição brasileira de Ferreira de Castro foi *A Selva*, lançada em 1972 pela Editora Verbo, em São Paulo, com um posfácio em que reunimos várias notas bibliográficas e de crítica. Razão teve o prefaciador, Jorge Amado, quando sublinhou: «Ferreira de Castro aprendeu no Brasil muito do essencial da sua personalidade de humanista, na selva o menino se fez homem e grande homem. Em troca, tomou da vida brasileira, do mistério amazónico, e levou conhecimento aos quatro cantos do mundo, na emoção da obra criada com o barro das barrancas do grande rio e o sangue dos nordestinos na luta dos

seringais. Com seu livro — e só então — ganhou a Amazónia uma real dimensão na geografia literária».

Adquirem estas palavras de Jorge Amado uma ressonância maior no momento em que tentamos enumerar e documentar algumas das mais expressivas passagens do diálogo que Ferreira de Castro em vida travou com os homens e a terra do Brasil. Lembrança que é também uma homenagem ao homem e ao escritor que faleceu na cidade do Porto, em 29 de Junho de 1974.

## NOTAS

(<sup>1</sup>) Rascunho incompleto, in «*António Nobre*», de Guilherme de Castilho, Livraria Bertrand, Lisboa, 1950.

(<sup>2</sup>) *Op. Cit.*

(<sup>3</sup>) «*Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*» de Andrade Muricy, 3 vols., Departamento da Imprensa Nacional Rio de Janeiro, 1959 (Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro).

(<sup>4</sup>) «O Simbolismo», de Massaud Moisés, vol. 14 de *A Literatura Brasileira*, ed. Cultrix São Paulo, 1966.

(<sup>5</sup>) *Obras Completas de Antero de Quental — Cartas I* (1852-1881) e II (1881-1891), organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins — Universidade dos Açores, Editorial Comunicações, Lisboa, 1989.

(<sup>6</sup>) «Temas Luso-Brasileiros», col. «Ensaio da Comissão Estadual do Livro», São Paulo, 1963.

## NOTA FINAL

Alguns dos temas desenvolvidos neste volume foram já abordados pelo autor nas revistas *Anhembi*, *Portugália*, *Comunidades de Língua Portuguesa* (Brasil), *Ocidente*, *História*, *Nova Renascença* (Portugal) e nos suplementos culturais de *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* (Brasil), *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto*, *Diário Popular* e trissemanário *A Comarca de Arganil*, enquanto outros foram igualmente esboçados em palestras, conferências e comunicações de João Alves das Neves em colóquios, seminários, encontros e congressos.